

Republicanismo a Sul do Tejo na imprensa local, 1907-1913

Luís Miguel Monteiro Martins

**Dissertação de Mestrado em História Contemporânea
(Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)**

Abril, 2022

Republicanismo a Sul do Tejo na imprensa local, 1907-1913

Luís Miguel Monteiro Martins

**Dissertação de Mestrado em História Contemporânea
(Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)**

Abril, 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Professor Paulo Jorge Fernandes.

À avó Luísa. Por tudo.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho fica-se a dever à colaboração inestimável de múltiplas pessoas, as quais merecerão algumas linhas nas quais deixo desde já expressa a minha gratidão.

Não posso, desde logo, deixar de agradecer a colaboração, orientação e paciência infinita demonstrada pelo professor Paulo Jorge Fernandes, perante as minhas indefinições temáticas, dúvidas de toda a ordem e constantes alterações ao texto.

Para a minha investigação foi também inestimável a colaboração do pessoal da sala de leitura da Biblioteca Nacional de Portugal e, nomeadamente, do Dr. Luis Sá, tendo-me sido facultados todos os meios necessários ao desenvolvimento do presente projecto, independentemente do mau estado de conservação de algumas das fontes. Neste âmbito, devo também agradecer à equipa do Arquivo Histórico Municipal de Almada, bem como à do Arquivo Nacional da Torre do Tombo pela disponibilidade, simpatia e boa-vontade que sempre demonstraram.

Os meus amigos e amigas – cuja individualização seria injusta – são também merecedores de uma palavra de apreço, nomeadamente pelo companheirismo, apoio e estímulo que me deram, ainda que muitas das vezes não o tenham percebido enquanto tal.

Finalmente, há que agradecer de uma forma especial aos meus pais, reconhecendo, desde logo, que nada disto teria sido possível sem o seu apoio incondicional em todas as frentes, sendo o meu apreço pelo seu papel impossível de traduzir em palavras.

À minha avó, agradeço o facto de, inadvertidamente, me ter despertado o interesse e curiosidade por estes temas, e, acima de tudo, o exemplo e inspiração que a sua longa vida e a sua presença constituíram, dedicando estas páginas à sua memória.

Termino estas breves linhas assumindo que o presente trabalho é a minha forma de prestar tributo a Almada, a minha terra, homenageando igualmente as gentes de toda esta região.

Republicanism a Sul do Tejo na imprensa local, 1907-1913

Luís Miguel Monteiro Martins

RESUMO

O presente trabalho recorre à imprensa local publicada na margem Sul do Tejo nos anos que antecederam a implantação da República em Portugal e nos imediatamente subsequentes (1907-1913), fazendo um levantamento dos indícios que nas páginas da mesma evidenciavam a eventual força do movimento republicano, quer no país, quer a nível local, permitindo-nos ler as reacções que ali reflectiam o que no plano nacional se sucedia neste período conturbado da vida do país.

Tendo a imprensa local como um espelho da realidade dos locais onde era publicada, podemos através da sua leitura perceber os conflitos, preocupações, atitudes e tomadas de posição dos nossos conterrâneos, nomeadamente o antagonismo entre indivíduos com visões políticas opostas que actuavam em localidades de reduzida dimensão, inseridas numa região delimitada.

Os conteúdos relevados reconduzem-se essencialmente a três “questões” que então agitavam o país, sendo, à época, problematizadas da seguinte forma: a “questão religiosa”, a “questão social” e a “questão política”. Sob a primeira, caberão os indícios de anticlericalismo e animosidade ao clero que encontrámos ao longo das páginas dos jornais locais; na segunda, inserimos assuntos que se reconduziam à temática da luta por melhores condições de vida dos cidadãos e, em especial, da classe operária (o que nos levará a analisar a problemática da greve, abundantemente referenciada nas páginas da imprensa local), cabendo ainda aqui a análise de temas que iam desde o papel da mulher na sociedade à educação, passando até, por uma determinada visão republicana sobre a tauromaquia; no âmbito da “questão política”, assumindo como fio condutor da nossa exposição, os conteúdos relacionados com os diversos actos eleitorais que no período analisado tiveram lugar, caberá uma leitura da forma como transparecia alguma desilusão com a República, relacionada com a política repressiva do governo, finalisticamente orientado para um reconhecimento internacional do regime, sendo relacionável com este aspecto, uma leitura da relação conflitual entre os grupos resultantes da cisão do Partido Republicano.

Assim, através da imprensa local – muita da qual, assumia uma clara posição política – podemos perceber como os assuntos que agitavam aquele período da I República eram debatidos, sendo muitos deles usados como “arma de arremesso” entre as facções republicanas (ou entre republicanos e os grupos que estiveram ao seu lado no derrube da monarquia) que se digladiavam nos planos nacionais e locais, dando-nos a conhecer o aspecto plurifacetado daquele movimento.

Palavras-chave: Republicanismo, I República, Almada, Seixal, Barreiro, Montijo, Aldeia Galega, Moita, Alcochete, Sesimbra, Margem Sul, Partido Evolucionista, Partido Democrático, Imprensa, História Local

Republicanism in Tagus Southern bank on the local press 1907-1913

Luís Miguel Monteiro Martins

ABSTRACT

This work addresses the material published in the local press on the South bank of the Tagus River in the years immediately before the establishment of the Republic in Portugal, but also in the immediately subsequent ones (1907-1913), with the aim of drawing evidence from its pages of the eventual republican strength on a national and local level, thus allowing us to understand the reactions at a local-level to the events that had an impact on the nation, during this troubled period in the history of the country.

Interpreting the examples from the local press as a mirror of the reality lived in the towns where the latter were published, we may have a tool to fully understand the conflicts, concerns, attitudes, and stances of our fellow citizens, namely, the opposition between individuals with antagonistic views that lived together and acted in small-sized towns, located within a region that played a critical role in the republican revolution.

The researched contents can be divided into three groups of issues that troubled the Portuguese society of that time – the religious issues; the social issues; and the political issues. On the first one we can fit the evidence for anticlericalism or the animosity towards the catholic church found in the local newspapers; on the second one, we find the issues that are somehow related to the subject of the citizens' struggle for a better life (specially the workers' struggle), also analysing the reflections on subjects such as the role of women in society, education, and the republican views on strikes. We also inserted in this chapter some of the evidence that showcased the republican view on bullfighting; finally, on the matter of political issues, having the elections that took place during the chronological frame under analysis to guide us, we also analysed the perceived disillusion with the Republic and the conflictual relations between the different groups originated by the schism within the Republican Party.

Through the local newspapers – many of which took clear political stances – we can perceive how the subjects that agitated the 1st Republic were discussed and used as arguments in the war between republican factions (and between the republicans and those that fought along with them against the monarchists) both at a national and local level, providing us with an insight on the multifaceted aspect of republicanism.

Keywords: Republicanism, 1st Republic, Almada, Seixal, Barreiro, Montijo, Aldeia Galega, Moita, Alcochete, Sesimbra, Margem Sul, Evolutionist Party, Democratic Party, Press, Local History

Índice

Introdução	9
1. Identificação e justificação do tema	9
2. As fontes consideradas	11
3. Definição e justificação da cronologia estudada	15
4. Metodologia seguida	16
5. Inquérito historiográfico	22
6. Estado da arte	24
 Enquadramento a uma <i>proposta alternativa de regime e de modificação da ordem cultural</i>	28
 “Questão religiosa” (ou <i>a expulsão de Deus da Constituição</i>)	36
1. Combate ao peso do clero na sociedade	37
2. A materialização da animosidade	43
3. Uma certa reaproximação	48
 “Questão social” (ou <i>a necessidade de completar a Revolução</i>).....	51
1. A educação como arma de reforma social	52
2. O papel da mulher na sociedade	55
3. A relação com o mundo do trabalho	58
4. A tauromaquia	68
 “Questão política” (ou <i>a radicalização da herança liberal</i>)	72
I. Parte I: a República como mais do que uma mera mudança de regime.....	74
1. A gradual corrosão do regime monárquico	74
2. A grande desilusão	84
II. Parte II: a guerra para demonstração da pureza da ortodoxia	91
1. Cisões na República	91
2. Ataques democráticos aos evolucionistas	99
3. Oposição evolucionista ao poder democrático	106
4. Ser republicano apertadário	112
 Conclusão	117
 Fontes e bibliografia	126

Introdução

Identificação e justificação do tema

Este trabalho resulta da investigação que desenvolvemos sobre os sinais ou manifestações de republicanismo na imprensa local da margem Sul do Tejo, no período compreendido entre 1907 e 1913.

Como ponto de partida, temos de referir que ao contexto geográfico deste estudo se alia um interesse pessoal relativamente à percepcionada vitalidade do movimento republicano na margem Sul do Tejo, naquela época. É conhecimento, algo generalizado, que a República foi implantada em vários territórios da “outra banda” ainda no dia 4 de Outubro de 1910. Conforme refere Francisco Correia, «Por toda a margem sul, é nítido o fervor pela revolução republicana. Aldeia Galega, Setúbal, Almada, Barreiro, Seixal, Moita, Alcochete (...) a República é proclamada ainda antes de Lisboa»¹, fazendo até a asserção (talvez exagerada?) de que, «Ao contrário do que dizia João Chagas, de que a República se proclamava em Lisboa e para o restante país utilizava-se o telégrafo, nesta região o movimento foi inverso: a República (...) foi daqui para Lisboa»², o que é mencionado inclusive por Vasco Pulido Valente que reconhece que «No dia 3 de Outubro, caso único (...) rebentaram revoltas (...) de Almada a Setúbal»³. Tudo isto «deu um grande alento aos combatentes da Rotunda»⁴, reforçado pelo facto de várias das vereações republicanas eleitas no país, na sequência das eleições municipais de Novembro de 1908, dizerem respeito a autarquias da margem Sul (nomeadamente, Aldeia Galega⁵, Alcochete e Moita).

Pelo que pudemos aferir através da investigação que empreendemos, o peso do movimento republicano nestes territórios era de tal ordem, ao ponto do próprio Machado dos Santos no relatório que elaborou em 1911 sobre a revolução, ter escrito

¹ CORREIA, Francisco, *A Terra Mais Maciçamente Republicana – Memorial Republicano (Montijo nas Comemorações do Centenário da República)*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2011, p. 52.

² Idem, p. 51

³ VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2010, p. 68.

⁴ SANTOS, Machado, *A Revolução Portuguesa (1907/1910)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1982, p. 118, referindo a importância da margem Sul do Tejo na revolução nas páginas 116 a 119 desta obra.

⁵ Terminologia utilizada à época para fazer referência à localidade hoje conhecida como Montijo.

que «a margem Sul do Tejo, com o auxílio da marinha, tornava invencível o movimento»⁶ se o mesmo fracassasse em Lisboa, tendo esta área uma missão “operacional” definida⁷. Além destas evidências, é de referir o artigo assinado por António José de Almeida em que, a propósito de comício republicano na Cova da Piedade, este refere a «substância revolucionária que faz o substrato da alma das populações de Aldeia Galega, Alcochete, Moita, Seixal, Almada, etc., de toda essa vasta e ativa borda de água»⁸.

Finalmente, a continuidade geográfica do território em análise, englobado no que é hoje conhecido como Arco Ribeirinho Sul, ou seja, os territórios compreendidos em «toda a faixa (...) desde a Fonte da Telha (Almada) a Alcochete»⁹ aconselha um seu estudo conjunto. Isto permite-nos uma leitura de zonas que, se bem que vizinhas geograficamente, apresentavam características heterogéneas entre si, espelhando as diferentes realidades e características do país no início do século XX, numa área geograficamente concentrada – falamos das características marcadamente rurais de territórios como a Moita ou Alhos Vedros, que coexistiam com centros de forte crescimento industrial e matriz marcadamente urbana como o Barreiro, Cova da Piedade ou Mutela, situados a pouca distância, confirmando que «o desenvolvimento urbano, a existência de fábricas, um florescente sector comercial e de serviços são factores de expansão do ideal republicano»¹⁰

A “outra banda” vivia assim um misto de ruralidade e urbanidade¹¹, em simultâneo com um crescimento populacional vertiginoso¹². Refira-se ainda que o Arco Ribeirinho Sul coincide com o território que integrava o Círculo eleitoral 38¹³, composto,

⁶ SANTOS, op. cit. p. 117.

⁷ Como explicitamente referido nas páginas 116 e 117 do acima mencionado trabalho de Machado Santos, complementado com o constante da página 52 do referido ensaio de Francisco Correia.

⁸ ALMEIDA, António José de. “União”, in *Alma Nacional, Colectânea fac-similada publicada entre 10 de Fevereiro e 29 de Setembro de 1910*, Lisboa, Paradela de Abreu Editores, 2010, p. 236.

⁹ Cf. notícia da CCDR LVT, disponível em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/arco-ribeirinho-sul-oficialmente-lancado/1519.htm>, acedido em 21/01/2021.

¹⁰ CORREIA, op. cit. p. 53, recorrendo a Vasco Pulido Valente, que em *O Poder e O Povo* o refere como um factor que levou à «rápida expansão das ideias republicanas» possibilitado pela «proximidade de Lisboa e um certo desenvolvimento industrial».

¹¹ VALENTE, op. cit., p. 64.

¹² Veja-se, a este propósito, e tomando Almada como exemplo, a tabela intitulada “Evolução Demográfica do Concelho de Almada” inserta em POLICARPO, António M. Neves, *Memórias da Nossa Terra e da Nossa Gente – Freguesia de Almada*, Almada, Junta de Freguesia de Almada, 2005, p. 145.

¹³ Instituído pelo Decreto com força de lei de 20 de abril, publicado no *Diário do Governo* de 21/04/1911, n.º 92, disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/1911-205605>, consultado em 01/11/2021, e referido também n’ *O Echo de Almada*, 23/04/1911, n.º 4, p. 3.

justamente pelos territórios de Almada, Alcochete, Aldeia Galega, Barreiro, Moita e Seixal.

Contudo, sempre admitiremos que o impulso decisivo para esta investigação se ficou a dever ao contacto que tivemos com a imprensa de Almada do período atrás especificado, cujo conteúdo se revelou extremamente rico e um suporte com enorme potencial de exploração, o que nos incutiu a ideia de traçar um retrato da presença do movimento republicano na margem esquerda do Tejo a partir das publicações periódicas locais, cruzando-as com os acontecimentos que tinham lugar a nível nacional.¹⁴ Seria assim possível ler o seu impacto num dado território e a forma como as intrigas, lutas e acontecimentos eram vividos localmente, moldando essa realidade em contraponto ou acompanhando e reflectindo os desenvolvimentos ocorridos no plano nacional.

As fontes consideradas

Na sequência do que referimos, optámos por aprofundar e fazer uma exploração exaustiva das fontes acima mencionadas. O estudo da imprensa desta região, permite-nos ter uma noção bastante realista da vida local da época em todas as suas vertentes, revelando todos os aspectos que agitavam os nossos concidadãos de então, sendo «a imprensa (...) o lugar ideal para buscar e entender o quotidiano sociocultural»¹⁵.

Tendo como inegável o papel da imprensa como veículo de “republicanização” ou instrumento de propaganda¹⁶, uma vez que «os principais jornais republicanos (...)

¹⁴ O nosso projecto original de tema de dissertação pretendia abordar a presença, importância e manifestação em Almada das ideias tidas como subversivas nos anos que antecederam a implantação da República. Como preparação daquele projectado estudo, consultámos a imprensa almadense da época, nomeadamente, *O Correio do Sul*, dando-nos conta do potencial dos seus conteúdos como suporte ao nosso actual tema.

¹⁵ AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de, *Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da História*, disponível em [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279234975_ARQUIVO_artigoimprensaanpuhrs\[1\].pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279234975_ARQUIVO_artigoimprensaanpuhrs[1].pdf), consultado em 22/01/2021.

¹⁶ Veja-se a este propósito a moção apresentada por Barros Queiroz no congresso republicano no Porto em 1906, referida em SAMARA, Maria Alice Dias de Albergaria, *As Repúblicas Da República – História, Cultura Política E Republicanismo*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Institucional e Política de Portugal, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2010, pp. 175-176, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/5572>, consultado em 06/01/2020 e as considerações tecidas logo nas linhas introdutórias de BARROS, Júlia Leitão de, *O Jornalismo Político Republicano Radical – O Mundo, 1900 -1907*, Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, 2021.

foram determinantes na politização e na expansão do ideário republicano»¹⁷, tendo «grande importância os títulos republicanos da imprensa local»¹⁸, este tipo de publicação é merecedor de toda a atenção que a historiografia vocacionada para aquele período lhes possa dispensar, pois como diz Francisco Ribeiro da Silva, «para a história contemporânea, os jornais (...) sobretudo a imprensa local, constitui fonte a privilegiar»¹⁹. E a propósito de um capítulo justamente intitulado *Ferramentas para fazer a história de 1910 e da Primeira República*, Maria Alice Samara assinala que «De entre o vasto repositório de arquivos, fontes escritas e impressas (...) para muitos dos trabalhos (...) sobre este período (...) a imprensa é uma das fontes mais importantes»²⁰. Também Ricardo Diogo Mainsel Duarte, a propósito dos resultados da sua investigação sobre manifestações iconoclastas no âmbito da “questão religiosa”, afirma que a «pesquisa feita em jornais locais enriqueceria estes números»²¹. Como se vê, tudo o que fica dito confirma a ideia da «imprensa como factor atuante na vida política, cultural, social»²².

Não obstante a riqueza de conteúdos do órgão que serviu de “ponto de partida” para a nossa investigação, *O Correio do Sul*²³, considerámos que a sua exploração como fonte única seria limitada, não só do ponto de vista geográfico, mas também cronológico, uma vez que foi publicado apenas entre Janeiro de 1910 e Agosto de 1913. Apesar deste período cobrir alguns meses anteriores ao 5 de Outubro de 1910, queríamos encontrar fontes que nos permitissem ir mais a fundo na exploração do período monárquico.

¹⁷ SAMARA, op. cit., p. 162

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da, *História local: objetivos, métodos e fontes*, p. 392, disponível em <http://hdl.handle.net/10216/8247> e consultado em 11/02/2021.

²⁰ SAMARA, Maria Alice, *Portugal, uma retrospectiva: 1910 (vol. 6)*, Lisboa, Tinta da China/Público, 2019, p. 80.

²¹ DUARTE, Ricardo Diogo Mainsel, *Violência Anticlerical na I República (1910-1917): Perspectivas Antropológicas e Historiográficas*, dissertação de mestrado em Antropologia – Cultura Material e Consumos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2011, p. 26, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/7317>, acedido em 02/03/2021.

²² BARROS, op. cit., p. 403.

²³ Jornal de orientação nitidamente republicana, que se assumirá como órgão de diferentes facções, como veremos, e que na sua génese, ainda durante a monarquia constitucional, apareceu como *folha semanal anti-clerical e defensora dos interesses do concelho d'Almada* (segundo o seu n.º 2, de 09/01/1910, que foi o primeiro exemplar deste título a que temos acesso). Terminou em 31/08/1913, como um órgão evolucionista.

Nestes termos, tendo em conta as justificações atrás apresentadas quanto à incidência territorial do nosso estudo, procurámos saber, além daquele jornal, que outros periódicos existiriam na mesma altura, na região e época identificadas, consultando-os integralmente.

Assim, ainda relativamente a Almada, além do já mencionado *O Correio do Sul* tivemos acesso ao *O Echo d'Almada*²⁴, publicado entre 2 de Abril de 1911 e 11 de Junho de 1911 e ao *O Puritano*²⁵, publicado desde 17 de Outubro de 1889 até 11 de Agosto de 1907.

No Barreiro, os jornais existentes na época foram o *Ávante!*, jornal socialista que circulou entre 5 de Dezembro de 1909 e 10 de Novembro de 1910; o *Ecos do Barreiro*²⁶, que circulou entre 17 de Agosto de 1913 e 2 de Novembro de 1913 e *O Diabo*,²⁷ que foi publicado de 13 de Agosto de 1911 e 19 de Novembro de 1911. Neste concelho, tivemos ainda acesso a um único número do jornal *A Luz*²⁸, datado de 14 de Setembro de 1913;

Relativamente ao Seixal, consultámos o *Correio do Seixal*, órgão ligado ao partido evolucionista e que ali circulou entre 9 de Março de 1913 e 17 de Agosto de 1913;

Quanto à Moita, tivemos acesso ao efémero jornal *O Espectro*²⁹, que circulou entre 1 de Setembro de 1913 e 5 de Outubro de 1913 e ao *A Victoria*, apresentado como *Semanário Republicano Radical*, que durou apenas de 18 de Junho de 1911 a 9 de Julho de 1911;

No respeitante a Aldeia Galega, tivemos acesso ao *A Comarca*, jornal monárquico publicado entre 28 de Março de 1909 e 1 de Setembro de 1910; ao *O Domingo*³⁰,

²⁴ *O Echo d'Almada* tinha como subtítulo *Órgão do Partido Republicano do Concelho de Almada*.

²⁵ Que, segundo o guia bibliográfico, *Imprensa Periódica de Almada (1808-2008)* se revelou «Aberto a diversas correntes de opinião (...) defendidas pelos partidos Regenerador, Progressista e Republicano, foi, até 1907, o jornal liberal com maior projecção no concelho». Em 1907, este título era simplesmente, *Órgão dos interesses gerais do concelho de Almada*.

²⁶ Assumidamente evolucionista, cujo surgimento foi noticiado e louvado n' *O Correio do Sul*, em 24/08/1913.

²⁷ Que tinha como subtítulo *quinzenário humorístico ilustrado*.

²⁸ Que tinha o subtítulo de *Semanário independente defensor da verdade, justiça e razão*.

²⁹ Apresentando-se como *Quinzenário Republicano Democrático*, sendo o seu título, a nosso ver, uma homenagem ao mítico jornal de Rodrigues Sampaio referido em BARROS, op. cit., p. 225 sendo a sua aparição noticiada n' *O Domingo*, que lhe tece rasgados elogios e em cujas oficinas será composto, cf. *O Domingo*, 07/09/1913, n.º 635, p. 2. e *O Domingo*, 14/09/1913, n.º 636, p. 2, respectivamente.

³⁰ No período que nos interessa, este jornal teve o subtítulo “neutro” de *Semanário Noticioso, Literário e Agrícola* até ao final de 1907, assumindo-se desde então como *Semanário Republicano Independente*,

publicado entre 21 de Julho 1901 e 3 de Outubro de 1920; ao *O Povo d'Aldegallega*³¹, editado entre 17 de Novembro de 1912 e 18 de Maio de 1913 e ainda ao *Semanário Evolucionista* com o título *Evolução*, que foi publicado entre 9 de Novembro de 1913 e 30 de Novembro de 1919³²;

Na vila de Canha (concelho de Aldeia Galega) foi publicado trimestralmente, desde 1 de Janeiro de 1913, até 20 de Abril de 1914, o jornal *O Vintem Infantil*³³, pela sociedade escolar com aquele nome, associada ao Centro Republicano desta localidade, tendo-nos sido possível consultar todos os números de 1913;

Cumpramos ainda referir outro periódico a que tivemos acesso, que não dizia respeito a nenhuma localidade em particular, mas que no subtítulo se assumia como *órgão republicano dos concelhos de Almada, Alcochete, Aldegallega, Barreiro, Moita e Seixal (Círculo 38)*³⁴, intitulado *Ribatejo*, e que circulou entre 22 de Outubro de 1911 e 11 de Janeiro de 1912;

No que a Alcochete e a Sesimbra diz respeito, embora não houvesse nenhum jornal publicado naquelas localidades no período em análise, houve um grande fluxo de correspondências e menções àquelas, nos periódicos consultados, sendo essa a razão para as referirmos.

Notamos ainda que foram referenciados como tendo circulado nesta região quatro jornais de que não encontramos qualquer exemplar – o jornal republicano intitulado *A Vitória*, que terá sido publicado em Canha em 1909³⁵; o jornal *A Acácia* que é referido em *Carta de Canha* publicada n' *O Domingo*, onde é apresentado como «órgão defensor das árvores, dos animais e das crianças»³⁶, a ser publicado naquela vila; A

até tomar o subtítulo de *Semanário Republicano Radical* a partir de 13/11/1910. Note-se que este jornal é o único que acompanha toda a cronologia que iremos abordar.

³¹ Apresentado nas páginas d' *O Domingo* cf. *O Domingo*, n.º 594, 24/11/1912, p. 2.

³² Infelizmente, porém, apenas há dois números deste título, referentes ao ano de 1913, disponíveis para consulta na BNP – o n.º 1, de 09/11/1913 e o n.º 7, de 21/12/1913.

³³ Segundo o seu subtítulo, *Órgão defensor das árvores, dos animais e das crianças*.

³⁴ Que tinha como *director político*, Gastão Rodrigues, deputado pelo referido círculo, coincidente, com o âmbito territorial do nosso estudo.

³⁵ BALDRICO, Joaquim, “Aldeia Gallega nas Vésperas da República – “As Eleições Municipais de Novembro de 1908”” in AZEVEDO, Rosa Bela e TOJAL, Alexandre Arménio (Coord.), *Aldeia Gallega nas Vésperas da República – as Eleições Municipais de 1908*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2008, p. 39.

³⁶ *O Domingo*, 05/10/1912, n.º 587, p. 3. Atendendo ao propósito e local de publicação deste título, estamos em crer que *A Acácia* seria o “antecedente” (ou o “projecto”) do que viria a ser a publicação *O*

Desafronta, cujo o início de publicação foi anunciado naquele mesmo jornal, como um «novo colega local de propaganda mutualista»³⁷; e o *Aurora Nova*, jornal republicano do Barreiro, cujo início de publicação o *Ávante!* noticiou, louvando-o por ser mais um agente na defesa dos interesses do concelho, que «mostra tendências a despertar para a luz e para o progresso»³⁸.

Além da imprensa acima elencada, que constituirá o “núcleo duro” da nossa investigação, devemos mencionar que, numa tentativa de ter a visão mais abrangente possível sobre a realidade a estudar, consultámos os fundos da Administração do Concelho de Almada, da Câmara Municipal de Almada e do Tribunal Judicial da Comarca de Almada, depositados no Arquivo Histórico Municipal daquela cidade, bem como os fundos do Ministério do Reino e do Governo Civil de Lisboa no Arquivo Nacional Torre do Tombo. Havíamos planeado a consulta dos do Ministério do Interior e do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, no mesmo arquivo. Porém, não só devido à interrupção a que nos vimos forçados nesta investigação na sequência do fecho ou limitações de acesso àquele tipo de repositórios, fruto do contexto pandémico em que este trabalho foi elaborado, mas também pela limitação formal do mesmo, optámos por secundarizar as pesquisas arquivísticas, focando-nos na que é, afinal, a base e o objecto essencial deste estudo, conforme definido – a imprensa local.

Definição e justificação da cronologia estudada

Na sequência do ponto anterior, cumpre-nos então justificar a delimitação temporal da nossa investigação. Pretendemos cobrir algum período anterior ao 5 de Outubro de 1910, mas também o imediatamente posterior àquela data, em que transparecem claramente os conflitos e divergências entre forças outrora unidas (anarquistas, socialistas e várias facções republicanas) para a substituição do regime então vigente, mas cujo dissenso se declarou uma vez cumprido aquele objectivo.

Vintem Infantil que, como vimos, viria a ser publicado em Canha, com o subtítulo de *Órgão defensor das arvores, dos animais e das crianças*.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ávante!*, 15/05/1910, n.º 14, p. 3.

Assim, escolhemos o ano de 1907 como o marco inicial da nossa investigação, não só em função do objectivo atrás declarado, mas também pelo seu simbolismo, uma vez que foi o ano de fundação do Centro Escolar “Capitão Leitão”, de Almada (em 16 de Junho de 1907), cujo relevo na época pré e pós implantação da República foi inegável, não só no plano político mas também social, sendo o centro republicano mais activo e, talvez por isso, o que mais vezes encontramos mencionado na imprensa consultada.

Quanto à marca temporal de 1913, aquele foi o ano final de publicação do jornal que representou o ponto de partida desta investigação, sendo também o ano de vários actos eleitorais, como veremos, e o ano em que percebemos estar plenamente consumada a cisão no seio dos republicanos e entre estes e as forças que com eles colaboraram no derrube da monarquia³⁹.

Metodologia seguida

Apresentada a relação das fontes e o arco cronológico que balizará o nosso estudo, cumpre-nos fazer uma ressalva de ordem metodológica – o nosso enfoque incidirá essencialmente nos jornais *O Correio do Sul*, *Ávante!*, *A Comarca* e *O Domingo*. Pois, além de permitirem o contacto com múltiplas e conflituantes posições, espelhadas na diversidade de conteúdos que apresentam, permitem-nos analisar integralmente o período no qual nos centramos.

De facto, o primeiro daqueles periódicos, começou por se apresentar como *folha semanal anti-clerical e defensor dos interesses d’Almada*, demonstrando com este subtítulo a sua postura⁴⁰. Entretanto, assumiu-se como *órgão do partido republicano local* e, posteriormente, como *semanário republicano democrático*, sendo a partir de 11 de Agosto de 1912 um órgão evolucionista⁴¹. Consideramos que a riqueza dos seus conteúdos advirá em grande medida destas mudanças, permitindo-nos assim tomar

³⁹ Este foi o ano das primeiras eleições a que concorreram o Partido Democrático, o Partido Evolucionista e o Partido Unionista, após a divisão do Partido Republicano.

⁴⁰ Cf. o n.º 2 deste título, de 09/01/1910.

⁴¹ Assumindo então o subtítulo de *Semanário Republicano Evolucionista, órgão dos interesses das comarcas de Almada, Aldegallega e Seixal*, e passando a sua morada a ser a do Centro Evolucionista de Almada.

contacto com diferentes sensibilidades, não só dentro do campo estritamente republicano, mas também no da esquerda em geral.

O *Ávante!* foi o órgão da força anti-monárquica que concorria com os republicanos, ilustrando nas suas páginas as aproximações, mas também o dissenso entre os socialistas e aqueles, permitindo a sua leitura perceber a convergência das duas forças para o fim comum do derrube da monarquia, mas também as divergências e relação conflitual quanto a muitos outros temas (essencialmente económicos e sociais).

A *Comarca*, por sua vez, é um título claramente monárquico, parecendo-nos muito interessante ter a sua visão relativamente ao assunto tratado. Através da sua leitura, pudemos aceder a várias polémicas entre monárquicos e republicanos, o que permite, não só, identificar várias das personagens locais ligadas a um e a outro campo, bem como apreender as críticas feitas aos republicanos, num diálogo que percorria as páginas deste jornal, que coexistia numa localidade pequena com um periódico assumidamente republicano, o referido *O Domingo*, ficando patente quão ténue era «a fronteira entre o ataque político e a ofensa pessoal»⁴².

O Domingo é a outra publicação que teremos como fonte principal porque é o único periódico que cobre todo o período estudado – relativamente ao ano de 1908 é mesmo a única de que dispomos – e porque é o único órgão democrático que podemos confrontar com o, a partir de 11 de Agosto de 1912, evolucionista, *O Correio do Sul*. Além do mais, há que considerar a facilidade no acesso e consulta daquele título⁴³.

Assumida esta estratégia, tal não significa que descuraremos a consulta e referência aos outros periódicos que então circulavam na margem Sul do Tejo, se bem que o seu peso nesta investigação seja menor.

Quanto à imprensa da Moita, a própria publicação referente à implantação da República naquela localidade, refere que ali, embora tenham sido publicados 3 jornais

⁴² BARROS, Júlia Teresa Pinto de Sousa Leitão de, *O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo (1900-1907) - Tomo I*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Institucional e Política de Portugal, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014, p. 210, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/13094> e consultado em 16/02/2021.

⁴³ Disponibilizado em https://www.mun-montijo.pt/viver/cultura/bibliotecas/hemeroteca?folders_list_49_folder_id=531 num louvável trabalho da Câmara Municipal do Montijo.

durante a Primeira República, todos tiveram muito curta existência, merecendo atenção apenas os 2 que recaíram na nossa cronologia – *O Espectro* e *A Victoria*.

Relativamente ao Seixal, referimos a existência do *Correio do Seixal*⁴⁴ durante o ano de 1913, que consideramos ter pouca relevância, até porque não nos traz dados diferentes ou novos, verificando-se uma repetição dos conteúdos daquele jornal e d’*O Correio do Sul*. Os dois títulos coexistiram entre 9 de Março de 1913 e 17 de Agosto de 1913, partilhando o mesmo proprietário e director – Ribeiro de Carvalho⁴⁵.

No que diz respeito a Aldeia Galega, achámos interessante o conteúdo imparcial d’*O Povo d’Aldegallega*, não obstante ter sido um periódico de curta duração. Já quanto ao *Evolução*, o nome deste título é auto-explicativo, tendo a sua publicação, no entanto, sido iniciada no final de 1913, dispondo só de dois números do mesmo, como explicado. Quanto ao *Vintem Infantil*, publicado em Canha, também no concelho de Aldeia Galega, o seu teor era muito focado nos temas referidos no seu subtítulo, mostrando-se pouco relevante para o nosso estudo;

No que se refere ao Barreiro, devemos recordar que além do *Ávante!*, existiram, o *Ecos do Barreiro*, *O Diabo* e *A Luz*. Porém, todos estes títulos tiveram uma duração muito fugaz.

⁴⁴ O *Correio do Seixal*, que tinha o subtítulo de *Jornal Evolucionista*, apresentou-se nas páginas d’*O Correio do Sul* de 09/03/1913, então órgão evolucionista.

⁴⁵ Pela leitura dos jornais aqui referenciados, corroboramos quanto se encontra sobre esta figura em MARQUES, A.H. (Coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Porto/Lisboa, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000, p.153; em <https://www.alagamares.com/a-republica-de-ribeiro-de-carvalho-por-jorge-trigo/> (consultado em 02/04/2021) e em <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=9191> (consultado em 03/04/2021). Além destas indicações, há que considerar a monografia assinada por Jorge Trigo e Luís Miguel Baptista intitulada *Ribeiro de Carvalho – Um Republicano com Alma de Sonhador*, complementando-a, com o conhecimento desta figura ter sido secretário de José Relvas quando o mesmo era ministro da Fazenda. No âmbito do jornalismo, Ribeiro de Carvalho foi proprietário e director do *Correio do Seixal* (de 09/03/1913 a 17/08/1913) e d’*O Correio do Sul* (de 11/08/1912 a 31/08/1913), bem como d’*O Radical*, de Leiria, cuja direcção e propriedade assumiu em 29/07/1911, cf. *O Correio do Sul*, 24/11/1912, n.º 130, p. 2, conjugado com SERRA, João B., “Élites locais e competição eleitoral em 1911” in *Análise Social*, vol. XXIII (95), 1987-1.º, p. 61. Sabemos também que em 1915 era director ou editor do jornal *A Pátria*, de Almada, cf. CORREIA, Romeu, *Homens e Mulheres vinculados às terras de Almada (Nas Artes, nas Letras e nas Ciências)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1978, p. 119. Relativamente ao mundo da edição bibliográfica, dirigiu a *Biblioteca de Educação Moderna*, conforme referido n’*O Correio do Sul*, 17/07/1910, n.º 29, p. 3, tendo compilado para aquela editora a *História das Religiões*, conforme noticiado na p. 3 do n.º 56 d’*O Correio do Sul*, em 05/02/1911. Em data anterior, encontramo-lo como director da *Biblioteca do Socialismo e Anarquismo*, conforme notícia inserta na p. 2, do n.º 13 d’*O Correio do Sul*, de 27/03/1910.

Quanto a Almada, além d’*O Correio do Sul*, fizemos também referência ao *O Echo d’Almada* que também não teremos como uma das fontes principais, pela sua curta duração;

Finalmente, referimos a existência do *Ribatejo*, mas como se percebe pelas indicadas datas de publicação deste jornal, o mesmo foi também bastante efémero.

Em termos de sistematização de conteúdos, condicionados pelas formalidades inerentes a uma dissertação de mestrado, designadamente, em termos de extensão máxima da mesma, vimo-nos obrigados a fazer múltiplas alterações à estrutura que havíamos originalmente delineado, bem como a deixar de parte muito do material recolhido para a investigação. Feita esta consideração prévia, a nossa análise centrar-se-á na forma como nesta imprensa é abordada a “visão republicana” sobre 3 “questões” essenciais: a “questão religiosa”; a “questão social” e a “questão política” .

A primeira diz respeito à relação entre o Estado e a Igreja, reflectindo a proposta republicana sobre a matéria. A este propósito, ver-se-ão reflexões e notícias relacionadas com o registo civil, pensamentos sobre a religiosidade e as figuras ligadas ao clero, bem como artigos que permitem inferir a forma como a Lei de Separação das Igrejas e do Estado foi recepcionada na geografia estudada e a animosidade generalizada para com a Igreja e, muito em particular, para com os jesuítas, o que confirma que «o anticlericalismo (...) veio a tornar-se o motor essencial da republicanização da Monarquia»⁴⁶, reflectindo a imprensa local as manifestações ocorridas nestas latitudes, relacionadas com o sentimento anticlerical.

A segunda abrange questões reconduzíveis essencialmente à relação entre o republicanismo e o mundo do trabalho, nomeadamente com o operariado e as suas reivindicações, vendo-se como as mesmas foram recebidas e que resposta lhes foi dada, sendo incontornável a temática das greves.

De um ponto de vista metodológico, mas também do ponto de vista do que percebemos ser o papel e o peso desta “questão” na “ideologia republicana”, fará sentido abordar aqui a ligação entre aquele movimento e a instrução, até porque «a

⁴⁶ FERNANDES, Paulo Jorge, “A Vida Política”, in TEIXEIRA, Nuno Severiano (Coord.), *História Contemporânea de Portugal 1808-2010, Volume 3, A Crise do Liberalismo 1890-1930*, Madrid/Lisboa, Fundación Mapfre/Penguin Random House Grupo Editorial Unipessoal, Lda., 2014, p. 33.

República (...) que procurava criar cidadãos consciente e instruídos era um projecto apelativo para os trabalhadores»⁴⁷ e «para o republicanismo não existia democracia sem demopédia»⁴⁸. A causa da instrução e iluminação do povo e a luta contra o obscurantismo e pelo esclarecimento sempre fizeram parte do acervo ideológico do republicanismo, sendo armas para o robustecimento ideológico dos trabalhadores, que assim poderiam lutar por melhores condições.

Ainda no âmbito da “questão social”, parece-nos fazer sentido abordar os textos com que nos deparámos, enquadráveis na chamada “questão feminina”, até por encontrarmos ligações da mesma à “questão social”⁴⁹ e porque o exercício de libertação da mulher, nomeadamente, das “garras” do clero, seria um passo para o progresso, para a evolução social e para «consumar a revolução cultural»⁵⁰ que a República traria.

Finalmente, optámos por dedicar breves linhas a textos com que nos cruzámos em algumas das publicações, que teciam considerações sobre posições anti-taurinas. Assumindo plenamente a subjectividade da inserção deste ponto num capítulo dedicado à “questão social”, optámos ainda assim por fazê-lo, uma vez que tal poderá ser encarado como um aspecto da evolução social que se almejava e faria parte da “revolução cultural” fruto da «consciencialização cívica e (...) elevação moral e espiritual»⁵¹ republicanas.

O terceiro vector da nossa análise diz respeito à “questão política” e nele é reflectida a forma como na imprensa estudada perpassam questões que se prendem, não só com a forma como nela era exposto o regime monárquico, as críticas que lhe eram feitas e exemplos da sua decadência, mas também evidências da aproximação entre republicanos e outras forças políticas para o derrube da monarquia e as reacções e diferentes atitudes das mesmas após a implantação da República, nomeadamente,

⁴⁷ SAMARA, Maria Alice, “A questão social: à espera da «Nova Aurora»”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, p. 157.

⁴⁸ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal – Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 157.

⁴⁹ O que, por exemplo, Magalhães Lima claramente assumia, cf. GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 103.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ PROENÇA, Maria Cândida, “A educação”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, p. 170.

expressões da desilusão que se seguiu àquela, perante a “traição” a promessas anteriores (designadamente, a não implementação do sufrágio universal) ou às violências e repressão exercidas em nome da consolidação do regime, tendo em vista o seu reconhecimento internacional. Procuraremos também expor as diferenças políticas e a relação conflituante entre evolucionistas, democráticos e unionistas, que tanta tinta fez correr na imprensa (especialmente quanto aos dois primeiros grupos).

Será no âmbito dos temas atrás indicados que faremos uma leitura das tensões, quer no seio do movimento republicano, quer com as outras forças à época presentes no palco político nacional, que se traduziam numa relação não só de conflito, mas também de ocasional (e estratégica) aproximação, essencialmente antes de 5 de Outubro de 1910. Com base nesta metodologia, poder-se-á ler a presença republicana no território em análise, recorrendo para tal às diferentes sessões (nomeadamente, de propaganda) nele realizadas e que eram alvo de divulgação na imprensa local, bem como à rede de instituições cuja existência era nela reportada (centros, bibliotecas, escolas, etc.). Cabe também referir, que as “questões” (seguindo a terminologia da época e usada na bibliografia consultada) em que subdividiremos este trabalho não são estanques entre si, assumindo um carácter de transversalidade e interdependência⁵². A forma como optámos por organizar ou sob que “questão” encaixámos cada tema, revela assim, em última instância, uma opção metodológica puramente subjectiva.

Ainda quanto ao capítulo relativo à “questão política”, há que fazer a ressalva de que o mesmo será dividido em duas partes, até porque, como explicaremos adiante, do ponto de vista “cronológico” ou da narrativa que acompanhamos, percepcionámos uma alteração do ambiente político que, a nosso ver, justifica uma divisão da análise daquela “questão” em duas partes.

Como nota final quanto à metodologia seguida, há que referir que nas transcrições que vamos efectuar, optámos por actualizar a grafia, tendo como referência a norma anterior à entrada em vigor do Acordo Ortográfico de 1990, respeitando, contudo, a pontuação originalmente utilizada. Note-se também, que qualquer itálico,

⁵² A este propósito, note-se quanto Luis Filipe Torgal refere na página 8 do Prefácio à antologia de textos de Tomás da Fonseca por si organizada, cf. FONSECA, Tomás da, *Religião, República, Educação – Antologia*, Lisboa, Antígona, 2012.

negrito ou uso de aspas nos textos transcritos corresponde à utilização desses efeitos no original. Ressalvamos também que o presente trabalho não seguirá as normas referentes ao Acordo Ortográfico em vigor.

Inquérito historiográfico

Pretende-se que esta investigação venha enriquecer a historiografia local, valorizando um tipo de fonte primária por vezes negligenciada (salvo honrosas exceções⁵³) mas que tem um papel fundamental enquanto espelho da vivência local da época em que se insere⁵⁴. Os acontecimentos “locais” são «fundamentais para o conhecimento e compreensão dos acontecimentos mais centrais da História do País»⁵⁵ e há que considerar «o estudo dos movimentos de implantação da República (...) incompleto se não se debruçar sobre as movimentações que se verificaram nesta margem»⁵⁶. Não querendo aqui discorrer sobre o tema da História Local, a sua problematização teórica ou evolução histórica, cumpre-nos afirmar que o nosso trabalho não deixa de ser um exercício de história local, seguindo o entendimento de Margarida Sobral Neto que afirma que «o território, por excelência, da história local é (...) o concelho»⁵⁷ – no nosso caso, os concelhos ribeirinhos da margem Sul do estuário do Tejo.

Refira-se, neste passo, que a história local não se traduz numa disciplina distinta da história “geral” ou que com ela entre em ruptura, mas sim uma forma de a alimentar, «contribuindo para o que alguns historiadores conceptualizam como um mosaico

⁵³ Falamos do estudo de Alexandre M. Flores, intitulado *O Corticeiro: o primeiro órgão dos operários corticeiros em Portugal (1899-1900)*, sobre o jornal *O Corticeiro* publicado em Almada naqueles anos.

⁵⁴ Traduzindo livremente (como faremos daqui em diante relativamente a toda a bibliografia que não esteja em português) uma passagem de um artigo de Jerry W. Knudsen, «os jornais permitem aferir a opinião pública (...) tornaram-se a língua franca da sociedade», in KNUDSEN, Jerry W., *Late to the Feast: Newspapers as Historical Sources Perspectives on History*, disponível em <https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/october-1993/late-to-the-feast>, acedido em 13/02/2021.

⁵⁵ CORREIA, Francisco, *A Terra Mais Maciçamente Republicana – Memorial Republicano (Montijo nas Comemorações do Centenário da República)*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2011 p. 51.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ NETO, Margarida Sobral, “Percursos da História Local Portuguesa: Monografias e representações de identidades locais” in SANTOS, João Marinho; CATANA, António Silveira (Org.), *Memória e História Local: colóquio internacional realizado em Idanha-a-Nova*, Coimbra, Palimage, 2010, p. 65.

nacional quando agregado»⁵⁸. Como é claramente afirmado, a primeira é «ilustrativa dos rumos da história nacional e um elemento formativo ou modificativo dos mesmos, existindo dificilmente como uma disciplina autónoma, mas antes como um campo de estudo»⁵⁹. Transparece a ideia de que a história local será apenas um método ou ferramenta a usar pelo historiador para fazer a História – que é uma só – não existindo, a nosso ver, “história geral” e “história local” como disciplinas distintas⁶⁰.

Tencionamos assim, recuperar e valorizar a memória relativa a espaços, indivíduos ou colectividades, sendo que para lá das já referidas vantagens do recurso à imprensa como fonte historiográfica, é de relevar como uma História nela baseada nos permite uma leitura dos acontecimentos sob a perspectiva dos diferentes extractos que compõem a sociedade, possibilitando uma visão que a mera consulta de factos “frios” retirados das fontes “oficiais” não permitiria obter de forma completa. A leitura do jornal da época possibilita o estudo da sociedade “real”, das aspirações, conflitos e pensamentos dos diferentes agentes que a compunham e nela interagem, sendo os eventos relatados nas páginas dos periódicos sem a “polidez” inerente a outras fontes e sem o distanciamento que tantas vezes marca a sua análise e relato feitos à posteriori.

O jornal é assim um veículo que nos permite estudar a “pessoa comum”, colocando a lente nos seus comportamentos e interações, até porque é essa “pessoa comum” que muitas vezes é o catalisador da História e como Jonathan Healey bem nota, realçando o carácter democrático da história local, «a maior parte das pessoas ao longo da história não foram reis nem rainhas nem celebridades»⁶¹.

Em suma, face aos indícios ou manifestações de republicanismo que perpassam na imprensa local da época em análise, pretendemos perceber a eventual força ou peso do movimento republicano no território em questão, formando uma imagem que permitirá tirar conclusões sobre a eventual preponderância destas ideias na “outra

⁵⁸ SHEERAN George, SHEERAN, Yanina, “Discourses in Local History”, *Rethinking History* 2:1 (1998), pp. 65-85, disponível em <https://doi.org/10.1080/13642529809408762>, acedido em 11/02/2021.

⁵⁹ Idem, p. 71.

⁶⁰ Veja-se, a este propósito a dúvida, «Não sei bem se vou falar de problemas de método ou de conceitos», constante em MATTOSO, José, *A Escrita da História*, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2019, p. 285

⁶¹ HEALEY, Jonathan, *Why Local History Matters*, Lecture delivered at the Oxford University Department for Continuing Education, 14 November 2012, disponível em https://www.academia.edu/2550380/Why_Local_History_Matters, acedido em 11/02/2021.

banda” neste período, e confirmar ou não o pendor revolucionário ou progressista da respectiva população, procurando saber se aquelas características já se faziam sentir no início do século XX, prenunciando o papel que a região viria a ter, anos depois, enquanto baluarte de resistência à ditadura no período do Estado Novo.

Além de dar resposta a esta questão, é nosso propósito engrossar o corpo de estudos sobre este território, valorizando para tal a fonte em que nos baseamos, aliando a perspectiva de estudo local com a reconhecida importância da imprensa para o movimento republicano.

Neste sentido, além de responder à questão enunciada, pretendemos que a nossa fonte e *modus operandi* traga uma perspectiva nova ao assunto, permitindo-nos ultrapassar a lacuna identificada por Francisco Correia, lendo a forma como a implantação da República foi vivida e tratada a nível local e o seu impacto, nomeadamente através da imprensa, a qual constitui um valioso guia da geografia não só física, mas também “mental” da presença republicana na margem Sul do Tejo entre 1907 e 1913.

Estado da arte

Não pretendendo com esta dissertação realizar mais um trabalho sobre a revolução de 5 de Outubro de 1910, os eventos que conduziram à mesma ou os que se sucederam durante o período da Primeira República, cremos que a bibliografia existente sobre o modo como este período-chave da história de Portugal foi vivido na margem Sul, poderá ser complementada de uma forma enriquecedora⁶².

⁶² SANTOS, Maria Clara e MENDES, Vítor Pereira, *A Revolução Republicana na Moita*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2010; FLORES, Alexandre e POLICARPO, António, *Proclamação da República em Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2011; CORREIA, Francisco, *A Terra Mais Maciçamente Republicana – Memorial Republicano (Montijo nas Comemorações do Centenário da República)*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2011; AZEVEDO, Rosa Bela e TOJAL, Alexandre Arménio (Coord.), *Aldeia Gallega nas vésperas da República - As Eleições Municipais de 1908*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2008; POLICARPO, António Manuel Neves e MATEUS, Fernando de Brito, *Cova da Piedade: Da Primeira República ao 25 de Abril*, Cova da Piedade, Junta de Freguesia de Cova da Piedade, 1999; e obra colectiva editada pela Câmara Municipal da Moita que reúne as actas de colóquio subordinado a este tema, que teve lugar em 02/10/1910, intitulada, *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*. A esta bibliografia devemos adicionar a referência ao artigo intitulado *O Barreiro e a República*, de António Nunes Camarão, disponível em http://memoriaefuturo.cm-barreiro.pt/arq/fich/Anto_769_nio_Nunes_Camara_771_o_-_O_Barreiro_e_a_Repu_769_blica.pdf,

De facto, desconhecemos qualquer abordagem aos mesmos na margem Sul do Tejo, feita com base na imprensa local da época, que se revelou surpreendentemente abundante e dinâmica⁶³, apesar do elevado analfabetismo do país. Note-se a este propósito, os números do Censo de 1911, trazidos à colação por Maria Alice Samara – «a percentagem total de analfabetos (...) era de 75,1%», apresentando as metrópoles números bastante inferiores àquele, o que permite ler a «clivagem (...) entre o Portugal urbano e o rural»⁶⁴.

Esta realidade levou-nos a questionar qual seria o público-alvo das publicações que abordamos, pois parece-nos óbvio que as mesmas se dirigiam à pequena camada alfabetizada da população. Não possuindo, no entanto, qualquer tipo de dado seguro sobre o assunto, mas conjugando o que sabemos ser a maioria da base de apoio do PRP⁶⁵ com o teor dos anúncios publicados nos jornais estudados, tomando *O Correio do Sul* como exemplo, sempre diremos que aquelas publicações dirigir-se-iam a uma população com um mínimo de posses e disposta ao consumo, e inclusive, ao investimento em pequenas propriedades, pois abundava não só a publicidade a “casas de pasto” ou a lojas de artigos para o lar, mas também os anúncios de venda de imóveis⁶⁶.

Como supra referimos, aquando da referência às obras relacionadas com a implantação da República na geografia objecto do nosso estudo, os trabalhos elencados na nota 62, são todos os por nós conhecidos sobre a época do 5 de Outubro de 1910 e a vivência relacionada com aquele evento no território estudado. No entanto, embora

acedido em 23/01/2021. Note-se que todos estes estudos foram editados por autarquias locais, num louvável trabalho de valorização e investimento na respectiva memória e património, o que passa, não só, pela edição do tipo de trabalhos aqui elencados, mas também pelo investimento em núcleos museológicos ou na promoção de congressos (de que é exemplo o envolvimento das autarquias nos Congressos de História Local).

⁶³ Abundância de imprensa que levou à afirmação de que «O Portugal de então era um país de jornais. Mau grado a elevada taxa de analfabetos (...) sendo frequente a sua leitura em voz alta...», in SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. XI, Lisboa, Ed. Presença, s/d, p. 600, contradizendo a nossa investigação, como se viu, a afirmação constante da p. 601 daquela obra, segundo a qual os concelhos da Moita e do Seixal constituíram excepções à existência de imprensa periódica em quase todo o país.

⁶⁴ Tudo neste passo, cf. SAMARA, Maria Alice, *Portugal, uma retrospectiva: 1910 (vol. 6)*, Lisboa, Tinta da China/Público, 2019, pp. 12-13.

⁶⁵ A massa «pequeno-burguesa», cf. VALENTE, op. cit. pp. 65-67.

⁶⁶ Veja-se, a título de exemplo, os anúncios insertos n’*O Correio do Sul*, 08/06/1913, n.º 150, p. 4 ou, quanto ao anúncio de venda de imóvel, o constante da p. 3 do n.º 49, de 18/12/1910.

estes se socorram pontualmente da imprensa local e a mencionem, nenhum deles versa especificamente sobre esta ou faz dela o cerne do respectivo estudo.

Relativamente a trabalhos relacionados com a implementação do republicanismo feitos com base na imprensa local, apenas conhecemos a dissertação de Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida Pires, intitulada *O Surto das Ideias Republicanas no Algarve (1876-1910) Através da Imprensa*⁶⁷, não podendo deixar de referir o seu mérito na recuperação da memória local e valorização da imprensa publicada na região. É, segundo sabemos, o único trabalho académico sobre esta época e tema que assume como fonte de referência a imprensa local

Contudo, pese embora o valor da mencionada dissertação, a mesma foca-se na imprensa local publicada numa região completamente distinta da por nós analisada.

Ainda a propósito do estudo da imprensa republicana, embora numa perspectiva que não a análise da publicada localmente, e numa cronologia anterior àquela em que nos centramos, é incontornável o recente trabalho de Júlia Leitão de Barros, sugestivamente intitulado *O Jornalismo Político Republicano Radical – O Mundo, 1900 - 1907*, que se revelou uma ferramenta fundamental na análise da imprensa desta época.

Julgamos também ser de mencionar o artigo de Jorge Carvalho Martins intitulado *O 5 de Outubro na imprensa da época*, que se revelou um trabalho preliminar vocacionado para um objectivo de aferição do «sentir da imprensa aquando do 5 de Outubro e de, a partir dela, chegar um pouco às aspirações, esperanças e eventuais desilusões da população em relação aos primeiros meses de governo republicano»⁶⁸, numa proposta que nos parece interessante mas cuja sequência desconhecemos, reconduzindo-se o referido texto a amostragem estatística e comparativa dos periódicos seleccionados na aferição da sua atitude de adesão, antagonismo ou neutralidade para com o novo regime.

⁶⁷ PIRES, Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida, *O Surto das Ideias Republicanas no Algarve (1876-1910) Através da Imprensa*, dissertação de mestrado em História do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Faro, 2012, disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/3484>, consultado em 01/11/2021.

⁶⁸ MARTINS, Jorge Carvalho, “O 5 de Outubro na imprensa da época”, in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, p. 687.

Assim, não é do nosso conhecimento a existência de qualquer trabalho que verse sobre a presença e manifestações da ideologia republicana na margem Sul do Tejo, realizado com base na análise da imprensa publicada naquela região no arco temporal aqui abordado.

Enquadramento a uma *proposta alternativa de regime e modificação da ordem cultural*⁶⁹

As linhas que se seguem são a tentativa de definir ou enquadrar aquilo a que nos referimos quando falamos em “valores republicanos”, pois «o republicanismo caracterizou-se por ser uma proposta política que só será devidamente compreendida se for inserida no fundo doutrinal que a justificava»⁷⁰. Veremos então como transpareciam os diferentes aspectos ou princípios ligados ao republicanismo e que eram divulgados, quer nos textos programáticos do Partido Republicano, quer nos vários comícios, sessões, conferências e palestras em que vultos ligados a este movimento estiveram presentes, tendo em mente, não só, a importância dos «republicanos locais» referidos por Maria Alice Samara⁷¹, mas também as figuras de dimensão nacional ou até internacional, tantas vezes mencionadas. Ressalvaremos, contudo, que não temos a pretensão de abranger todos os aspectos daquele “fundo doutrinal”, até porque nos restringiremos à imprensa analisada e aos pontos aí levantados, numa análise feita dentro dos limites formais exigidos numa prova académica.

Assim, abordaremos as que nos parecem ser as ideias-chave da mundividência republicana, identificadas na leitura da imprensa em análise, e que são, a nosso ver, subsumíveis, às discussões, pensamento e intervenção sobre as “questões” que estudaremos em três pontos autónomos, aos quais estas linhas servirão de preâmbulo: a “questão religiosa”; a “questão social” e a “questão política”.

Para o breve enquadramento de que falamos, parece-nos indispensável um recuo temporal relativamente à baliza cronológica mencionada na introdução, pois é fundamental uma análise dos programas republicanos que vieram sendo elaborados desde o século XIX, os princípios ali elencados e as ideias que neles transparecem.

Seguindo Fernando Catroga, nomeadamente o seu *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, consideramos que não existiu um

⁶⁹ Expressões adaptadas de CATROGA, op. cit, p. 12.

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ SAMARA, Maria Alice, “O Republicanismo”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), História da Primeira República Portuguesa, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, p. 74.

Partido Republicano propriamente dito, com um programa que congregasse todas as correntes daquele movimento, antes de 1883⁷², pelo que aqui serão considerados todos os textos programáticos produzidos pelas diferentes facções que então coexistiam, o que justifica a utilização da expressão “programas republicanos”, não deixando de remeter esta questão, quanto ao seu elenco, para a compilação coordenada por Ernesto Castro Leal, justamente intitulada *Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses (1873-1926)*⁷³.

Há que perceber o fio condutor que agregava os republicanos portugueses sob uma mesma linha ideológica, afirmando-se que estamos perante um grupo que se arrogava como o herdeiro e continuador dos valores da primeira revolução liberal portuguesa, tendo o «republicanismo (...) no vintismo e no neo-vintismo o seu veio mais valioso, ao contrário do cartismo, o qual foi entendido (...) como uma espécie de contrafacção constitucional»⁷⁴. Desta forma, como mote para os capítulos atinentes às manifestações das *ideias republicanas* que transparecem na imprensa local publicada na margem Sul do Tejo na época considerada, há que ter em conta que o republicanismo visava «refundar e aprofundar a ala esquerda da tradição liberal»⁷⁵ em consonância com a noção de que «à boa maneira iluminista, a (...) “revolução republicana” pressupunha (...) uma verdadeira revolução cultural»⁷⁶, buscando atingir um «estádio civilizacional e societal superior»⁷⁷.

A primeira referência a programas republicanos que encontramos data de 1848, e sublinha a vocação protectora do povo, combatendo os interesses instalados, fazendo apelo aos valores da *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*⁷⁸. Também o pensamento de José Félix Henriques Nogueira, vertido no seu *Estudos sobre a Reforma em Portugal* (publicado em 1851) esteve na raiz de um programa, publicado pelo Centro Federal de

⁷² CATROGA, op. cit., p. 38, desconsiderando-se portanto o marco de 1876, comumente aceite pela historiografia como sendo o ano da fundação do Partido Republicano.

⁷³ LEAL, Ernesto Castro (Coord.), *Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses (1873-1926)*. Antologia, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014

⁷⁴ HOMEM, Amadeu Carvalho, “O republicanismo e alguns dos seus valores fundamentais”, in CORREIA, Francisco, *A Terra Mais Maciçamente Republicana – Memorial Republicano (Montijo nas Comemorações do Centenário da República)*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2011, p. 12.

⁷⁵ Idem, p. 17

⁷⁶ CATROGA, op. cit., p. 13

⁷⁷ SAMARA, op. cit., p. 71

⁷⁸ CATROGA, op. cit., pp. 43-44

Lisboa em 1873, cujos pontos programáticos ou princípios se prendiam essencialmente com a «exigência de reconhecimento dos direitos fundamentais» e as «reivindicações típicas do pensamento radical», reflectindo a «concepção do Estado como encarnador do interesse geral»⁷⁹.

Aqui, surge pela primeira vez a referência a Ladislau Batalha, que encontraremos como director e proprietário de um dos jornais em que nos baseámos: o *Ávante!*, segundo o seu subtítulo, *fundado pelo Centro Socialista do Barreiro e filiado no Partido*. Nesta altura, a dimensão socializante do republicanismo federalista assume um grande peso, sendo aquele autor um dos que reafirmam a necessidade de se fazer cumprir os princípios do «governo do povo para o povo, baseado na liberdade, igualdade, fraternidade e justiça democrática, contra um modelo cartista que havia corrompido o liberalismo da Revolução Francesa e do Vintismo, através da Carta Constitucional»⁸⁰, rumo à «*República Federal Social*»⁸¹.

De facto, o ideal socialista estava bem presente no seio da facção federalista, havendo uma inegável promiscuidade com aquele movimento o que levou a que Fernando Catroga usasse a expressão «tradição social-republicana»⁸² a este propósito, disputando o Partido Socialista (depois da sua fundação em 1875) algum espaço político aos republicanos, o que foi por estes combatido com medidas de elevado pendor socializante, como melhor se verá no capítulo atinente à “questão social”.

Ainda referindo os programas do movimento republicano, há que mencionar o que saiu durante o mesmo ano de 1873 e que teria pretensamente uma vocação universal, sendo, porém, tal universalismo, contestado, justamente pela existência de um outro projecto de programa, datado de 1878⁸³.

Perante a falta que ainda se fazia sentir de um programa que congregasse o fragmentado movimento republicano, Carrilho Videira e Teixeira Bastos editam em 1886

⁷⁹ Tudo, neste passo, conforme as páginas 44 a 49 da referida obra *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910* de Fernando Catroga, onde este programa e reivindicações constam.

⁸⁰ PIRES, Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida, *O Surto das Ideias Republicanas no Algarve (1876-1910) Através da Imprensa*, dissertação de mestrado em História do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Faro, 2012, p. 77, de acordo com ideia de Joel Serrão no seu *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo – Antologia do Pensamento Político Português*.

⁸¹ BATALHA, Ladislau, “O Operário e a Política”, in *Almanach Republicano para 1877*, Lisboa, 1876, p. 87.

⁸² CATROGA, op. cit., p. 49.

⁸³ A contestação à referida pretensão “universalizante” fica bem ilustrada em CATROGA, op. cit. p. 49.

o *Projecto de Um Programa Federalista Radical para o Partido Republicano Português*, que «reafirmava a defesa dos direitos fundamentais, as federações municipal e latina, a separação das Igrejas do Estado, a secularização das cerimónias civis e políticas, o sufrágio universal e o mandato imperativo, o governo de assembleia, a democratização e a secularização do ensino, a democratização da justiça, a racionalização dos ordenamentos jurídicos (códigos), o imposto único e progressivo, a extinção dos direitos feudais e a forte tributação das sucessões, a morigeração da administração pública e o saneamento das finanças, a penitenciária-colónia, o pacifismo e a extinção dos exércitos permanentes»⁸⁴, dando atenção à questão social, com medidas relativas à protecção dos trabalhadores, ao fortalecimento do sector público da economia, à instauração de um sistema de segurança social e à defesa dos direitos da mulher. Caberá ainda a referência a um programa publicado em 1888 por Felizardo Lima mas que repetia, «no fundo, os princípios essenciais do federalismo»⁸⁵.

Em 1891, surgirá então aquele que será “o” programa do Partido Republicano, num contexto em que «a Monarquia definhava, num país que ansiava pela mudança»⁸⁶, criticando-se o Directório por «nem sequer ter dotado o movimento de um programa unanimemente aceite e que mostrasse ao país (...) a alternativa que se propunha realizar uma vez chegado ao poder»⁸⁷. Assim, pouco tempo antes da revolta de 31 de Janeiro de 1891 no Porto, no dia 11 daquele mês, foi publicado o documento que visava «conciliar (...) os programas republicanos anteriores»⁸⁸ e consumir a «revolução cultural (...) necessária para completar o processo histórico iniciado com o liberalismo, mas que somente a República poderia elevar a um estado de (...) perfeição»⁸⁹, cabendo aqui a exposição de algumas das suas linhas de força: em termos de organização do poder do Estado, «A vertente federalista aparece (...) na estruturação do poder legislativo e administrativo: a um primeiro nível, previa-se uma federação de municípios (...); num segundo degrau, erguer-se-ia a federação de províncias (...). Quanto ao poder executivo (...) o programa (...) defendia a divisão em 3 sectores: segurança social, educação pública

⁸⁴ Idem, pp 54-55.

⁸⁵ Idem, p. 56.

⁸⁶ PIRES, op. cit., p. 81.

⁸⁷ CATROGA, op. cit., p. 57.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ *Ibidem*.

e economia pública. No concernente ao poder judicial, limitava-se a propor a sua estruturação em 3 juízos...»⁹⁰. Quanto aos direitos da mulher, este programa continuava a pugnar pela sua emancipação. No campo económico, há que sublinhar o elogio do cooperativismo que coexistiria com a iniciativa privada, devendo o Estado, numa atitude de limitação do «liberalismo extremo»⁹¹, oferecer protecção e posição de privilégio à produção e trabalho nacionais, favorecendo a pequena indústria e o comércio.

Fazendo apelo ao texto deste programa, incluído depois por José Francisco Trindade Coelho no seu *Manual Político do Cidadão Português*⁹², Fernando Catroga elenca algumas medidas previstas em benefício das classes trabalhadoras, num objectivo de concretização do «projecto de consenso social (...), que só queria deixar de lado os sectores (...) ligados ao poder monárquico»⁹³, prescrevendo «a regulamentação do inquilinato, a institucionalização dos tribunais de classe para os conflitos entre operários e patrões, a ampliação das competências dos árbitros avindores, o reconhecimento e auxílio às câmaras sindicais, a criação de bolsas de trabalho e de todos os meios de incorporação do proletariado na sociedade moderna»⁹⁴.

Ainda a propósito deste programa, há que notar a radicalização do movimento anticlerical na recta final do século XIX, agudizado pelo que se percepcionava ser a crescente influência da Igreja no Estado. Assim, «o programa de 91 indicia esta mutação (...), sobretudo quando exige a introdução do registo civil obrigatório, o ensino primário obrigatório, gratuito e laico, a secularização dos cemitérios, a abolição dos juramentos civis e políticos»⁹⁵. E, claro, no 2.º ponto daquele programa, respeitante às “liberdades políticas”, prevê-se o sufrágio universal que «era um grande argumento da propaganda republicana, em todos os “programas” desde o início do movimento»⁹⁶.

⁹⁰ Idem. pp. 57-58

⁹¹ Idem, p. 59

⁹² Conforme as páginas 638 a 642 da versão que consultámos desta obra, disponível em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1496.pdf>, que corresponde à sua edição de 1906, nas quais o autor também cita princípios programáticos insertos no jornal *Democracia Portuguesa* em 1886.

⁹³ CATROGA, op. cit., p. 59.

⁹⁴ *Ibidem*

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ PIRES, op. cit., p. 77.

Exarado o (único) programa “oficial” do partido, ainda assim não poderemos dizer que aquele foi «referência incontestável para todos os republicanos»⁹⁷, até porque se «recobria as reivindicações de teor laicista, o mesmo não se pode afirmar no respeitante às (...) de índole social»⁹⁸, tendo grande peso no movimento uma facção que não admitia a ideia de separar «a questão do regime da questão social e (...) não reduziam o ideal republicano a uma forma exclusivamente política»⁹⁹, como veremos.

Finalmente, a propósito de pontos programáticos ou valores eminentemente republicanos, não podemos deixar de apontar as teses apresentadas no I Congresso Nacional do Livre Pensamento, em 1908, até porque aquele «constitui uma frente de luta com um programa Republicano avançado (...) aplicado pelo Governo Provisório»¹⁰⁰.

Pareceu-nos relevante assinalar as teses e acção do Livre Pensamento, pelas temáticas das mesmas, tendo as suas reivindicações sido consagradas na lei, e porque os seus valores nos parecem naturalmente apelativos ao movimento republicano, interpenetrando-se com o que vimos serem os pontos programáticos já apontados, sendo o livre-pensamento o «cimento progressista que agregava (...) uma frente burguesa e popular, republicana, laica e socialista»¹⁰¹, compondo-se o movimento republicano, por «uma galáxia de organizações e de grupos mais ou menos informais»¹⁰² que tinham um «denominador comum (...) essencialmente político e cultural»¹⁰³, não deixando de parte as «preocupações sociais»¹⁰⁴.

Pese embora os princípios, ideias ou linhas programáticas que deixámos indicados, não deixa de se apontar ao projecto republicano, o facto de ter sido «incapaz de definir um “projecto nacional” próprio ou uma ideia de Estado susceptível de

⁹⁷ CATROGA, op. cit., p. 60.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ Idem, p. 61. A tensão entre a defesa da “questão social” perante a “questão do regime” estará sempre presente, sendo uma constante fonte de discussão e conflito, como se verá.

¹⁰⁰ FARINHA, Luis, “Livre Pensamento. Republicanos, laicos e socialistas” in ROLLO, Maria Fernanda e AMARO, António Rafael (Coord.), *República e Republicanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, p. 31, elencando o mesmo artigo várias leis promulgadas pelo Governo Provisório que espelham as reivindicações do Livre Pensamento e de onde também constam as teses referidas.

¹⁰¹ Idem, p.35. E porque o *Livre Pensamento* era também parte da «galáxia» referida em SAMARA, “O Republicanismo”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, p. 69.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

aglutinar (...) um bloco social e político estável e viabilizador, em termos duradouros, do novo poder»¹⁰⁵, sendo essa uma das causas que Fernando Rosas aponta para «o falhanço do primeiro ensaio liberal-democrático da História portuguesa do século XX»¹⁰⁶.

Sobre o facto de a questão do sufrágio universal ter estado presente em todos os programas republicanos, cumpre expor uma hipótese levantada por Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida Pires, que questiona se «os republicanos da “geração ativa” já se preparavam para inviabilizar o sufrágio universal, e optaram pela indefinição da propaganda, na última fase da Monarquia?»¹⁰⁷, recorrendo a um argumento da época que preconizava a necessidade de se ser instruído para votar conscientemente. Desta forma, a negação do sufrágio universal já estaria prevista e justificada desde aquela época, pois, de facto, a maioria da população não era instruída, usando-se «a “falta de ilustração” (...) para adiar um princípio presente em todos os programas e que nunca chegaram a aplicar»¹⁰⁸.

Assim, a tantas vezes apontada “indefinição programática” republicana seria afinal propositada e estrategicamente orientada para a negação do sufrágio universal. Porém, salvo uma leitura menos correcta da hipótese levantada pela autora, não vemos que a mesma proceda, pois, embora haja alguma indefinição quanto à explanação da aplicação concreta dos princípios programáticos, não vemos qualquer “indefinição”, nomeadamente, na proclamação do princípio do “sufrágio universal”, o qual consta claramente até do programa de 1891, como vimos. De facto, tendo o direito de voto sido limitado com a justificação da “falta de ilustração” do povo (como Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida Pires, bem refere, depois) tal decisão foi tomada apenas na fase de discussão da operacionalização daquele ponto, não nos parecendo que houvesse qualquer “indefinição” predeterminada com este fim.

¹⁰⁵ ROSAS, Fernando, “A Crise do Liberalismo Português e a I República”, in *A Crise do Sistema Liberal e a Implantação da República – Seminário realizado na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, Moita, 3 de Outubro de 2000*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2002, p. 77, estando esta ideia igualmente presente em ROSAS, Fernando, “A crise do liberalismo e as origens do “autoritarismo moderno” e do Estado Novo em Portugal”, in *Penélope*, n.º 2, Lisboa, 1989, pp. 98-113.

¹⁰⁶ Idem, p. 73.

¹⁰⁷ PIRES, op. cit., p. 99.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

Contudo, sobre o tema, concordamos com Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida Pires, na sua afirmação de que a «indefinição do programa republicano era muito conveniente (...) pois permitia alimentar a ilusão que nele cabiam todos»¹⁰⁹ e «mesmo o programa de 1891 surgiu para apaziguar as vozes críticas dos radicais»¹¹⁰.

De resto, a crítica à indefinição programática republicana era assaz comum à época, o que é visível também nos jornais em que baseámos este trabalho, surgindo aquela no socialista *Ávante!*, em artigo com título bem claro, *O programa fantasma*¹¹¹, onde lança o repto a que o Partido Republicano confesse que não tem qualquer programa. Também o monárquico *A Comarca*, transcreve artigo do *Voz do Povo* com a mesma censura, feita na sequência de congresso do Partido Republicano¹¹².

A questão da indefinição ou falta de um projecto aglutinador transparece também em artigo do historiador basco Jon Penche no qual este se propõe abordar o pensamento iberista em Portugal e em Espanha em finais do século XIX, deparando-se com algumas dificuldades no lado português pois, se no caso espanhol lhe foi relativamente fácil identificar «as figuras dos principais tribunos republicanos do último quartel do século XIX, cada um encabeçando uma das formações políticas republicanas (...) no caso português (...) não existiram linhas políticas tão definidas (...) pois a mesma sigla abrigava uma multiplicidade de tribunos e ideias»¹¹³.

Se n' *O Poder e o Povo*, como Vasco Pulido Valente afirma, não havia utilidade em «apresentar a ideologia republicana através dos vários programas do PRP e (...) frequentes declarações de princípios»¹¹⁴, o mesmo não se dirá quanto ao nosso trabalho, pois parece-nos importante contextualizar, ainda que brevemente, os pontos a abordar, até porque como o mesmo autor refere relativamente às fontes para a apreensão daqueles, «a imprensa republicana (...) é um bom guia»¹¹⁵.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 65.

¹¹⁰ *Idem*, p. 83.

¹¹¹ *Ávante!*, 17/04/1910, n.º 12, p. 4.

¹¹² *A Comarca*, 05/06/1910, n.º 63, p.1.

¹¹³ PENCHE, Jon, "El iberismo de los republicanos peninsulares a finales del siglo XIX" in ROLLO, Maria Fernanda e AMARO, António Rafael (Coord.), *República e Republicanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, p. 54.

¹¹⁴ VALENTE, op. cit., p. 27.

¹¹⁵ *Idem*, p. 28.

“Questão religiosa” (ou a expulsão de Deus da Constituição¹¹⁶)

Este ponto, relacionando-se com o que é uma «menção obrigatória em toda a historiografia da I República» e «o objecto central de muitos trabalhos relativos ao período»¹¹⁷, está assaz tratado pela bibliografia, não nos cabendo aqui abordar o tema de um ponto de vista teórico ou da sua história mas tão-só perceber como os assuntos que ao mesmo se podem reconduzir transparecem na imprensa local da região abordada, no intervalo cronológico em que nos situaremos.

Contudo, é importante explicitar aquilo a que nos referimos ao utilizar a expressão “questão religiosa”, remetendo para esse efeito para a dissertação de Ricardo Diogo Mainsel Duarte e também para as páginas 201 a 233 da obra de Fernando Catroga a que nos temos vindo a referir, sendo que da leitura conjugada destas duas referências retiramos uma noção que nos parece fundamental para enquadrar o tema – a ideia de que a “questão religiosa” tem a natureza de um processo (do qual vários episódios, medidas ou legislação fizeram parte) e que a mesma transmite a presença de um «ideário global de matriz essencialmente cultural»¹¹⁸, sendo «tanto social como política ou económica, tornando-as indissociáveis de todas estas questões que atravessaram e marcaram a I República»¹¹⁹

Feita a anterior ressalva, assumimos que faremos uso da expressão, nela abrangendo todas as situações, eventos, atitudes, relações e conflitos de natureza social, política e económica, que demonstrem o choque entre a ideia republicana que visava impor o «*homem laico* (...) capaz de construir um futuro que consumasse o reino da Liberdade, Igualdade e Fraternidade ou Solidariedade» ao «*homem religioso* (...) obscurecido e manipulável pelo padre»¹²⁰.

¹¹⁶ Cf. expressão encontrada em CATROGA, op. cit., p. 202.

¹¹⁷ Tudo cf. DUARTE, op. cit., p. 7.

¹¹⁸ CATROGA, op. cit., p. 204.

¹¹⁹ DUARTE, op. cit., p. 18.

¹²⁰ Tudo neste passo, cf. CATROGA, op. cit., p. 203.

O mais antigo relato de um evento relacionável com a “questão religiosa” que encontramos na imprensa analisada, surge em 7 de Fevereiro de 1909, sendo anunciado no jornal republicano *O Domingo* que «A Comissão Paroquial Republicana de Canha vai promover uma série de conferencias anticlericais e de educação livre durante a quaresma»¹²¹, sendo de notar a publicação no mesmo periódico, do anúncio com honras de primeira página, da obra *História da Evolução Jesuítica em Canha*, de Artur de J. Oliveira, então dada à estampa. No mesmo número do referido jornal, consta artigo de fundo assinado por Teófilo Braga onde encontramos o que é um indício da dificuldade, para que alertámos na introdução, que é a tentativa de ver a “questão social”, a “questão política” e a “questão religiosa” como estanques ou independentes umas das outras, pois no mesmo são feitas considerações que remetem para a «deformação jesuítica» ou a «pandemia religiosa»¹²² mas também para aspectos que analisaremos no âmbito de outras “questões”, tais como a educação, o papel da mulher na sociedade ou o “peso” do clero na política do país.

Noutro periódico também publicado em Aldeia Galega, mas com uma orientação claramente monárquica, *A Comarca*, encontramos uma outra leitura sobre esta questão, pois considera-se que comício antijesuítico ali organizado pelo PRP teve um impacto negativo na imagem deste partido, que «sofreu um rude golpe porque vai-se (...) evidenciando (...) que não é a verdadeira crença que impera nos dirigentes locais mas sim a propriedade de qualquer penacho que se sobrepõe aos bons princípios do dogma republicano»¹²³, tendo tido muito fraca audiência. Note-se que o comício a que *A Comarca* se refere, havia sido, como era natural, divulgado n’*O Domingo* a cuja comparência este apelou como forma de luta contra a «praga de sotainas»¹²⁴.

Combate ao peso do clero na sociedade

Em 1910, surge *O Correio do Sul*, com o explícito subtítulo anticlerical mencionado na introdução, constando logo do primeiro número a que temos acesso, a

¹²¹ *O Domingo*, 07/02/1909, n.º 395, p. 2.

¹²² Tudo a este propósito, cf. *O Domingo*, 08/08/1909, n.º 422, p.1.

¹²³ *A Comarca*, 12/09/1909, n.º 25, p. 2.

¹²⁴ *O Domingo*, 05/09/1909, n.º 426, p. 1.

proposta de que a verba destinada a «missas, missinhas e festarolas» reverta a favor dos protegidos pela Misericórdia em vez de alimentar «tretas que só servem para engordar padrecas gulosos» e, a propósito do retiro jesuíta então existente na Quinta de Vale de Rosal, na Charneca de Caparica a notícia breve intitulada *Os corvos do Valle de Rosallis*, que relata que «têm nestes últimos dias chegado várias carregações destas agourentas aves»¹²⁵, noticiando também a realização graciosa de registo civil por Alfredo de Sousa Coutinho¹²⁶, tendo aquele instituto grande incremento em Almada.

Atendendo à importância do registo civil no âmbito da “questão religiosa” e por o tema ser recorrente¹²⁷ na imprensa aqui em análise, cumpre-nos enquadrar, ainda que brevemente, o assunto. «Para o anticlericalismo republicano, a força de atracção do catolicismo resultava do seu poder cultural, que se reproduzia e socializava não só através do culto e do ensino, mas também do controlo que o clero exercia sobre os actos mais significativos da existência»¹²⁸, sendo então necessário, para combater esse poder, resgatar o “controlo” sobre os tais “actos mais significativos” – o nascimento, a morte e o casamento – que urgia laicizar.

O problema ainda havia sido equacionado durante a monarquia constitucional, legislando Mouzinho da Silveira sobre o registo civil, ficando tal, porém, como letra morta. Posteriormente, o assunto foi retomado pela Associação Promotora do Registo Civil, que visava sensibilizar para a prática e influenciar os governos à consagração da sua obrigatoriedade, tendo uma acção notória «a partir de 1895 (...) em que, com (...) milhares de membros e (...) articulação com (...) lojas maçónicas, grupos anticlericais (...) e com o movimento republicano, impôs a questão do registo civil obrigatório e outras reivindicações com tal força que os últimos governos monárquicos tentaram satisfazer algumas»¹²⁹.

¹²⁵ Tudo, cf. *O Correio do Sul*, 09/01/1910, n.º 2, p. 1.

¹²⁶ A propósito deste indivíduo, FLORES e POLICARPO, op. cit., p. 101-102

¹²⁷ Note-se as múltiplas notícias de indivíduos que registaram civilmente actos ou a divulgação de formulários e modelos de pedido de registo, num claro esforço de educação e propaganda. Veja-se a propósito, a nota 132 onde indicamos exemplos de notícias de actos de registo efectuados.

¹²⁸ CATROGA, op. cit., p. 209.

¹²⁹ Como se constata, por ex., em notícia inserta no *Correio do Sul* de 11/09/1910, louvando a actuação de Manuel Fratel (o último Ministro da Justiça da monarquia constitucional) pela promulgação de decreto que desobriga a que o registo civil dos nascimentos tenha de ser feito no prazo de 30 dias sob pena de multa, como referido adiante.

Sendo a obrigatoriedade do registo civil uma reivindicação constante dos programas republicanos, o governo provisório tomou, em 25 de Dezembro de 1910, a iniciativa de consagrar a obrigatoriedade de celebração do casamento perante um oficial do registo civil antes de qualquer eventual acto religioso e «ao organizar todo o serviço de registo civil, tornava obrigatória a inscrição dos (...) nascimentos, casamentos e óbitos»¹³⁰. Contudo, antes dessa obrigatoriedade, confirmando o que Maria Filomena Mónica refere, «os jornais trazem constantemente notícias de baptizados e enterros (...) fora da Igreja, gestos heroicos que como tal tinham de ser celebrados»¹³¹. Pudemos constatar que, de facto, a imprensa recorrentemente glorificava e registava tais actos¹³², o que, a nosso ver, ainda teria um maior peso na imprensa local, cujos leitores muito provavelmente conheciam os registandos.

Retomando a referência a Vale de Rosal, feita n' *O Correio do Sul*, o mesmo jornal relata mais um conflito com os padres daquele “coio jesuítico” pois, em virtude da falta de água na Charneca de Caparica foram realizadas prospecções, na sequência das quais aquela foi encontrada em terreno pertencente à referida congregação, que consentiu na abertura de um poço. Porém, iniciadas as obras, «apareceu um dos santos padres embargando o trabalho» argumentando «que tinham consentido apenas que se procedesse às pesquisas e não a que se abrisse o poço»¹³³ só aceitando que a obra fosse feita em troca da construção pela autarquia de um caminho do convento à estrada.

A celebração da chegada das andorinhas a Almada é pretexto para mais um ataque ao clero, já que tal facto «produz certa alegria, que contrasta (...) com o sentimento de indignação que provoca a chegada dos *negros corvos*», pois se «as andorinhas são mensageiras da primavera, os *negros corvos* são guarda avançada de grandes perigos»¹³⁴ e na mesma toada, a propósito de padre que se recusou a ensinar o filho de um lavrador a ler, com a justificação que este o deveria ensinar a «amanhar

¹³⁰ CATROGA, op. cit., p. 210.

¹³¹ MÓNICA, Maria Filomena, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, INCM/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, s/l, 1984, p. 85.

¹³² Encontramos exemplos de notícias do registo civil de nascimentos, casamentos ou óbitos, por exemplo, nos números 3, 30, 61 ou 15 d' *O Correio do Sul* (sendo neste último número, posto em relevo o facto de à criança cujo nascimento foi registado ter sido dado o nome de Francisco Ferrer – livre pensador anarquista, criador da metodologia da *Escola Moderna*, executado em 1909 pela “reacção”).

¹³³ Tudo a propósito desta notícia, cf. *O Correio do Sul*, 16/01/1910, n.º 3, p. 2.

¹³⁴ Tudo neste passo cf. *O Correio do Sul*, 13/02/1910, n.º 7, p. 1.

as terras», deixando-se «de leituras e escritas, que não dão pão» surge assinado por Romero Júnior um artigo violento em que é escrito que «esse padre (...) é um símbolo duma seita perniciosa que prejudica, atrofia e constitui um perigo para a sociedade!»¹³⁵.

Devemos referir uma coluna intitulada *O clericalismo*, constante do mesmo periódico, em que o relato de um caso passado na aldeia de Tornada (Caldas da Rainha) serve de pretexto para o elogio da educação, ilustração e racionalismo face ao obscurantismo das populações dominadas pela Igreja. Selecionámos este relato pois é interessante notar como os republicanos, na época, tinham perfeita noção de que a ilustração ou uma mundividência que propugnava a “libertação” do obscurantismo propagado pelo clero estava ausente do país rural – a esmagadora maioria do Portugal da época – interligando-se esta matéria claramente com a temática da educação (tratada a propósito da “questão social”) e com o reconhecimento da necessidade de se ser instruído e consciente para ter direito ao voto (temática enquadrável na “questão política”). O mesmo assunto é novamente afluído neste jornal, ficando bem patente aquela consciência em coluna assinada por Mozabita, intitulada *Das urnas às armas*, em que se reconhece a dificuldade da implantação da República pela via revolucionária justamente porque num país eminentemente rural, abundam as regiões onde a população faz «cegamente, o que a padralhada lhes ordena»¹³⁶, e erguer-se-ia portanto, contra um eventual levantamento revolucionário republicano.

Por oposição à aldeia que vive nas “trevas” medievais, surge num outro número deste órgão, a referência a uma zona urbana (Almada) onde «a ideia do livre pensamento se vai radicando», como conclusão tirada do relato de funeral da filha de encarregado de uma fábrica que, embora muito concorrido, não teve na igreja «mais do que meia dúzia de pessoas, mais por dever de ofício do que por devoção»¹³⁷. Dizendo esta notícia respeito ao funeral de familiar de alguém ligado à indústria corticeira, podemos assumir que grande parte da frequência do referido cortejo fúnebre seria composto por operários, inferindo-se do que ficou relatado o peso do anticlericalismo ou livre pensamento entre este grupo.

¹³⁵ Tudo sobre este artigo, cf. *O Correio do Sul*, 13/02/1910, n.º 7, p. 3.

¹³⁶ *O Correio do Sul*, 18/09/1910, n.º 37, p. 1.

¹³⁷ A propósito desta notícia, tudo cf. *O Correio do Sul*, 13/03/1910, n.º 11, p. 1.

Por ocasião do centenário do nascimento de Alexandre Herculano, *O Correio do Sul* dedica a primeira página do número dessa data ao elogio do sentimento anticlerical daquele, louvando, Marcos de Assunção¹³⁸, o facto de que «embora conservando (...) a religiosidade (...) do crente (...) repele as ficções do fanatismo. Ainda sob este aspecto, Herculano se torna (...) simpático aos olhos de todos (...) que (...) combatem (...) os manejos jesuiticos da reacção clerical»¹³⁹. Também o jornal socialista *Ávante!* dedica uma coluna, assinada por Lusadal, a Herculano, que, mesmo porque era «profundamente religioso», sempre foi pela «morigeração do clero»¹⁴⁰.

A notícia intitulada *A parada jesuitica*, inserta n' *O Correio do Sul*, é bem ilustrativa da percepcionada subordinação do poder político ao clero (que fundamenta grande parte do sentimento anticlerical) pois nele é relatada uma “exibição das forças reaccionárias” em Lisboa, em cortejo que deverá reunir «todas as confrarias e irmandades (...) todos os coios jesuiticos, colégios e associações clericais», demonstrando a influência clerical sobre o governo que «permitir-se-ia intervir (...) proibindo-a (...) ou restringindo-lhe os efeitos» caso «se tratasse de (...) manifestação liberal», mas, «tratando-se duma manifestação (...) reaccionária, tudo é permitido», notando que «a reacção (...) pretende dar leis no país, pode quer e manda, arrogando-se prerrogativas de verdadeiro poder do estado, ou antes, de poder superior a todos os poderes do estado!»¹⁴¹.

A propósito da passagem do Cometa Halley, o *Ávante!* notícia que «parece que pelas aldeias (...) os curas têm sido incansáveis em dizer asneiras, semeando o terror nos povos»¹⁴², organizando uma conferência de esclarecimento da população, o que é um exemplo concreto da acção pedagógica e de “iluminação” perante o obscurantismo que por intermédio do clero continuava a manter a população manietada, sendo essa ideia

¹³⁸ A seu respeito, vide FLORES e POLICARPO, op. cit., p. 187 e CORRREIA, Romeu, *Homens e Mulheres vinculados às terras de Almada (Nas Artes, nas Letras e nas Ciências)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1978, pp. 172-176.

¹³⁹ *O Correio do Sul*, 27/03/1910, n.º 13, p. 2.

¹⁴⁰ Tudo sobre esta coluna, cf. *Ávante!*, 01/05/1910, n.º 13, p. 3. O que bem confirma que a missão de libertação da opressão clerical une socialistas e republicanos, na esteira do que encontramos em MÓNICA, op. cit., p. 84.

¹⁴¹ Tudo sobre este artigo, cf. *O Correio do Sul*, 17/04/1910, n.º 16, p. 1. Esta noção é claramente exposta também em MARQUES, A. H. de Oliveira, *A 1.ª República Portuguesa (para uma visão estrutural)*, Lisboa, Livros Horizonte, s/d, pp. 66-69.

¹⁴² *Ávante!*, 17/04/1910, n.º 12, p. 3.

visível num texto justamente intitulado *Embustes clericais*, dado à estampa n' *O Correio do Sul* denunciando a forma como «a passagem do cometa (...) tem sido (...) explorada (...) pela reacção clerical» que a aponta «como um castigo (...) contra os hereges, acirrando (...) o ódio contra os liberais»¹⁴³, segundo aquela tese, culpados pelo “fim do mundo” que se anunciava.

Já depois da passagem do cometa, surge mais um pretexto de ataque à “padralhada”, em coluna escrita por Actor Mascarenhas¹⁴⁴ naquele mesmo periódico anticlerical, intitulada, *Depois do cometa!*, em que o mesmo, depois de discorrer sobre conceitos de astronomia, louva o próprio astro, que representa, no seu entender, a vitória das luzes e da ciência sobre a mentira e o “preconceito” clerical, ficando «reduzidas a nada as patranhas dos padres»¹⁴⁵.

No respeitante às comemorações do *Corpus Christi* em Almada, o anticlerical *O Correio do Sul* relata que estas foram um «monumental fiasco»¹⁴⁶, alertando para o facto da Câmara ter adiantado verba para o financiamento da procissão a realizar por ocasião das mesmas, e que afinal não se realizaram, voltando inúmeras vezes a este assunto durante os meses seguintes, exigindo a sua reposição.

A propósito da descrição da pompa com que decorrerão as festas de N. Sra. do Rosário, no Barreiro, encontramos no órgão socialista daquela localidade, mais um testemunho de como o sentimento anticlerical era vivido no plano local e o reflexo que tinha nos eventos e populações de cada vila, bem como das “intrigas” ou acusações trocadas entre diferentes facções, surgindo a nota mordaz, que «tudo isto, embora desnecessário, custa muito dinheiro, e não deixarão de ter valido (...) as esmolas que alguns livres-pensadores (...) andaram pedindo para a festa». Mais adiante, na mesma

¹⁴³ Tudo a este respeito, cf. *O Correio do Sul*, 08/05/1910, n.º 19.

¹⁴⁴ Sobre quem, com pena nossa, por ser autor de algumas das colunas que julgamos mais interessantes neste jornal, não encontramos qualquer referência biográfica e que julgamos ser o mesmo articulista que assina como Salvador Mascarenhas. Depreendemos apenas que além de colaborar neste periódico terá sido actor, não só pelo seu pseudónimo mas também por ter assinado uma coluna na qual refere (e crítica) «colegas» seus que fazem o «sinal da cruz» antes de entrar em cena, cf. *O Correio do Sul*, 23/01/1910, n.º 3, p. 3 e que perfilharia as ideias libertárias, cf. coluna por si assinada na p. 2 no n.º 41 deste jornal, em 23/10/1910, na qual interroga «A nós libertários, o que traz a República?».

¹⁴⁵ Tudo neste passo cf. *O Correio do Sul*, 22/05/1910, n.º 21.

¹⁴⁶ Tudo neste passo, cf. *O Correio do Sul*, 26/06/1910, n.º 26, p. 2. Encontramos novas referências à procissão não realizada e à exigência de devolução da verba concedida pela Câmara para tal, nos exemplares deste jornal publicados em 03/07/1910, 24/07/1910, 13/11/1910 e 02/07/1911.

notícia, o articulista acrescenta que «também se diz (mas não queremos acreditar) que alguns republicanos anticlericais tencionam vestir capa no dia da procissão»¹⁴⁷, o que põe a lume o dissenso no seio da militância anticlerical.

Ainda sobre o tema de festas populares locais, e portanto, intimamente ligadas à vivência do povo da região abordada, cumpre-nos registar o regozijo expresso n’O *Correio do Sul* pelo fracasso das festas religiosas na Cova da Piedade, em notícia que tem como subtítulo, «A festa da igreja reduzida a um fiasco»¹⁴⁸.

Do número seguinte deste periódico consta o que consideramos ser um autêntico esboço do projecto laicizador do republicanismo para o país pois, a propósito do louvor a Manuel Fratel pela promulgação de decreto que desobriga a que o registo civil dos nascimentos tenha de ser feito no prazo de 30 dias sob pena de multa, nota o jornal que ainda falta «secularizar o ensino (...), os cemitérios, os hospitais e todos os institutos de caridade ou assistência (...); estabelecer a obrigatoriedade e gratuidade do registo civil (...); interdizer na via pública (...) cortejos religiosos (...); separar a Igreja do Estado, dando a este todas as garantias (...) para (...) a superioridade do poder civil sobre qualquer outro»¹⁴⁹.

A materialização da animosidade

Com a implantação da República, dá-se aquele que é um dos acontecimentos incontornáveis na análise da “questão religiosa” nesta região, se bem que não abordado na imprensa local, como se sabe, de tendência republicana¹⁵⁰. Falamos do assalto, incêndio e confisco do gado do já várias vezes aqui mencionado “coio” de Vale de Rosal¹⁵¹, tendo sido derrubado o cruzeiro que lá se encontrava¹⁵², numa manifestação

¹⁴⁷ Neste parágrafo, tudo cf. *Ávante!*, 07/08/1910, n.º 20, p. 3

¹⁴⁸ *Correio do Sul*, 04/09/1910, n.º 35, p. 2.

¹⁴⁹ Tudo a propósito deste número, cf. *Correio do Sul*, 11/09/1910, n.º 36, p. 2.

¹⁵⁰ Silêncio que corrobora a conclusão a que Ricardo Diogo Mainsel Duarte chega na página 43 da sua já citada dissertação, de que as acções de “destruição” eram poucas vezes noticiadas nos jornais republicanos.

¹⁵¹ FLORES e POLICARPO, op. cit, p. 70 e DUARTE, op. cit., p. 31.

¹⁵² Relatado em AZEVEDO, Luís Gonzaga de, *Proscritos – notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910*, Valladolid, Florencio de Lara Editor, 1911, p. 55.

de animosidade para com os jesuítas, confirmada pelo relato de “batidas” que lhes foram feitas pela mesma altura, noticiadas no republicano *O Domingo*¹⁵³.

Também nesta data, mas em Canha, temos notícia (se bem que não através da imprensa, como se infere das notas 154 e 155) de um acto então ocorrido que, embora não nos pareça imbuído de espírito anticlerical, gerou protestos da Igreja por danos no seu património e desrespeito para com aquele – segundo relato do regedor daquela localidade, aquando da proclamação da República na vila, na noite de 4 para 5 de Outubro, «o povo correu à igreja, que tomou de assalto, para tocar os sinos (...) com tal intensidade e durante tanto tempo, que deixaram de poder ser usados»¹⁵⁴. Também referido na bibliografia consultada, há que mencionar a queixa do pároco de Sarilhos Grandes, por no dia 5 de Outubro de 1910 terem sido roubadas as chaves da igreja da localidade, estando na posse do Tesoureiro da Junta de Paróquia¹⁵⁵.

Aquando do primeiro aniversário d’*O Correio do Sul*, em 1 de Janeiro de 1911, este periódico deixa de ter os subtítulos de *folha semanal anticlerical e defensora dos interesses do concelho de Almada e órgão do partido republicano local* (que ganhara em 23 de Outubro de 1910) para se afirmar apenas como *Semanário Republicano*. Além disto, o director do periódico também muda, passando Jaime de Amorim Ferreira¹⁵⁶ a substituir António Baptista Ferreira¹⁵⁷, mantendo-se este, contudo, como proprietário (e administrador). Para o tema aqui em análise, é interessante notar uma das frases que constam do cabeçalho do número desta data: «Livres, enfim, dos corvos da reacção clerical!»¹⁵⁸.

Aqui chegados, cumpre recordar o que atrás dissemos sobre o instituto do registo civil, cruzando-o com a divulgação pelo órgão republicano *O Correio do Sul* da publicação do novo código de registo civil em *Diário do Governo* de dia 20 de Fevereiro

¹⁵³ *O Domingo*, 09/10/1910, n.º 483, p. 2 e *O Domingo*, 16/10/1910, n.º 484, p. 2.

¹⁵⁴ BALDRICO, op. cit., p. 48, fazendo referência neste passo a um *Ofício do Regedor de Canha de 12/06/1912*, no AHCMM - Fundo da Administração do Concelho de Aldeia Gallega do Ribatejo, Correspondência Recebida Ano de 1912, Ofício do Regedor de Canha de 12/06/1912.

¹⁵⁵ BALDRICO, op. cit., p. 58, referindo-se ao AHCMM - Fundo da Administração do Concelho de Aldeia Gallega do Ribatejo, Livro de Correspondência Recebida, 1910 a 1911, registo n.º 497.

¹⁵⁶ Vide FLORES e POLICARPO, op. cit., pp. 137-142 e CORREIA, op. cit., pp. 196-199.

¹⁵⁷ Vide FLORES e POLICARPO, op. cit., p. 104.

¹⁵⁸ *O Correio do Sul*, 01/01/1911, n.º 51, p.1.

de 1911¹⁵⁹, prescrevendo norma «há muito reclamada pelo espírito liberal do povo português»¹⁶⁰.

Há ainda que mencionar um outro episódio de alegada violência anticlerical nesta região, ocorrido na noite de 7 de Maio de 1911, que foi o assalto ao Santuário de N. Sra. da Atalaia, em Aldeia Galega, relatado pelo semanário republicano *O Domingo* como um mero caso de vandalismo, dando nota de que os alegados responsáveis já haviam sido presos, estando a ser interrogados¹⁶¹. Note-se como a forma como o evento foi noticiado, tendo sido considerado um mero acto de vandalismo confirma as considerações que Ricardo Diogo Mainsel Duarte tece¹⁶², sendo de notar que Joaquim Baldrico também se refere a este local como palco de acontecimentos relacionados com a «vaga iconoclasta republicana»¹⁶³ que terá assolado o país, mencionando a decapitação das imagens dos cruzeiros na Atalaia e destruição da coroa «que encimava as armas reais existentes no retábulo do altar-mor da Igreja do Santuário Mariano de Nossa Senhora de Atalaia»¹⁶⁴, sem, contudo, estabelecer ligação entre o noticiado assalto de 7 de Maio de 1911 e tais actos¹⁶⁵, parecendo inseri-los num momento anterior, mencionando ofício de 6 de Dezembro de 1910, em que o Governo Civil de Lisboa apelava, aos administradores de concelho, para a protecção de cruzeiros e pelourinhos, perante eventuais actos de vandalismo.

Em 9 de Outubro de 1911, aconteceu ainda um outro evento digno de menção – o assalto à igreja de S. Paulo, em Almada. Sobre o mesmo apenas temos como fonte primária as notícias do também republicano *Ribatejo*, que relata o acontecimento, qualificando-o como um acto «que merece toda a reprovação», mas «cujo principal motivo (...) foi o de constar que, na igreja, se realizavam reuniões de conspiradores», o que «numa população (...) intensamente anticlerical e democrática»¹⁶⁶ provocaria aquele tipo de reacção em defesa da República, devendo por isso as verdadeiras culpas

¹⁵⁹ *Diário do Governo*, 20/02/1911, n.º 41, p. 1, disponível em <https://dre.pt/application/file/188783>, acedido em 21/03/2021.

¹⁶⁰ *O Correio do Sul*, 25/02/1911, n.º 57, p. 2.

¹⁶¹ *O Domingo*, 14/05/1911, n.º 514, p. 1 e 2.

¹⁶² DUARTE, op, cit, p. 35 e p. 44ss.

¹⁶³ BALDRICO, op. cit., p. 60.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁵ Aparentando inseri-los cronologicamente no final de 1910,.

¹⁶⁶ Tudo sobre esta notícia, cf., *Ribatejo*, 22/10/1911, n.º 1, p. 3.

ser apuradas rapidamente, ressalvando que o acto, «embora censurável (...) não deve (...) merecer um desapiedado castigo»¹⁶⁷.

Tendo *O Correio do Sul* sido interrompido entre 17 de Setembro de 1911 e 17 de Dezembro de 1911, o mesmo reaparece com um novo subtítulo – *Semanário Republicano Democrático* – e com uma orientação assumidamente afonsista. É de referir a forma como o mesmo se empenhou na dinamização e divulgação da manifestação promovida pela Associação do Registo Civil em 14 de Janeiro de 1912 em Lisboa, dedicando o título que encabeça o número desse dia àquela, e reproduz a circular enviada pela referida associação à imprensa, bem como o manifesto «ao povo do concelho de Almada»¹⁶⁸ exortando-o a participar na que foi a manifestação «mais colossal dos tempos modernos»¹⁶⁹, segundo o relato que dela fez.

A diminuição de artigos relacionados com a “questão religiosa”, nos primeiros meses de 1912, é notória, o que cremos se pode ficar a dever a um ajuste ou nova orientação nas prioridades da luta republicana, agora mais focada na consolidação do regime e relacionamento com o operariado, como veremos a propósito das questões “social” e “política”, abundando nesta fase as matérias sobre a relação do movimento republicano com o operariado, os conflitos com este grupo social e os relatos da sua desilusão com o regime republicano.

Contudo, é de realçar a celebração da Lei de Separação n’*O Correio do Sul* por ocasião do primeiro aniversário daquela, constando do cabeçalho da primeira página do número dessa data um rasgado elogio a Afonso Costa, que «lavrou o decreto que emancipou o (...) povo português da tutela feroz e pesada do clericalismo»¹⁷⁰, o que também aconteceu na primeira página d’*O Domingo* da mesma data¹⁷¹.

Mais tarde, surge no mesmo jornal uma pequena notícia transcrita do *Notícias da Beira* segundo a qual António José de Almeida «pede assinaturas aos padres a fim de equilibrar as finanças do seu jornal», o que é qualificado como sendo «fazer uma figura

¹⁶⁷ *Ribatejo*, 29/10/1911, n.º 2, p. 1.

¹⁶⁸ *O Correio do Sul*, 14/01/1912, n.º 89, p.1

¹⁶⁹ *O Correio do Sul*, 21/01/1912, n.º 90, p.1

¹⁷⁰ Tudo a este propósito, cf. *O Correio do Sul*, 21/04/1912, n.º 101, p. 1.

¹⁷¹ *O Domingo*, 21/04/1912, n.º 563, p. 1.

tristíssima»¹⁷². Será que podemos ver aqui já um indício da animosidade entre democráticos e evolucionistas, que marcará a política nacional dos anos seguintes e tão presente estará nos números posteriores deste título?

Posteriormente, tendo já este jornal mudado de mãos¹⁷³, assume-se como *Semanário Republicano Evolucionista, órgão dos interesses das comarcas de Almada, Aldegallega e Seixal*, encontrando-se apenas uma breve nota relacionada com a “questão religiosa” a propósito de uma filha do Presidente da República que terá casado religiosamente, recordando o jornal que corra o boato de que António José de Almeida também o fizera, para, depois de averiguada a questão, se concluir que a acusação era falsa. Não deixaremos de notar que não vemos que tal constitua uma verdadeira “notícia”, sendo apenas um pretexto para trocas de acusações entre a facção evolucionista e democrática do republicanismo, sendo que na “fase evolucionista” d’*O Correio do Sul* abundam os ataques do jornal ao Partido Democrático e a Afonso Costa, a propósito de todo e qualquer pretexto¹⁷⁴, o que se enquadra na asserção de Júlia Leitão de Barros, que confirma o papel da «imprensa como (...) um instrumento (...) para fazer oposição (...) e o (...) combate jornalístico uma parada do jogo político»¹⁷⁵. Esta é, aliás, a conclusão a que chegamos ao ler a “notícia” segundo a qual Afonso Costa foi a Bragança “caçar votos”, ficando hospedado em casa de um padre, criticando-o pela sua alegada incoerência¹⁷⁶.

Entretanto, *O Domingo* permite-nos ter percepção de uma das polémicas e conflitos que então agitavam o país – o facto de ter sido atribuída uma pensão pelo governo ao clero na sequência das limitações que foram impostas à sua actividade pela Lei de Separação, tendo tal gerado uma divisão entre os clérigos que a aceitaram e os que não o fizeram. Neste número do jornal são identificadas claramente estas duas

¹⁷² Tudo cf. *O Correio do Sul*, 21/07/1912, n.º 113, p. 1.

¹⁷³ Em 11/08/1912. Muda não só o *Director* e *Proprietário* do jornal, que passa a ser Ribeiro de Carvalho (de quem já falámos) em substituição de António Baptista Ferreira, mas também toda a equipa: o *Editor* deixa de ser Alfredo Jaime de Araújo, passando a ser Tomás de Serra e Moura; Manuel Parada substitui Alfredo Pimenta Rodrigues como *Secretário da Redacção*; a *Administração* é assumida por Dr. Artur Machado; e os *Redactores* serão Gambetta Gomes e Tomás Marrazes.

¹⁷⁴ Comportamento que é recíproco por parte da imprensa afecta ao Partido Democrático e a Afonso Costa.

¹⁷⁵ BARROS, Júlia Leitão de, *O Jornalismo Político Republicano Radical – O Mundo, 1900 -1907*, Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, 2021, pp. 230-231.

¹⁷⁶ *O Correio do Sul*, 20/10/1912, n.º 125, p. 1.

facções: «Dum lado os padres que aceitaram a pensão (...); doutro aqueles que auxiliaram (...) Paiva Couceiro»¹⁷⁷. Contudo, e a propósito de facções dentro do clero, não podemos deixar de referir a referência a um padre republicano, defensor da lei de separação que foi anunciado como um dos oradores em comício republicano no Monte de Caparica¹⁷⁸.

O mesmo jornal dá-nos a conhecer um facto que remete para mais um claro exemplo da transversalidade temática de que falámos, neste caso, para a forma como a “questão religiosa” se interliga com a percepção da fragilidade e vulnerabilidade feminina pois *O Domingo* notícia que em Aldeia Galega foi distribuída no correio «uma arenga jesuítica» apenas dirigida «a senhoras porque são elas que mais facilmente caem na jesuítica mistificação»¹⁷⁹.

Uma certa reaproximação

Os últimos exemplos que mencionamos sobre a forma como a “questão religiosa” transparecia, remete mais uma vez para a conflitualidade entre evolucionistas e democráticos, permitindo perceber o posicionamento de uns e de outros. Note-se, a propósito, o artigo de fundo que Ribeiro de Carvalho assina, no agora assumidamente evolucionista *O Correio do Sul*, intitulado *Amnistia e paz religiosa* em que critica a atitude “violenta” de muitas das medidas da Lei de Separação (que, lembra, «não pertence nem ao Sr. Afonso Costa nem ao Partido Democrático») pois, se, de facto, «devemos impedir que a Igreja se sirva do seu poder para influir nas lutas do Estado», este não se deve intrometer em «questões (...) de carácter puramente espiritual»¹⁸⁰, reconhecendo-se que a religiosidade da população não pode ser simplesmente anulada, implementando-se, sim, um clima de liberdade religiosa, na linha do que será o último artigo relacionado com a “questão religiosa” que encontramos neste periódico, intitulado justamente *A Igreja e a República*, onde apela a que se utilize a primeira como veículo para radicar a

¹⁷⁷ *O Domingo*, 08/09/1912, n.º 583, p. 1.

¹⁷⁸ *Ribatejo*, 09/11/1911, n.º 3, p. 2

¹⁷⁹ Tudo a este propósito, cf. *O Domingo*, 27/10/1912, n.º 590, p. 2.

¹⁸⁰ Tudo relativamente a este artigo, cf. *O Correio do Sul*, 19/01/1913, n.º 136, p. 1.

segunda no «coração do povo»¹⁸¹, ao invés de o afastar, como consequência das violências feitas em nome da “separação”.

E é, de facto, inegável que um sentimento de tolerância religiosa se vinha gradualmente fazendo sentir ao longo da “fase evolucionista” deste periódico, pois nele encontramos desde o anúncio a uma festividade religiosa organizada por iniciativa de um «estimado pároco»¹⁸² a pequeno anúncio de divulgação de missa mandada rezar «por alma» de um falecido¹⁸³ ou texto a propósito das festas de S. Pedro, no Seixal, no qual o seu autor se manifesta, a título pessoal, a desfavor de procissão religiosa, aceitando-a, porém, se for essa a vontade da «maioria do povo seixalense»¹⁸⁴.

Em suma, no âmbito da “questão religiosa” houve três eventos centrais à mesma na geografia objecto do nosso estudo: o assalto a Vale de Rosal no próprio dia 5 de Outubro de 1910, sobre o qual não encontrámos indícios na imprensa local da época, constando o seu relato da bibliografia apontada; o assalto ao Santuário de N. Sra. da Atalaia, em Aldeia Galega, na noite de 7 de Maio de 1911, noticiado no jornal republicano *O Domingo*, que o caracterizou como mero acto de vandalismo¹⁸⁵; e o assalto à igreja de S. Paulo, em Almada, em 9 de Outubro de 1911, relatado no *Ribatejo*, num tom claramente apologético e desculpabilizante¹⁸⁶, indo o tom dos relatos e a caracterização destes incidentes de encontro às conclusões de Ricardo Diogo Mainsel Duarte.

Por não termos acesso a “contraditório”, lamentamos o facto dos órgãos de imprensa de que nos socorremos serem exclusivamente republicanos, justificando os actos mencionados como mero vandalismo (relativamente aos eventos no Santuário de N. Sra. da Atalaia) ou como uma acção da “democrática” população almadense que visava pôr fim a alegadas conspirações monárquico-clericais (no que ao assalto à igreja de S. Paulo diz respeito).

¹⁸¹ *O Correio do Sul*, 20/07/1913, n.º 156, p. 1.

¹⁸² *O Correio do Sul*, 11/05/1913, n.º 146, p. 1.

¹⁸³ *O Correio do Sul*, 24/08/1913, n.º 161, p. 3.

¹⁸⁴ *O Correio do Sul*, 29/06/1913, n.º 153, p. 1.

¹⁸⁵ *O Domingo*, 14/05/1911, n.º 514, p. 1 e 2.

¹⁸⁶ *Ribatejo*, 22/10/1911, n.º 1, p. 3.

Já quanto aos eventos ocorridos em Vale de Rosal, embora, como dissemos, não haja qualquer referência na imprensa local aos mesmos, estamos em crer que, a haver, seriam retratados como meros incidentes resultado da acção de um pequeno grupo de “exaltados” e, ainda assim, desculpabilizados ou minorados como fruto do forte sentimento anti-jesuítico da população, na esteira das palavras empregues pela imprensa lisboeta que abordou o evento¹⁸⁷.

O projecto de laicização da sociedade que o republicanismo trazia, já se fazia sentir nesta região bem antes da implantação da República, sendo a esse propósito de recordar o subtítulo d’*O Correio do Sul*¹⁸⁸, mas também as múltiplas sessões de propaganda e comícios noticiados, de que procurámos dar nota no presente capítulo. Devemos sublinhar a percepção com que ficámos, da leitura exaustiva da imprensa local, que os conteúdos relacionáveis com a “questão religiosa” sofrem um decréscimo a partir dos primeiros meses de 1912, pois estando já o regime republicano plenamente instaurado naquela data, as prioridades seriam a sua consolidação e reconhecimento. Ou seja, estava mais em causa a pacificação interna do que a intensa propaganda à luz que a República traria ao povo, libertando-o da obscuridade e das garras do clero, que contara com grande ascendente sobre os governos monárquicos.

Parece-nos legítimo concluir que, não obstante os eventos mais ou menos mediáticos ocorridos nesta latitude – os assaltos e vandalismo ocorridos em Vale de Rosal, no santuário de N. Sra. da Atalaia e na igreja de S. Paulo – a “questão religiosa”, não assumiu aqui características marcadamente diferentes do que no resto do país, sendo apenas uma faceta da proposta republicana “geral” que se firmou também nos territórios da margem Sul do Tejo, indo ao encontro do sentimento de uma «população (...) intensamente anticlerical e democrática»¹⁸⁹ e, por isso, altamente permeável ao projecto laicizador e modernizador do republicanismo para a sociedade.

¹⁸⁷ Veja-se, por exemplo, a referência à notícia deste evento e os termos utilizados pelo republicano (e por isso, de certa forma parcial) *A Capital* mencionado em DUARTE, op. cit. p. 31, mas também as referências que lhe foram feitas na *Ilustração Portuguesa*, cf. FLORES e POLICARPO, op. cit, p. 70.

¹⁸⁸ *Folha semanal anti-clerical e defensor dos interesses d’Almada*, o que manteve até 1911.

¹⁸⁹ *Ribatejo*, 22/10/1911, n.º 1, p. 3.

“Questão social” (ou a necessidade de completar a Revolução¹⁹⁰)

Como decorre do introito relativo ao que percebemos serem os vértices essenciais do pensamento republicano, ou as “questões” que o enformam, podemos concluir que «a procura da compatibilização dos valores demoliberais com o solidarismo social acabou por ser o grande escopo teórico do republicanismo»¹⁹¹.

De resto, tal como referimos quanto à “questão religiosa”, não é nossa intenção, neste capítulo, dedicarmo-nos à definição, explicação e pormenorização do que então se entendia por “questão social”¹⁹² mas, tão só, com base nos estudos previamente consultados, identificar as suas manifestações, a forma como era abordada e como transparecia na imprensa analisada, uma vez que «estava na ordem do dia desde, pelo menos, os últimos anos do século XIX»¹⁹³.

Diga-se, no entanto, que entendemos caber no conceito de “questão social” uma multiplicidade de assuntos, que se reconduzirão desde logo aos direitos sociais do povo¹⁹⁴, tal como Maria Alice Samara refere¹⁹⁵, mas também os temas e respectivas justificações que deixámos indicados na introdução a este trabalho, para onde remetemos, bem como temáticas relacionadas com os programas a que nos referimos no preâmbulo a estas questões. De facto, será o elenco de assuntos a abordar no âmbito da “questão social” e as temáticas que entendemos a ela ser subsumíveis que definem o que por aquela expressão se deve entender, uma vez que não nos deparámos com

¹⁹⁰ Cf. ideia constante em VENTURA, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal – as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 91, referindo *A Revolução Burguesa e a Revolução Social*, de José do Vale.

¹⁹¹ CATROGA, op. cit., p. 102.

¹⁹² Remetendo desde logo para VAZ, Maria Máxima, *Reformas Sociais da 1ª República*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2012, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/10601>, acedido em 22/07/2021.

¹⁹³ SAMARA, Maria Alice, “A questão social: à espera da «Nova Aurora»”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, p. 150.

¹⁹⁴ Assumir-se-á para o efeito do nosso estudo a noção de povo constante em AGAMBEN, Giorgio, “O que é um povo?”, in *A Política dos Muitos. Povo, Classes e Multidão*, DIAS, Bruno Peixe e NEVES, José (Coord.), Lisboa, Tinta-da-China, 2010, p. 31.

¹⁹⁵ SAMARA, op. cit., pp. 149-167 e, em especial, nas páginas 149-151.

nenhuma concepção fechada da mesma, pese embora a expressão tenha sido frequentemente utilizada, quer à época, quer na literatura contemporânea a que recorremos¹⁹⁶.

Na abordagem a esta “questão” e à forma como era tratada na imprensa local encontraremos exemplos de como assuntos com ela relacionados se interligam com a “questão política” e a “questão religiosa”, ficando clara a «linha dominante do Partido Republicano»¹⁹⁷ que subalternizou a “questão social” em relação àquelas duas.

A propósito da referência que acima fizemos ao “povo” parece-nos de interesse notar a apropriação que o movimento republicano fez desta classe e conceito, o que fica claramente exposto em alguma bibliografia consultada¹⁹⁸ e é confirmado pela imprensa que analisámos, pois, por exemplo, o comício de que se fala n’*O Domingo* de 6 de Janeiro de 1907 é «a afirmação suprema de um povo»¹⁹⁹, sendo de relevar o apelo ao voto inserto no mesmo título, identificando-se “o povo” com o movimento republicano²⁰⁰ ou a referência explícita n’*O Diabo*, a que o 5 de Outubro foi obra deste, o qual não consentiria num regresso da monarquia²⁰¹. Estes indícios corroboram o que encontramos em recente estudo de Júlia Leitão de Barros, onde o “povo” é considerado como um verdadeiro «protagonista político»²⁰².

A educação como arma de reforma social

No primeiro tema a abordar sob a “questão social” – a educação – note-se o artigo que encontramos no republicano *O Domingo*, que demonstra exemplarmente a referida transversalidade temática destas “questões”. Falamos de um artigo assinado por Joaquim Leitão a cujo título corresponde a interrogação de *Como combater o catolicismo?*, à qual o autor responde que tal deverá ser feito através da educação, pois

¹⁹⁶ Veja-se, por exemplo, o *Ávante!* de 01/01/1910, n.º 3, p.1 e até o título da tese *A Igreja e a Questão Social*, de Afonso Costa. É incontornável o artigo de primeira página d’*O Correio do Sul* de 08/09/1912, intitulado *Ao Povo Trabalhador*, que tem como antetítulo *Questões Sociais*. Como exemplos do uso da expressão na bibliografia estudada, veja-se, SAMARA, op. cit, p. 149 ou BARROS, op. cit. p. 281.

¹⁹⁷ GARNEL, op. cit. p. 46. Ideia claramente exposta pela autora na página seguinte da mesma obra.

¹⁹⁸ Nomeadamente, SAMARA, op. cit, p. 152 e PIRES, op. cit., p. 70.

¹⁹⁹ *O Domingo*, 06/01/1907, n.º 286, p. 1.,

²⁰⁰ *O Domingo*, 07/08/1910, n.º 474, p. 3.

²⁰¹ *O Diabo*, 08/10/1911, n.º 5, p. 2

²⁰² BARROS op. cit., p.262. Sendo o assunto especialmente abordado nas pp. 262 a 268 daquele estudo.

«antes de destruir tronos e altares temos de edificar escolas», sendo «o melhor soldado da Revolução social (...) o mais emancipado professor de instrução primaria»²⁰³. A educação é novamente abordada em artigo de Fazenda Júnior no mesmo jornal, sugestivamente intitulado *Ensino Laico*, que faz o elogio do mesmo, enquanto «para-raios do Progresso»²⁰⁴, sendo relevante a consciência quanto ao analfabetismo que grassava no país e a necessidade de o combater, como se depreende de artigo assinado por Leopoldo neste mesmo título²⁰⁵.

Em artigo de primeira página deste jornal, lê-se que «só a instrução (...) nos há de conduzir à (...) pura e sã religião, cujo lema é: Igualdade, Liberdade e Fraternidade!» e, por isso, faz-se apelo ao auxílio a 30 alunos da escola do centro republicano de Canha que, devido à sua pobreza, não a poderão frequentar, ficando privados daquela “fonte” geradora de «carácteres bem formados para a luta pela Razão, pela Verdade e pela Justiça»²⁰⁶.

Ainda sobre a educação, veja-se artigo de fundo saído no republicano *O Correio do Sul*, pouco depois do 5 de Outubro, no qual se elogia não só o papel do professor primário mas também o projecto de reforma da instrução, que se diz ter sido descurada pela monarquia, enquanto que «a República quer viver na luz (...) do progresso e da liberdade (...) e o foco (...) donde essa pode irradiar é a escola»²⁰⁷ anunciando-se a abertura de centro republicano no Monte de Caparica, com o intuito expresso de «derramar a instrução»²⁰⁸, através da abertura de uma escola nocturna e auxílio aos alunos pobres na aquisição de material. Note-se ainda o artigo que Galileu Correia²⁰⁹ assina neste mesmo título, subordinado à instrução em Almada, no qual discorre não só sobre a importância da mesma na preparação de cidadãos e iluminação da população, pugnando por um ensino laico, obrigatório e racional, fruto do reformismo republicano, mas também expando como a administração monárquica desinvestiu na instrução nesta

²⁰³ Tudo sobre este artigo, cf. *O Domingo*, 17/03/1907, n.º 296, p. 1.

²⁰⁴ *O Domingo*, 24/05/1908, n.º 358, p. 2.

²⁰⁵ *O Domingo*, 05/12/1909, n.º 439, p. 2.

²⁰⁶ Tudo a propósito deste artigo, cf. *O Domingo*, 06/03/1910, n.º 452, p. 1.

²⁰⁷ *O Correio do Sul*, 06/11/1910, n.º 43, p.1.

²⁰⁸ *Idem.* p. 2.

²⁰⁹ Sobre Galileu Correia, vide FLORES e POLICARPO, *op. cit.*, pp. 134-136.

vila, não sendo o seu estado pior, apenas graças à acção das escolas fundadas pelos centros republicanos.

Salientamos ainda a propósito da educação nesta localidade, o que consta de coluna d'*O Correio do Sul* assinada por Lux., que afirma que «Almada é um centro fabril, onde abunda o proletariado, e onde é necessário o desenvolvimento do ensino (...) de maneira a produzir homens livres e conscientes»²¹⁰. Neste sentido, o autor afirma ser imperioso fundir a escola do centro Capitão Leitão com a única oficial masculina, então existente em Almada, sendo a reforma da instrução primária louvada n'*O Echo d'Almada*, pois os seus autores foram leais «ao programa do Partido Republicano, fazendo a descentralização do ensino»²¹¹.

A ideia de necessidade de reforma da educação continua a perpassar n'*O Correio do Sul*, encontrando-se neste, coluna assinada por Armando Boaventura (aí identificado como “professor oficial em Almada”) que apela à necessidade de uma reforma do ensino, «genuinamente portuguesa, moldada nas nossas condições»²¹², voltada para a dignificação e reconhecimento da importância do professor primário. Também neste título, D. Francisco de Noronha, faz um paralelismo entre a escola e «a luz que poderá dar (...) aos trabalhadores a consciência dos seus direitos»²¹³, coincidindo o seu pensar com o apelo de Eduardo de Figueiredo ao operariado neste mesmo título, para que o mesmo se eduque, fazendo «guerra sem tréguas ao analfabetismo e à taberna», adquirindo «elementos profissionais e intelectuais» que possibilitarão a reforma das «associações de classe, socorros mútuos e cooperativas, para que elas produzam o bem estar social»²¹⁴, numa clara assunção da educação como temática enquadrada na “questão social”, na esteira do que encontramos também no republicano *O Povo de Aldegallega*, onde se apela à criação de escolas nas colectividades, ministrando cursos

²¹⁰ *O Correio do Sul*, 26/03/1911, n.º 61, p. 2.

²¹¹ *O Echo d'Almada*, 09/04/1911, n.º 2, p. 1.

²¹² *O Correio do Sul*, 11/08/1912, n.º 115, p. 3.

²¹³ *O Correio do Sul*, 18/08/1912, n.º 116, p. 2. Não podemos deixar de achar curioso, o título nobiliárquico do autor, colaborador num periódico assumidamente republicano.

²¹⁴ Neste passo, tudo cf. *O Correio do Sul*, 08/09/1912, n.º 119

sobre diversos temas, como «História de Portugal, (...) Geografia, Socialismo, etc.»²¹⁵, seguindo o exemplo da Associação dos Trabalhadores Rurais de Aldeia Galega.

A referência à “guerra à taberna” remete-nos para um curto *eco* com que nos deparámos em órgão republicano da Moita, *A Vitoria*, no qual se lamenta o subaproveitamento da escola do centro republicano local, por os pais das crianças daquela localidade preferirem investir em vinho ao invés de na educação e, a propósito de outra localidade desta zona, veja-se artigo em *A Luz*, que relata diálogo entre o seu autor e uma criança amante da escola, identificada como um «grande livre-pensador» que diz «tenho agora 10 anos, mas (...) gostava de ver (...) todas as igrejas como está aqui a nossa, que só lhe falta tirar os sinais simbólicos e transformá-la numa escola, assim como precisavam de ser todas quantas há no país!» pois, considera que se passa bem sem igrejas, mas não sem escolas²¹⁶.

Terminando o que temos vindo a assinalar como reflexo de questões relacionadas com a educação nesta zona geográfica, não podemos deixar de sublinhar a existência de um periódico, publicado em Canha, em larga medida vocacionado para este tema – *O Vintem Infantil* – pois tem a intenção declarada, logo no seu primeiro número, de «contribuir para a educação das crianças»²¹⁷.

O papel da mulher na sociedade

Estabelecendo a ligação entre a visão republicana sobre a educação e sobre o papel da mulher na sociedade (assunto genericamente conhecido como “questão feminina”²¹⁸) é interessante ler quanto a propósito encontramos n’*O Domingo*, onde em coluna intitulada *Educação das Mulheres em Esparta*, assinada por França Neto, se lê que «o feminismo vai-se alastrando por toda a humanidade», uma vez que «o sexo frágil»²¹⁹ já acede a profissões liberais, até então reservadas exclusivamente aos homens. Porém, como é reconhecido, inclusive por Maria Veleda, a mulher tem, acima

²¹⁵ *O Povo de Aldegallega*, 17/11/1912, n.º 1, p. 2. Este artigo está assinado por PG, que supomos ser Manuel Paulino Gomes, então advogado em Aldeia Galega, editor e director deste periódico.

²¹⁶ Tudo a propósito deste artigo, cf. *A Luz*, 14/09/1913, n.º 2, p 1-2.

²¹⁷ *Vintem Infantil*, 01/01/1913, n.º 1, p. 1.

²¹⁸ Expressão utilizada, por exemplo, em GARNEL, op. cit. p. 103.

²¹⁹ Tudo a propósito desta coluna, cf. *O Domingo*, 30/06/1907, n.º 311. p. 2-3.

de tudo, a «respeitável missão de educadora»²²⁰ ou, como afirma Leopoldo naquele mesmo jornal, a mesma «carece de instrução e educação» para «dirigir com consciência e com civismo os entes»²²¹, ideia reforçada no texto *A educação da mulher*, onde não se deixa de sublinhar a sua «frivolidade», sublinhando que «não nasceram elas nem para governar (...) nem para mandar exércitos»²²².

Invocando uma perspectiva algo diferente sobre esta temática cumpre aqui referir uma coluna inserta no *Ávante!*, intitulada *O movimento feminista em Portugal e fora*, no qual é elogiada a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, que, apesar de ser uma «agremiação (...) burguesa, (...) representa (...) progresso (...) sobre a habitual frivolidade da maioria das mulheres», formulando várias reclamações políticas. Avança a mesma coluna também detalhes sobre uma associação de classe feminina próxima do PS que vem «desenvolvendo grande actividade»²²³ – a associação de classe das Costureiras e Ajuntadeiras de calçado, de Lisboa.

A propósito de “reclamações políticas”, o episódio sobejamente conhecido do voto de Carolina Beatriz Ângelo não deixou de ser referido na imprensa desta região, sendo de relevar as considerações sobre o mesmo, tecidas no republicano *O Echo d’Almada*, que o louva, comentando que «muitos varões irão deitar o papelinho na urna, tendo muito menos consciência (...) do que teria D. Carolina Beatriz Ângelo»²²⁴. A propósito do voto feminino é de notar a coluna assinada por Rocha Junior no igualmente republicano *O Correio do Sul*, onde, depois de mencionar não só o voto de Beatriz Ângelo e destaques femininos nas letras e profissões liberais, afirma julgar ser «demasiado prematuro, tudo quanto (...) se faça para arrastar a mulher ao campo político», pois que a revolução foi muito recente, estando o país a viver um período conturbado, devendo esta «antes de se preocupar em ter direitos a votar, dedicar-se a uma outra missão»²²⁵ – à educação das crianças, fazendo delas cidadãos conscientes.

²²⁰ *O Domingo*, 11/10/1908, n.º 378, p. 1.

²²¹ Sobre este número, *O Domingo*, 17/10/1909, n.º 432, p. 1.

²²² Tudo, cf. *O Correio do Sul*, 10/07/1910, n.º 28, p. 1.

²²³ Tudo neste parágrafo, cf. *Ávante!*, 10/11/1910, n.º 25, p. 2.

²²⁴ *O Echo d’Almada*, 09/04/1911, n.º 2, p. 1.

²²⁵ Tudo a propósito desta coluna de Rocha Junior, cf. *O Correio do Sul*, 18/06/1911, n.º 73, p. 3.

Digno de menção é o artigo de Salvador Mascarenhas no mesmo semanário sobre um projecto de lei²²⁶ de Alexandre Braga em que alerta que «se a lei for posta em vigor, não faltarão por aí mulheres (...) a tratarem de desagradar aos noivos, mas de forma que eles sejam forçados a desistirem do casamento, e elas (...) a levarem a questão aos tribunais exigindo (...) indemnização!», não sem que antes ressalve ser um dos que mais fortemente se tem «insurgido (...) contra o despotismo de que a mulher é vítima». Na sua opinião, em vez de se legislar sobre a matéria em questão, deve dar-se educação e formação à mulher para que esta não necessite de «quem pense por ela nem de quem a dirija e defenda»²²⁷. Em número posterior do mesmo jornal, o autor regressa ao assunto, afirmando que o referido projecto de lei só servirá para «distrá-la da luta que ela tem que manter para se libertar, económica e moralmente»²²⁸, retomando-o em mais dois números do mesmo.

Novamente n’*O Correio do Sul*, encontramos artigo dedicado a um assunto que estava então na ordem do dia – o sufrágio feminino²²⁹. É traçado o histórico da discussão do tema, a nível internacional, e a forma como tem sido tratado em Portugal, advogando o autor a plena igualdade entre o homem e a mulher nesta matéria. Sabemos, no entanto, que «para os republicanos, (...) a emancipação feminina, não implicava a “outorga” de direitos políticos»²³⁰ e que mesmo os «grupos feministas não defendiam necessariamente o sufrágio universal»²³¹. De resto, a ideia contrária à “outorga de direitos políticos” à mulher volta a ser expressa naquele jornal, em artigo da lavra do já referido Armando Boaventura, que deixa clara a opinião de que «urge educar a mulher (...) para que a sua obra possa trazer-nos alguns benefícios», precisando que não se trata de a emancipar mas de a educar e que «a emancipação da mulher (...) não é prepará-la

²²⁶ Elogiado pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, cf. <http://silenciosememorias.blogspot.com/2014/01/0541-liga-republicana-das-mulheres.html>, consultado em 29/06/2021.

²²⁷ Tudo sobre este artigo de Salvador Mascarenhas, cf. *O Correio do Sul*, 11/02/1912, n.º 92, p. 2.

²²⁸ *O Correio do Sul*, 18/02/1912, n.º 93, p. 1.

²²⁹ Sobre este tema em concreto veja-se CATROGA, op. cit. p. 179-183.

²³⁰ GARNEL, op. cit., p.101. Sendo o “feminismo” republicano analisado nas páginas 101-106 desta obra.

²³¹ PEREIRA, Miriam Halpern, “A “questão social” na I República: alguns aspectos”, in ROLLO, Maria Fernanda (Org.), *Congresso Internacional I República e Republicanismo – Atas*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, p. 368.

para a vida política» mas «unicamente (...) para a vida social, que tem como base a organização da família»²³².

As últimas notas, sobre esta matéria, exprimem uma perspectiva um pouco diferente sobre a questão, e devem-se a Ribeiro de Carvalho, constando de artigo de fundo d'*O Correio do Sul*, já na sua fase evolucionista, cuja ideia fundamental será que se deve, não “proteger” a mulher mas capacitá-la, «torná-la nossa igual, dando-lhe (...) iguais direitos civis, se lhe não quisermos dar também iguais direitos políticos»²³³. E, na verdade, este artigo abre a porta à “outorga de direitos políticos”, apelando o autor directamente a Condorcet, cujo pensamento subscreve, não vendo que o ideal republicano possa ser compatível com a não participação política da mulher. Contudo, simultaneamente, aceita a ideia de que o papel principal e ideal desta, será na família, como educadora.

Como se conclui, o “feminismo republicano” era meramente instrumental pois a mulher instruída (e emancipada face ao obscurantismo religioso) tinha nas mãos os «destinos da Pátria, cuja salvação dependia da missão feminina de educação do futuro cidadão republicano»²³⁴, estando a sua emancipação «subordinada a valores políticos»²³⁵, continuando, no entanto, presentes nos jornais republicanos “piadas” como a inserta n'*O Correio do Sul* de 15 de Janeiro de 1911, a propósito do papel da mulher como “dona de casa”²³⁶, e artigos com o teor do constante d'*O Domingo* de 31 de Agosto de 1913, elencando os critérios «para que, em África, uma mulher seja considerada» bela²³⁷.

A relação com o mundo do trabalho

Passando à abordagem das questões laborais e relacionadas com o operariado, centrais à “questão social”, começamos por referir um evento noticiado n'*O Domingo*,

²³² Tudo sobre este artigo de Armando Boaventura, cf. *O Correio do Sul*, 01/09/1912, n.º 118, p. 3.

²³³ *O Correio do Sul*, 29/09/1912, n.º 122, p. 1.

²³⁴ PIRES, op. cit., p. 102.

²³⁵ Idem, p. 103.

²³⁶ *O Correio do Sul*, 15/01/1911, n.º 53, p. 2.

²³⁷ *O Domingo*, 31/08/1913, n.º 634, p. 2.

divulgando conferência do socialista Azedo Gneco²³⁸ na Sociedade Cooperativa Aldegallense, «dedicada às classes trabalhadoras de Aldeia Galega, cuja tese foi subordinada á “Questão Social”»²³⁹. Tal põe em evidencia o peso desta temática junto de alguns republicanos, pois, «As preocupações sociais não estiveram ausentes do ideário republicano»²⁴⁰, o que se viu, desde logo, no projecto de programa de Carrilho Videira e Teixeira Bastos e no programa “oficial” do PRP, mencionados no preâmbulo a estas “questões”. Merece ainda menção uma outra nota no mesmo número deste periódico, ilustrativa da importância desta “questão” – a convocatória que as direcções provisórias das associações de classe, existentes em Aldeia Galega, dirigem aos seus associados, para reunião em assembleia geral nesse dia.

As notícias que relatamos remetem-nos para o que Miriam Halpern Pereira indica como sendo «três dos temas centrais que integram a designada “questão social”: o horário de trabalho, os acidentes de trabalho e os seguros sociais»²⁴¹, identificando a greve como a arma principal dos trabalhadores para lutarem por aqueles seus direitos, até porque esta forma de luta «constituiu a escolha “moderna” dominante já durante as duas décadas anteriores à República»²⁴².

Estes temas, pelo impacto que tinham na vida dos trabalhadores, eram centrais na luta por melhores condições de vida – estamos perante problemas intimamente relacionados com os mencionados “direitos sociais do povo”, o que nos leva a notícia encontrada n’*O Domingo*, onde se relata comício republicano em Aldeia Galega, sendo nele expresso o desejo de «um regime económico tal, que não sejam os pobres que contribuam para os ricos, mas as classes ricas que prestem (...) generosa assistência às classes desvalidas»²⁴³. Isto é, a nosso ver, uma perfeita manifestação da perspectiva socializante republicana e da defesa da melhoria das miseráveis condições materiais de vida da população trabalhadora²⁴⁴. No seguimento da visão de Halpern Pereira, não

²³⁸ Sobre esta figura, veja-se, nomeadamente, <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/biografias?registo=Azedo+Gneco>, consultado em 18/09/2021.

²³⁹ *O Domingo*, 10/11/1907, n.º 330, p. 3.

²⁴⁰ Cf. SAMARA, “O Republicanismo”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, p. 69.

²⁴¹ PEREIRA, op. cit., p. 359.

²⁴² Idem, p. 360. Sendo este assunto tratado em especial nas pp.360-362 deste mesmo trabalho.

²⁴³ *O Domingo*, 23/02/1908, n.º 345, p. 1.

²⁴⁴ Como testemunho do que dizemos, e nomeadamente, das “miseráveis condições”, veja-se, a título de exemplo: a transcrição de artigo n’*O Trabalho* em ARRANJA, Álvaro, *Anarco-Sindicalistas e*

podemos deixar de referir como *O Correio do Sul* assume a sua solidariedade com a classe corticeira na luta pela redução da jornada de trabalho para 9 horas durante o verão, o que reafirmará, relatando que a «classe corticeira» se continua reunindo com aquele fim, programando um comício «que promete ser imponente» no dia 1 de Maio, terminando o artigo com um explícito «oxalá se consigam as (...) reivindicações, bem justas»²⁴⁵, referindo novamente o assunto nos dias 8, 15 e 22 de Maio seguintes. Em 05/06/1910, noticia-se o falhanço das reivindicações dos trabalhadores, por ter havido divisões no seio dos operários corticeiros.

Sobre um outro assunto relacionado com a melhoria das condições materiais do operariado desta região, não podemos deixar de referir quanto consta no mesmo jornal, em secção justamente chamada *Vida Operária*, protestando-se contra as más condições ambientais a que estão sujeitos os operários da CUF, no Barreiro. Depois de texto elogioso da greve como arma do operariado e lamento pelo facto de em Portugal os trabalhadores negligenciarem as suas associações de classe, ao contrário da agitação das classes operárias provocada pela “questão social” «nos países onde uma forte educação associativa se tem produzido»²⁴⁶, é exposta a luta dos operários corticeiros da fábrica *Vilarinho & Sobrinho*, em Almada, que se proclamaram em greve, incentivando e apoiando a luta dos mesmos, deixando expressos os «votos pela vitória dos grevistas»²⁴⁷. Fica assim explícita a postura do periódico quanto à matéria, noticiando as reivindicações dos referidos operários corticeiros, sublinhando que «toda a classe do concelho está ao lado dos seus camaradas, em greve»²⁴⁸.

O tema e seus desenvolvimentos são acompanhados e relatados nos números seguintes do jornal, sendo que no último, publicado antes da implantação da República, é inserta notícia de primeira página, na qual se soltam vivas ao «operariado português»

Republicanos. Setúbal na I República, Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos, 2009, p. 44; as referências literárias nas páginas 150 e 151 do já referido texto *A questão social: à espera da “Nova Aurora”*, de Maria Alice Samara ou, interessantemente, os «problemas de consciência ideológica, social e humanitária» que assolavam Harold Bucknall, (um dos principais industriais corticeiros, presente em Almada) descritos pela sua filha, cf. ALARCÃO, Miguel, ““And here’s to you, Mr. Robinson”: Para uma História do sector corticeiro Anglo-Português” in *Journal of Anglo-Portuguese Studies*, n.º 26, 2017, pp. 185-208, disponível em <https://japs.fcsh.unl.pt/arquivo/>, consultado em 12/07/2021.

²⁴⁵ Tudo a propósito deste artigo, cf. *O Correio do Sul*, 24/04/1910, n.º 17, p. 2.

²⁴⁶ Tudo cf. *O Correio do Sul*, 11/09/1910, n.º 36, p. 2.

²⁴⁷ *Ibidem*.

²⁴⁸ *Ibidem*.

e aos «operários corticeiros de Almada»²⁴⁹, festejando-se o sucesso da recente greve geral corticeira nacional, através da qual se conseguiu a proibição de exportação da cortiça em bruto. Foram também relatados incidentes relacionados com esta greve, ocorridos no Barreiro, e a nota de que a greve corticeira em Almada, que vinha sendo relatada, estava então num impasse, sendo o fim da mesma anunciado já depois de 5 de Outubro, com a vitória dos operários²⁵⁰.

A propósito dos movimentos grevistas é de destacar o que encontramos na imprensa quanto à visão republicana sobre esta forma de luta, nomeadamente após a implantação da República. Como testemunho desta posição, veja-se as considerações tecidas no republicano *O Correio do Sul* já após o 5 de Outubro, onde num eco sobre as greves, se refere que as mesmas «carecem (...) de oportunidade»²⁵¹. No mesmo local, é feito um raciocínio que demonstra como a visão das greves enquanto perturbações inoportunas se interpenetra com um assunto que afloraremos a propósito da “questão política” – a necessidade de reconhecimento internacional do regime recém-implantado²⁵².

Este raciocínio permanece nos números seguintes do jornal, sendo as greves objecto de artigo de fundo, onde se lê que «o governo da República está tratando de reorganizar a sociedade portuguesa; deixemo-lo (...) entregue a sua obra, cujos resultados a todos aproveitarão, não o distraindo (...) dela para cuidar de assuntos que podem esperar» e que quem assim não agir «não pode ser bom patriota», sendo um verdadeiro «crime» a perturbação da «consolidação da República»²⁵³. Em sentido oposto, viemos a encontrar no mesmo título, texto de Salvador Mascarenhas, em que

²⁴⁹ Tudo, cf. *O Correio do Sul*, 02/10/1910, n.º 39, p. 1.

²⁵⁰ *O Correio do Sul*, 23/10/1910, n.º 41, p. 2. Sobre o movimento operário em Almada e em especial sobre a classe corticeira veja-se FLORES, Alexandre M., *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário: da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003. Sobre este movimento reivindicativo veja-se em especial as pp.157-159 e pp. 214-218. A propósito do movimento grevista a que nos acabámos de referir veja-se também a obra citada de Alexandre Flores e António Policarpo, em especial as pp. 60-68. O cruzamento desta bibliografia com os periódicos aqui referenciados permite uma leitura bastante completa dos movimentos grevistas em Almada, no período considerado.

²⁵¹ *O Correio do Sul*, 30/10/1910, n.º 42, p. 2.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ Tudo neste artigo, cf. *O Correio do Sul*, 20/11/1910, n.º 45, p. 1. Curiosamente, neste mesmo número, noticiam-se, em simultâneo, reclamações operárias e o andamento de várias greves, num tom apologético das mesmas.

fica claro que foram os republicanos que incutiram no operariado a ideia de que havia que resolver primeiro a questão do regime para avançar então na melhoria da sua situação económica. Não surpreende portanto, que os trabalhadores queiram, resolvida a questão do regime, melhorar a questão económica. São, segundo Salvador Mascarenhas os «que embalarão as classes obreiras neste sentido que agora protestam contra as greves!», adiantando que «mente (...) quem disser que o momento actual não é próprio» para as greves, pois «a República está segura (...) e não são os monárquicos que voltam a por cá os pés», acrescentando ser aquele o momento ideal para as agitações em causa, uma vez que «o país, identificado com a agitação política, facilmente se identifica com a económica» e «o governo, a comissão do trabalho e o próprio patrão (...) influenciados ainda pelo espírito revolucionário (...) fazem quanto possível por alcançar um acordo»²⁵⁴.

A propósito da referência feita à “comissão do trabalho”, será importante ter em conta quanto sobre a mesma escreve António Ventura²⁵⁵ e o reflexo da sua existência na imprensa local, sendo-lhe feita menção em página quase totalmente ocupada pela secção *Reclamações Operárias*, apelando-se no mesmo número d’*O Correio do Sul* à moderação da classe, sempre em nome da estabilidade do regime e da sua consolidação²⁵⁶.

Pouco tempo depois da instituição desta comissão, o direito à greve foi devidamente regulamentado, através de decreto de 06/12/1910, que ficará conhecido como decreto-burla e será uma peça fundamental na desilusão do operariado com a República²⁵⁷. Em jeito de crítica àquele diploma há que atentar no texto firmado por Azorruage na secção *Vida Operária* d’*O Correio do Sul*, na qual este recorre a obra de Botto Machado de 1908 para criticar o seu teor, considerando que «o mal que afectava os operários nesse tempo é (...) o mesmo de agora. Como se vê o que existia no tempo do outro regime é o que existe actualmente, agravado com os disparates

²⁵⁴ Tudo deste texto de Salvador Mascarenhas, cf. *O Correio do Sul*, 04/12/1910, n.º 47, p. 2.

²⁵⁵ Cf. VENTURA, op. cit., em especial, as páginas 215 a 220 desta obra, onde expõe e reflecte sobre o decreto que veio regulamentar o direito à greve. Sobre a matéria, FREIRE, João, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, pp. 141-147.

²⁵⁶ Note-se, a este propósito, o episódio relatado em BALDRICO, op. cit. pp. 59-60 e as conclusões aí tiradas.

²⁵⁷ Veja-se as obras referenciadas na nota 255, bem como VAZ, op. cit., pp. 16-31.

decretados»²⁵⁸. Artigo de fundo de Ribeiro de Carvalho, publicado já na “fase evolucionista” deste jornal, versa sobre o mesmo assunto, criticando o autor o facto de ser assacada ao proletariado a responsabilidade pela agitação e instabilidade provocada pelas greves, verberando, ao invés, a sua regulamentação, que foi mal feita e é contraproducente, como se vê pelos protestos que gerou²⁵⁹. Ainda sobre este assunto, *O Domingo* dá-nos a conhecer um instituto cuja existência ignorávamos – as *juntas de conciliação* – explicando a sua composição, funcionamento e finalidade, fazendo a apologia da sua instituição em Aldeia Galega.

A propósito de tudo isto, é de notar coluna inserta n’*O Correio do Sul*, que rebate acusação feita n’*O Corticeiro*, segundo a qual, aquele jornal almadense seria subserviente perante o governo, insultando os grevistas. A referida defesa é feita com um argumento que nos parece sintetizar exemplarmente a posição d’*O Correio do Sul*: «Combatemos as greves, em tempo, como inoportunas e entrevadoras da consolidação do regime (...) e nunca em princípio»²⁶⁰. No mesmo número é noticiada a solidariedade com os operários grevistas de Setúbal, vítimas de repressão pela GNR que fez entre os mesmos dois mortos²⁶¹; a reunião dos delegados das diferentes associações de classe à União Local das mesmas; e a deliberação da classe corticeira se declarar em greve geral, caso não seja atendida a sua reivindicação de um horário de 9 horas. Em número seguinte do mesmo semanário, o assunto da União Local é retomado, fazendo-se o elogio daquela instituição, que corporizará a auto-organização do povo, que não pode contar com a administração do concelho pois esta só serve «amigos e afilhados»²⁶².

Posteriormente, no mesmo título, é relatada a greve na fábrica de moagens do Caramujo, reproduzindo-se parte do manifesto grevista. O tema é retomado no número seguinte do mesmo jornal, no qual Bartolomeu Constantino²⁶³ faz o ponto da situação sobre os acontecimentos, que actualiza semanalmente até ao número de 18 de Junho

²⁵⁸ *O Correio do Sul*, 31/03/1911, n.º 98, p. 2.

²⁵⁹ *O Correio do Sul*, 25/08/1912, n.º 117, p. 1.

²⁶⁰ *O Correio do Sul*, 19/03/1911, n.º 60, p. 2.

²⁶¹ Sobre este tema, veja-se ARRANJA, Álvaro, *Mataram Mariana... dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura operariado-República em 1911*, Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos, 2011, especialmente pp. 46 e seguintes e uma síntese das suas consequências em FREIRE, João, “A agitação sindicalista e anarquista no início da República: Outubro de 1910 – Janeiro de 1912”, in *Outras Vozes na República 1910-1926, Cadernos do Museu da Presidência da República*, n.º 3, pp. 418-419.

²⁶² *O Correio do Sul*, 26/03/1911, n.º 61, p.1.

²⁶³ Sobre a figura, veja-se FLORES e POLICARPO, op. cit., pp. 121-122 e CORREIA, op. cit. pp. 43-44.

de 1911, no qual é vocalizada a indignação por a greve já ter terminado mas continuar o aparato bélico na fábrica. Esta situação também é acompanhada pelo outro jornal republicano desta localidade, *O Echo d'Almada*²⁶⁴, que deixa transparecer uma posição ligeiramente diferente, com uma postura assumidamente crítica das greves, em nome da pacificação e consolidação do regime, contra «o desvairamento dessa gente que saiu à rua, abusando de um excesso de liberdade que o governo espontaneamente lhe concedeu ao decretar o direito à “greve”»²⁶⁵.

Por seu lado, com base nas indicações que recolhemos, *O Correio do Sul* assumia, a nosso ver, uma posição de uma certa ambivalência relativamente a este tema, convivendo o apoio à luta proletária com uma visão crítica do comportamento grevista, em nome da estabilidade. De facto, o periódico, vem, de certa forma, a assumir o papel de órgão oficioso da classe operária, nomeadamente, apelando a que «todas as associações operárias» lhe remetam notícias para lhes dar publicidade, colocando as suas «colunas (...) à disposição de qualquer operário (...) a fim de fazer as reclamações a que se sinta com direito»²⁶⁶. Reafirmará esta posição em coluna apropriadamente intitulada *Ao operariado do concelho de Almada*, onde sublinha estar «incondicionalmente ao lado do operariado», tendo «as classes trabalhadoras (...) as colunas d'*O Correio do Sul* sempre prontas para a sua defesa»²⁶⁷.

Relacionado com a reivindicação de redução da jornada laboral, não podemos deixar de aludir a notícia que encontramos n'*O Domingo*, segundo a qual, em sessão de Câmara de Aldeia Galega ficou aprovado que «os empregados assalariados e operários de construções civis, por ordem directa da câmara, tenham o dia normal de 8 horas de trabalho»²⁶⁸, o que deverá, a nosso ver, ser confrontado com o que encontramos em PEREIRA, *op. cit.*, p. 363, mas também em VAZ, *op. cit.* pp. 58-60, por nos parecer algo contraditório com o ali mencionado, ressaltando uma leitura menos correcta destes textos.

²⁶⁴ Veja-se, nomeadamente, os números 6, 7, 9, 10 e 11 deste título, de 7, 14 e 28 de Maio e 4 e 11 de Junho de 1911.

²⁶⁵ *O Echo d'Almada*, 28/05/1911, n.º 9, p. 3.

²⁶⁶ Sobre o assunto, *O Correio do Sul*, 21/01/1912, n.º 90, p. 2.

²⁶⁷ Tudo cf. *O Correio do Sul*, 03/03/1912, n.º 94, p. 2.

²⁶⁸ *O Domingo*, 14/05/1911, n.º 514, p. 2.

Importa referir também o artigo intitulado *Reivindicações Operárias*, inserto na primeira página d'*O Correio do Sul*, não só por dizer respeito às matérias laborais, mas também por se direccionar explicitamente à população do círculo 38, expondo «o deputado por este círculo, sr. Gastão Rodrigues²⁶⁹ (...) as suas impressões sobre a orientação da Assembleia Constituinte nas questões do trabalho», o que é importante porque às populações deste «interessa saber qual a atitude da Assembleia em face das aspirações e reivindicações das classes trabalhadoras»²⁷⁰.

A propósito das “classes trabalhadoras” do círculo, há que mencionar um evento incontornável relacionado com o operariado de Almada – falamos de um grande incêndio na fábrica de cortiça *Vilarinho & Sobrinho* (ocorrido em plena crise conflitual entre os operários corticeiros e os industriais²⁷¹) na noite de 22 de Agosto de 1911, no qual foram inculcados operários corticeiros de Almada, argumentando o órgão republicano local, em artigo assinado por X., que tal serviu de pretexto para que os industriais, em conluio com o poder político, agissem contra o operariado, lançando agudas críticas ao então administrador do concelho, Raul Pires²⁷², questionando o escriba «onde foi o sr. administrador buscar elementos de prova contra doze (...) encarcerados, na sua maioria por vinganças mesquinhas», afirmando que agiu por incitamento directo dos industriais, que mandaram «prender homens de quem não gostavam», expondo a forma como Bartolomeu Constantino foi inculcado e, inclusive, como foram fabricadas as provas contra ele, clamando-se por justiça e por que «a autoridade (...) prenda os criminosos (...) mandando restituir à liberdade as vítimas dos políticos sem escrúpulos e industriais rancorosos»²⁷³.

O assunto é retomado no número seguinte do mesmo jornal em artigo firmado pelo próprio Bartolomeu Constantino, onde são novamente feitas duras críticas a Raul Pires, reafirmando a tese de que os presos na sequência do incêndio são «vítimas emuladas ao capricho do *João Ninguém*» que «quis (...) satisfazer uma vingança pessoal

²⁶⁹ Como já referido, o círculo 38 coincidia com o âmbito territorial deste estudo. Sobre Gastão Rodrigues veja-se MARQUES, A. H. Oliveira (Coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Lisboa/Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000, p. 378.

²⁷⁰ Tudo sobre este artigo, cf. *O Correio do Sul*, 02/07/1911, n.º 75, p. 1..

²⁷¹ Contextualizado e aprofundado, nomeadamente, em FLORES, op. cit. pp. 219-223.

²⁷² Sobre esta personagem, vide FLORES e POLICARPO, op. cit., pp. 194-195.

²⁷³ Tudo a este propósito, cf. *O Correio do Sul*, 10/09/1911, n.º 83, p. 3.

e engraxar as botas aos srs. industriais»²⁷⁴. A propósito do mencionado Bartolomeu Constantino, indiciando a importância desta figura, e na sequência da sua prisão por este facto, há que notar o comunicado do Grupo Libertário Acção Directa, publicado na imprensa, que proclama os anarquistas em «guerra aberta ao regime republicano»²⁷⁵ e refere expressamente que «O grupo envia já hoje um delegado a conversar com o camarada B. Constantino preso em Almada»²⁷⁶.

Por fim, quanto à temática das greves no âmbito da “questão social”, não podemos deixar de fazer referência ao movimento de protesto originado pelos trabalhadores rurais alentejanos, que desembocou em greve geral no final de Janeiro de 1912, e teve bastante peso e reflexos no território da margem Sul do Tejo, desde logo pela preponderância de trabalhadores rurais na região, nomeadamente em Aldeia Galega ou na Moita²⁷⁷. O assunto é referido, por exemplo, em artigo no *Ribatejo*, onde se alerta para os riscos para a estabilidade económica do país que estas movimentações representam²⁷⁸, alvitando que as *Greves rurais* (assim é intitulado artigo de primeira página neste jornal) serão a instrumentalização pelos reaccionários do «justo descontentamento»²⁷⁹ daqueles trabalhadores.

O Domingo refere novamente os «trabalhadores rurais», listando o nome dos presos que na sequência dos «últimos acontecimentos»²⁸⁰ transitaram da cadeia da Moita para a de Aldeia Galega, relatando, num tom claramente apologético dos réus, a sessão de julgamento dos «acusados de promoverem agitação entre as classes trabalhadoras»²⁸¹, entre os quais se encontrava o nome de Bartolomeu Constantino, de quem já fora feita defesa no republicano *O Correio do Sul* relativamente à acusação de

²⁷⁴ Neste passo, cf. *O Correio do Sul*, 17/09/1911, n.º 84, p. 3.

²⁷⁵ FREIRE, João, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, pp. 141-147, p. 353

²⁷⁶ *Comunicado de 09/09/1911 do Grupo Libertário Acção Directa*, publicado em *A aurora*, II, (60), 10/09/1911, transcrito em FREIRE, op. cit., p. 353.

²⁷⁷ Veja-se a propósito destas movimentações e da miséria experienciada pelos trabalhadores rurais, MENDES, Vitor e SANTOS, Maria Clara, “A Revolução Republicana na Moita”, in *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011, pp. 61-63.

²⁷⁸ Através da pena do próprio Gastão Rodrigues, cf. *Ribatejo*, 02/12/1911, n.º 7, p. 2.

²⁷⁹ *Ribatejo*, 09/12/1911, n.º 8, p. 1.

²⁸⁰ *O Domingo*, 10/03/1912, n.º 557, p. 1.

²⁸¹ *O Domingo*, 19/05/1912, n.º 567, p. 2.

ter sido um agitador dos operários na Greve Geral²⁸². No referido número do jornal almadense descrevem-se episódios deste conflito, desmentindo veementemente o alvitre de que as movimentações grevistas eram originadas por uma aliança do operariado com forças reaccionárias que pretendiam desestabilizar a República (suspeita, como vimos atrás, já levantada no *Ribatejo*, sendo a instrumentalização do protesto operário também referida por A. H. Oliveira Marques²⁸³). Uma última nota, quanto a este tema, diz respeito à Moita, cujo administrador (João Octávio da Costa Cabedo) foi agredido no âmbito destes tumultos, acabando por falecer²⁸⁴.

Quanto à temática dos “acidentes de trabalho”, referida por Miriam Halpern Pereira, conforme a citação que atrás fizemos, atestando a fraquíssima protecção dos trabalhadores, cumpre referir o exemplo que sobre o tema encontramos, segundo o qual, em consequência de acidente na fábrica Viúva Gomes em Almada, se conduziu um operário ao hospital numa carroça, apesar de haver «na casa (...) trens em barda», terminando o curto *echo* com a nota irónica de que «ia mais devagar (...) mas tinha a vantagem de lhe darem tempo... de morrer no caminho!»²⁸⁵. A mesma temática foi objecto de conferência de Gastão Rodrigues na Associação dos Operários Corticeiros, no Barreiro²⁸⁶, empenhando-se este deputado na discussão e aprovação da legislação sobre acidentes de trabalho²⁸⁷. Neste sentido, relata-se a sua acção também na p. 382 do já referido trabalho de Joana Dias Pereira e n’*O Domingo*, onde se anuncia que apresentará «projecto de lei sobre “trabalho no domicílio” (...) para evitar a exploração (...) pela (...) duração do trabalho e falta de condições higiénicas»²⁸⁸.

²⁸² *O Correio do Sul*, 03/03/1912, n.º 94, p. 1. Mencionada, nomeadamente, em PEREIRA, Joana Dias, “A I República e os movimentos sociais do primeiro quartel do século XX”, in ROLLO, Maria Fernanda (Org.), *Congresso Internacional I República e Republicanismo – Atas*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, p. 379; PEREIRA, Miriam Halpern, “A “questão social” na I República: alguns aspectos”, in ROLLO, Maria Fernanda (Org.), *Congresso Internacional I República e Republicanismo – Atas*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, op. cit., p. 362 7e relatada nos números d’*O Correio do Sul* saídos entre 04/02/1912 e 24/03/1912.

²⁸³ MARQUES, A. H. Oliveira e GOMEZ, Hipólito de la Torre, *Contra-Revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s/d, p. 31.

²⁸⁴ MENDES e SANTOS, op. cit., p. 65. Agressão noticiada n’*O Correio do Sul*, 04/02/1912, n.º 91, p. 2., sendo o seu falecimento noticiado e lamentado no número seguinte do mesmo jornal (11/02/1912).

²⁸⁵ Tudo sobre este *echo*, cf. *O Correio do Sul*, 10/11/1911, n.º 83, p. 1.

²⁸⁶ *Ribatejo*, 11/01/1912, n.º 10, p. 1.

²⁸⁷ Veja-se VAZ, op. cit., pp. 60-92. E também a transcrição integral da moção apresentada sobre o tema por este deputado na Câmara dos Deputados, cf. *Ribatejo*, 16/12/1911, n.º 9, pp. 1-2.

²⁸⁸ *O Domingo*, 17/11/1912, n.º 593, p. 2.

A tauromaquia

Terminando a abordagem à “questão social”, optámos por colocar no seu âmbito, como anunciamos na introdução, a crítica à tauromaquia, assunto que julgamos pertinente e interessante, não só por revelar ideias progressistas que alguns republicanos subscreveriam²⁸⁹, mas também porque deixava entrever a revolução cultural e social que propunham e ser uma prática fortemente arraigada na região em estudo.

Assim, não deixou de nos despertar a atenção a crítica que encontrámos à tauromaquia, que coexistia com a promoção extremamente activa da mesma, realizando-se touradas, como parte integral de comícios republicanos ou como via de angariação de fundos para escolas²⁹⁰. Deste modo, surpreendeu-nos o facto de encontrarmos n’*O Domingo* o anúncio da fundação em Aldeia Galega de um *Centro de Propaganda Socialista*, cuja primeira reunião terá, entre outros assuntos, o objectivo de «protestar contra as touradas»²⁹¹ e também, relacionado com o grupo socialista, o facto de constar no *Ávante!*, órgão daquele partido, a propósito do relato das festas de N. Sra. do Rosário, no Barreiro, a opinião de que «se não nos agrada o espectáculo (...) de combate de feras, porque o reputamos coisa imoral e imprópria da civilização contemporânea, folgamos em saber que ao menos resultaram lucros (...) aplicados à construção de uma escola»²⁹². De facto, no mesmo jornal, foram noticiados os preparativos para as festas a que fizemos referência, sendo que a propósito das mesmas contarem com tourada para «ajuda de uma escola», é junta a nota irónica de que «como

²⁸⁹ Evidenciando uma manifestação desta orientação entre os republicanos, veja-se um dos «projectos de lei avançados» apresentados por Botto Machado na Constituinte, disponível em [winlibimg.aspx \(parlamento.pt\)](http://winlibimg.aspx(parlamento.pt)) (consultado em 23/06/2021) como mencionado em FARINHA, Luis, “Livres Pensamento. Republicanos, laicos e socialistas” in ROLLO, Maria Fernanda e AMARO, António Rafael (Coord.), *República e Republicanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, p. 36. Sobre este tema também temos registo de um projecto de lei apresentado por Afonso Ferreira em 09/08/1911, cf. [Debates Parlamentares - Diário 042, p. 5 \(1911-08-09\) \(parlamento.pt\)](http://DebatesParlamentares-Diário042,p.5(1911-08-09)(parlamento.pt)) (consultado em 23/06/2021).

²⁹⁰ Veja-se, por exemplo, a tourada organizada em benefício do Centro Escolar Republicano Celestino de Almeida (de Aldeia Galega) e o respectivo entusiasmo pela presença de vultos como António José de Almeida ou Bernardino Machado na mesma, cf. vários números d’*O Domingo* (nomeadamente 357, 360 e 361, de 17/05/1908, 07/06/1908 e 14/06/1908, respectivamente). Os anúncios de touradas eram uma constante, por exemplo, n’*O Domingo*, 20/09/1908, n.º 375, p. 1 ou 14/09/1913, 636, p. 2. Já *O Correio do Sul*, noticiou até uma *tour* de aficionados a tourada em Badajoz em 07/08/1910, estando presente, por exemplo, no seu n.º 109, uma secção chamada *Tauromaquia*.

²⁹¹ *O Domingo*, 27/09/1908, n.º 345, p. 1.

²⁹² *Ávante!*, 07/08/1910, n.º 20, p. 3.

moralizador de um povo, não há nada como... uma tourada. Poderá até constituir a primeira lição da futura escola»²⁹³.

Contudo, no republicano *O Correio do Sul*, encontramos o que porventura será o texto mais explicitamente pró-abolicionista, que se deve ao já referido Actor Mascarenhas, insurgindo-se este contra a *Associação Protectora dos Animais* por esta não protestar quanto «aos pobres touros (...) barbaramente espicaçados nas praças», concluindo que tal «divertimento estúpido e cruel tem de acabar», acusando-a de pactuar com aquele espectáculo²⁹⁴. Posteriormente, encontramos no republicano *O Domingo* uma nota de agradecimento pelo facto de ao jornal ter sido enviada cópia do projecto de lei de Botto Machado atinente à abolição das touradas²⁹⁵. Não percebemos se tal teria ou não um tom irónico, pois, como se viu, abundam neste periódico os anúncios de touradas, mas também porque Aldeia Galega era (e é, como se sabe) uma terra com forte tradição tauromáquica. Desconhecemos se o mesmo projecto de lei foi remetido ao *O Correio do Sul*, mas certo é que este também se pronuncia sobre aquele, comentando a sua apresentação «numa das últimas sessões das constituintes», mostrando-se o autor do comentário no jornal «em princípio (...) plenamente de acordo em muitas das razões que o (...) deputado ofereceu para justificar o seu projecto»²⁹⁶ alvitando que, não obstante, tal não será fácil de concretizar.

Em suma, no âmbito da “questão social”, optámos por enquadrar as temáticas: da educação; da visão republicana sobre o papel da mulher na sociedade; dos assuntos relacionados com o mundo do trabalho, destacando o papel das greves na luta por melhores condições materiais dos trabalhadores; e terminámos a análise à forma como esta “questão” transparecia na imprensa local da época, referindo como uma facção republicana reflectia a proposta de evolução cultural que o republicanismo incorporava, através da luta pela abolição da tauromaquia, arreigada na sociedade e endossada pela grande maioria daquele grupo, especialmente na região aqui analisada.

Cremos que o exposto neste capítulo permite perceber a forma como as diferentes “questões” se interpenetravam e como certos assuntos assumem pontos de

²⁹³ *Ávante!*, 24/08/1910, n.º 22, p. 4.

²⁹⁴ Tudo neste passo, cf. *O Correio do Sul*, 16/10/1910, n.º 40, p. 3

²⁹⁵ *O Domingo*, 24/09/1911, n.º 533, p. 2.

²⁹⁶ *O Correio do Sul*, 13/08/1911, n.º 81, p. 1

contacto com “questões” diversas, sendo legítimo defender a sua análise ou enquadramento sob uma ou outra de entre elas – estamos a pensar, por exemplo, na temática da educação, vista pelo republicanismo como uma arma privilegiada na luta contra o obscurantismo e para a libertação da influência clerical. Contudo, veja-se também a sua importância como fonte de esclarecimento do povo, que assim teria direito ao voto – a matéria interligar-se-ia assim com a do sufrágio, “questão política” por excelência. Temos como defensável, portanto, enquadrar o tema, quer na “questão religiosa”, quer na “questão política” ou na “questão social”, como fizemos.

A propósito do acabámos de referir, não poderemos deixar de reter a postura de apoio ao operariado que *O Correio do Sul* assumiu, sendo uma das fontes principais de conteúdos relacionados com a “questão social”, nomeadamente, quanto aos assuntos atinentes às lutas daquele grupo.

Perante o exposto, como nota final, dir-se-á que a “questão social” não assumiu, na região por nós analisada, características marcadamente singulares relativamente ao que percebemos ter sido a realidade na generalidade do país. Quer os aspectos relacionados com a educação, quer a perspectiva republicana sobre o papel da mulher na sociedade (a chamada “questão feminina”) seriam comuns à acção ou pensamento republicano, não deixando, contudo, de fazer sentido expor aqui as notícias sobre estes temas ou as reflexões acerca dos mesmos sob a óptica local²⁹⁷.

No que a esta região diz respeito, é de relevar o incêndio na fábrica de cortiça *Vilarinho & Sobrinho*, em Almada, a que fizemos referência supra, e que marcou a luta dos trabalhadores da região por melhores condições laborais e sociais, bem como a relação entre estes e o patronato (e destes com as forças políticas locais) reflectindo-se tal evento na imprensa local da época, que, como se viu, assumiu uma posição de clara solidariedade com os trabalhadores.

No âmbito da “questão social”, optámos ainda por expor como em alguns dos jornais consultados transparecia pontualmente um certo sentimento anti tauromáquico que nos despertou a curiosidade, não só por ser claramente antagónico ao “gosto”,

²⁹⁷ Veja-se, nomeadamente, as colunas assinadas por Armando Boaventura, “professor oficial em Almada”, especialmente, aquela em que o que expõe o que considera ser o “verdadeiro feminismo”, cf. *O Correio do Sul*, 01/09/1912, n.º 118, p. 3.

sentimento ou tradição desta região²⁹⁸ mas também por, no nosso entender, materializar aquilo que vimos ser a evolução cultural ou social que o republicanismo propunha e o avanço civilizacional pretendido²⁹⁹. Temos então que o almadense *O Correio do Sul* dava voz a um colunista que claramente propunha a abolição «deste divertimento estúpido e cruel»³⁰⁰ e no barreirense *Ávante!* aquela prática era julgada «imprópria da civilização contemporânea»³⁰¹. Este último título é, como se sabe, de orientação socialista e o autor da referida coluna n' *O Correio do Sul* é libertário, pelo que será legítimo concluir que estes grupos verbalizavam de uma forma mais veemente a sua posição anti taurina do que a ortodoxia republicana.

²⁹⁸ Confronte-se aquele gosto e tradição com o conteúdo de periódico que aqui circulou, publicado em Canha, *O Vintem Infantil*, que se afirmava *defensor dos animais* onde abundavam artigos devotados à sua protecção, o que se nos afigura algo contraditório. Veja-se, por exemplo, o artigo constante na página 3 do n.º 2, de 01/04/1913 ou o editorial do seu n.º 3, de 01/07/1913, intitulado precisamente, *Protecção aos animais*.

²⁹⁹ Pois «a chamada “revolução republicana” pressupunha (...) uma verdadeira revolução cultural», cf. CATROGA, op. cit., p. 13.

³⁰⁰ *O Correio do Sul*, 16/10/1910, n.º 40, p. 3.

³⁰¹ *Ávante!*, 07/08/1910, n.º 20, p. 3.

“Questão política” (*ou a radicalização da herança liberal*)³⁰²

Sendo a expressão “questão política” aplicada essencialmente à questão do conflito e substituição do regime monárquico pelo republicano, a análise que aqui faremos prende-se com a evidência de como esse conflito ou antagonismo perpassa na imprensa analisada, incluindo aqui também os aspectos que demonstram como diferentes linhas, orientações ou visões políticas coexistiam no território alvo de estudo, não só antes do 5 de Outubro de 1910, mas também nos anos imediatamente subsequentes.

Assim, como indicámos na introdução a este trabalho, a análise desta questão passa: pelo retrato que na imprensa local era feito do regime monárquico, pondo em evidência a sua decadência; pelo convívio ou aliança do movimento republicano com o Partido Socialista e com os anarquistas com vista ao derrube da monarquia; e pelas atitudes de diferentes correntes políticas perante a implantação da República, exprimindo, muitos dos agentes, desilusão com o novo regime, nomeadamente, quanto ao impacto da nova governação a nível local. Intimamente relacionado com a questão da reacção à implantação da República, veremos o reflexo que na imprensa local teve um evento ao qual a mesma deu alguma relevância – o reconhecimento internacional do regime republicano em Portugal. Parece-nos também importante traduzir as considerações tecidas na imprensa desta região, sobre a “traição” republicana a uma sua promessa tida como fundamental, de consagração do sufrágio universal – o que está intimamente ligado, quer com o que veremos ser o fio condutor da nossa exposição, as eleições, quer com a referida desilusão sentida por muitos dos apoiantes do regime republicano após o 5 de Outubro.

No presente capítulo seguiremos então os diferentes actos eleitorais que tiveram lugar no país durante a cronologia estudada. Na medida em que a imprensa consultada tinha uma feição marcadamente partidária e propagandística, esta assumia, como se verá, um papel extremamente importante ao nível da campanha e mobilização eleitoral, abundando nas suas páginas “manifestos”, editoriais de conteúdo claramente

³⁰² Cf. expressão encontrada em HOMEM, op. cit., p. 17

politizado, apelos ao voto e divulgação de acções de propaganda ou textos de “engrandecimento” dos partidos e figuras a eles ligadas.

Cabe alertar que optámos por desdobrar o presente capítulo em duas partes, tal como referimos na introdução. Esta opção deveu-se, como então dissemos, a razões puramente formais, que se prendem com a harmonia entre capítulos e por nos parecer facilitadora da compreensão do conteúdo destes e ainda ao facto de, conceptualmente, o momento em que operamos a referida divisão, corresponder a uma fase em que a Assembleia Nacional Constituinte terminou os seus trabalhos, dotando o país de uma lei fundamental – a Constituição da República Portuguesa, de 21 de Agosto de 1911 – que vem legitimar o novo regime, nomeadamente aos olhos das potências internacionais. Tomámos esta ocorrência como marco divisório deste capítulo, uma vez que a mesma coincidiu com um período em que assistimos a um gradual posicionamento da imprensa republicana em dois campos claramente antagónicos e conflituantes, o que gradualmente se extrema. Uma assume-se como claramente afecta ao Partido Evolucionista e a restante ao Partido Democrático³⁰³ – tal conflito ou choque agudizar-se-á com a aproximação dos actos eleitorais de 1913 nas quais os mesmos se enfrentaram³⁰⁴.

Deste modo, a segunda parte, reflecte essencialmente os constantes conflitos (nomeadamente locais) entre democráticos e evolucionistas, bem patentes nas páginas dos jornais. Não podemos deixar de considerar que esta realidade ainda se torna mais interessante pelo facto de uma das mais importantes fontes do nosso estudo – *O Correio do Sul* – ter passado de órgão de imprensa local, assumidamente alinhado com a facção democrática, a *semanário Evolucionista*, órgão dos interesses das comarcas de Almada, Aldegallega e Seixal, depois de ter mudado de mãos³⁰⁵, lamentando-se que, tenha

³⁰³ Restando, de entre a imprensa que serviu de base a este trabalho, 4 periódicos que se afirmavam como independentes, ou que assim os percebíamos – o *Povo de Aldegallega*, *O Vintem Infantil*, *A Luz* e *O Diabo*.

³⁰⁴ Intervindo também na contenda, o Partido Unionista que, segundo sabemos, não dispunha na região de qualquer órgão de imprensa.

³⁰⁵ O seu primeiro número como órgão evolucionista data de 11/08/1912, remetendo-se, quanto às alterações operadas na equipa do jornal, para quanto deixámos dito na nota 173, a propósito da referência que fizemos a esta mudança.

cessado a sua publicação em 31 de Agosto de 1913, antes, portanto, das eleições que tiveram lugar naquele ano.

Parte I: a República como mais do que uma mera mudança de regime³⁰⁶

A gradual corrosão do regime monárquico

Seguindo a mesma linha metodológica que utilizámos quanto às outras “questões”, começaremos por ver que indícios dos referidos temas subsumíveis à “questão política” encontramos ainda no ano de 1907, despertando-nos a atenção a forma como é retratado um dos acontecimentos que, na recta final da Monarquia Constitucional, decididamente contribuiu para a corrosão daquele regime: a greve estudantil em Coimbra. *O Puritano* acompanha este assunto desde muito cedo³⁰⁷ e, a este propósito, em artigo assinado por Sonagne rasga elevados elogios aos estudantes deixando antever que tem, a reacção governamental àquela greve, como desmesurada.

Na reacção da imprensa, aqui em foco, ao regime político do país, percepçiona-se o “peso” do republicanismo na política nacional, escrevendo-se que a «opinião» destes terá de ser tida em conta, pois o governo está desnorteado sendo alvo de crítica de todos os quadrantes: «se juntarmos (...) a opinião dos republicanos (....) o partido regenerador-liberal não governa com a opinião do país!»³⁰⁸. Neste contexto, o mesmo periódico relata o sucesso de um comício republicano e a ascensão desta força graças à ditadura, pois «com as medidas repressivas que decretou, julgando fechar-lhes a porta, abriu-lha de par em par!»³⁰⁹, acrescentando mais tarde que o próprio Hintze Ribeiro refere que havendo mais um ano daquele governo a República será implantada em Portugal³¹⁰, terminando a nota sobre esta matéria com uma frase cujo alcance nos deixa dúvidas, uma vez que depois de tecidas aquelas considerações é inserta a expressão «Deus escreve direito por linhas tortas»³¹¹ – transparecerão assim as “simpatias”

³⁰⁶ Cf. expressão adaptada de CATROGA, op. cit. p. 49

³⁰⁷ A primeira coluna que encontramos intitulada *Os acontecimentos de Coimbra* surge na primeira página da edição de 07/03/1907, n.º 1570, d’*O Puritano*.

³⁰⁸ Tudo sobre esta questão, cf. *O Puritano*, 16/05/1907, n.º 1580, p. 1.

³⁰⁹ *O Puritano*, 23/05/1907, n.º 1581, p. 1.

³¹⁰ *O Puritano*, 06/06/1907, n.º 1583, p. 1.

³¹¹ *Ibidem*.

republicanas deste jornal ou estaremos apenas perante uma fórmula de crítica ao regime franquista?

Esta coluna não está assinada, mas não podemos deixar de notar que o já mencionado Marcos de Assunção aparecia desde 1906 como *editor responsável*³¹² d'*O Puritano*, vindo depois a ser *director e proprietário* do, então “apenas” *anticlerical*³¹³ *O Correio do Sul*, assumindo aquela posição até à sua morte³¹⁴. O arreigado republicanismo desta figura era inegável, como notado em toda a bibliografia indicada na nota 138 e no que sobre ele encontramos no periódico de que foi *director e proprietário*³¹⁵.

No mesmo número deste título é inserta na primeira página, uma nota que consideramos exemplificadora da gradual implantação do regime republicano no país e, concretamente, neste território, anunciando-se a futura inauguração do Centro Escolar Republicano “Capitão Leitão”, sendo tal anúncio feito novamente em número posterior do jornal, que expõe o programa da mesma em artigo também de primeira página, intitulado *Centro Republicano Almadense*³¹⁶. Posteriormente, é feito o seu relato, tendo os festejos daquela inauguração sido «imponentes e bastante concorridos»³¹⁷.

Ainda a propósito de indícios que ilustram a corrosão do regime monárquico – ou, melhor dizendo, a sua deterioração³¹⁸ – há que apelar à notícia de manifestação de apoio a Bernardino Machado (ainda na sequência da greve estudantil em Coimbra) a que *O Puritano* deu destaque de primeira página e intitulou de *A festa republicana*, assumindo concordar com posição expressa em artigo transcrito do *Diário Popular* onde

³¹² *O Puritano*, 04/01/1906, n.º 1540, p. 1.

³¹³ Veja-se, a este propósito, o raciocínio insito na edição de 01/01/1912, n.º 87, d'*O Correio do Sul*, segundo o qual este jornal foi sempre republicano, pois antes de assim se declarar expressamente, já era «*órgão anticlerical do concelho*, o que (...) corresponderia a chamar-se – *órgão anti-monárquico*», e como tal, republicano.

³¹⁴ Cf. *O Correio do Sul*, 21/08/1910, n.º 33, p. 1.

³¹⁵ Nomeadamente, no número de 13/08/1911 deste jornal, onde se regista o primeiro aniversário da sua morte e as celebrações associadas à efeméride.

³¹⁶ *O Puritano*, 13/06/1907, n.º 1584, p. 1.

³¹⁷ Cf. *O Puritano*, 23/06/1907, n.º 1585, p. 1.

³¹⁸ Veja-se, por exemplo, a adjectivação empregue em artigo d'*O Correio do Sul* n.º 38, de 25/09/1910, a propósito do administrador do concelho de Almada não ter permitido a exibição de peça de teatro intitulada *Os Filhos da República*: «A muito descem estes defensores da esfacelada monarquia...».

perpassa a ideia de que é a própria monarquia que se denigre aos olhos do país, contribuindo mais para uma sua eventual queda do que a acção dos republicanos³¹⁹.

Neste sentido, sublinhando a decadência da monarquia, atente-se também em breve nota inserta no socialista *Ávante!*, que relata como a sede da Liga Monárquica no Barreiro tem servido de casa de jogo, terminando com a consideração de que «não era preciso (...) tão degradante espectáculo para o povo se convencer de que valem tais sustentáculos do regime»³²⁰. As homenagens ao 31 de Janeiro (e ao marco que tal data constituiu no caminho rumo à República) eram recorrentes também, sendo, na nossa opinião, de especial menção as referências que à efeméride são feitas nos 3 números d'*O Correio do Sul* saídos entre 22 de Janeiro de 1911 e 5 de Fevereiro de 1911, anunciando-se, nomeadamente, sessão de homenagem aos “mártires do 31 de Janeiro” no Centro Escolar Republicano Capariquense, relatando-se, igualmente os festejos daquela data, em Almada e no Monte da Caparica, logo na primeira página do jornal, pois o concelho era «essencialmente republicano»³²¹.

O exemplo que, para nós, melhor ilustra o apontar de dedo e aproveitamento político de escândalos contra a monarquia pelos republicanos, bem como o combate político travado entre os dois grupos antagonistas ainda antes do 5 de Outubro através da imprensa, exponenciado pelo facto de estarmos perante actores com orientações e linhas políticas opostas, convivendo num meio de pequena dimensão, é espelhado pelo confronto entre as notícias que encontramos nas páginas do republicano *O Domingo* e do monárquico *A Comarca* (ambos periódicos de Aldeia Galega) a propósito de um caso que abalou aquela localidade em 1910 – a alegada violação de uma menor e tentativa de lhe provocar o aborto pelo então administrador do concelho de Aldeia Galega, João Baptista Nunes Junior³²².

³¹⁹ *O Puritano*, 01/08/1907, n.º 1590, p. 1. O que corrobora a ideia de que «a intransigência de Franco promoveu o PRP ao improvável papel de campeão da liberdade», cf. VALENTE, op. cit., p. 82.

³²⁰ *Ávante!*, 03/04/1910, n.º 11, p. 2.

³²¹ *O Correio do Sul*, 05/02/1911, n.º 56, p. 1.

³²² Note-se como o confronto entre os dois periódicos, ou melhor dizendo, entre as personalidades aos mesmos ligadas, já se faziam sentir num período bastante anterior ao episódio que narraremos, pois já em 25/04/1909, encontramos n'*A Comarca*, coluna escrita pelo seu director, João Baptista Nunes Junior, inteiramente dedicada ao proprietário d'*O Domingo*, José Augusto Saloio, acusando-o de ser doente mental, ter o «cérebro (...) apodrecido por paixões insondáveis», apodando-o de «idiota», «mariola», «tresloucado» ou «desgraçado», cf. *A Comarca*, 25/04/1909, n.º 5, p. 1.

O primeiro indício desta questão surge numa breve notícia (se bem que em letras garrafais) que encontramos n' *O Domingo* de 29 de Maio de 1910 onde se lê que foi submetida a exame médico, em Alcochete, uma menor que naquela localidade apresentou queixa de violação contra João Baptista Nunes Junior³²³. Na semana seguinte, o mesmo jornal expõe o caso, com honras de primeira página, com detalhes, esmiuçando os seus pormenores mais sórdidos³²⁴. Tornará a fazê-lo, ao reproduzir o relato que *A Lucta* dele fez³²⁵, e que foi rebatido em editorial d' *A Comarca*, que apresenta a alegada violação de Leonor de Assunção Besugo como uma calúnia urdida por inimigos políticos do administrador de Aldeia Galega, o que faria parte da luta entre monárquicos e republicanos³²⁶. Estes últimos eram encabeçados pel' *O Domingo* (cujo proprietário, José Augusto Saloio, é apodado de «malandro de alto calibre»³²⁷) e pel' *A Lucta*; continuando *A Comarca* a sua cruzada monárquica contra este título (e o seu correspondente).

Enquanto que *O Domingo* publicita subscrição organizada a favor de Leonor³²⁸, a primeira página d' *A Comarca* apresenta um título grande onde se lê *Infame trama de calúnias*, explicando o respectivo subtítulo que, três menores identificadas n' *A Lucta* como também tendo sido violadas por João Baptista Nunes Junior são, afinal, virgens³²⁹. No seu número seguinte, *O Domingo* dá resposta ao editorial de Saturnino de Almeida³³⁰

³²³ *O Domingo*, 29/05/1910, n.º 464, p.3. João Baptista Nunes Junior foi director do jornal *A Comarca* até 24/04/1910, quando assumiu o cargo de Administrador do Concelho de Aldeia Galega.

³²⁴ Assumindo um tom, a nosso ver, algo sensacionalista, sendo uma das chamadas do título, «Um moinho tornado alcouce para a prostituição de crianças», cf. *O Domingo*, 05/06/1910, n.º 465, p. 1. O aspecto

³²⁵ *O Domingo*, 12/06/1910, n.º 466, pp. 1-2.

³²⁶ A expressão «Monárquicos e republicanos», é, aliás, um dos títulos do editorial referido, cf. *A Comarca*, 12/06/1910, n.º 64, p. 1.

³²⁷ *A Comarca*, 12/06/1910, n.º 64, p. 2. A propósito de trocas de acusações (ou de insultos) entre jornais, veja-se como neste mesmo número d' *A Comarca*, a propósito de correspondência de Canha inserta n' *O Domingo*, o mesmo é apodado de «pasquim-esterqueira (...) onde toda a humanidade deste concelho vai expelir as suas fezes», sendo estes ataques reconduzíveis ao «debate como combate» e «referencial bélico» mencionado por Júlia Leitão de Barros, em BARROS, op. cit., p. 225.

³²⁸ *O Domingo*, 19/06/1910, n.º. 467, p. 3.

³²⁹ *A Comarca*, 26/06/1910, n.º 66, p. 1-3.

³³⁰ Director e proprietário d' *A Comarca*, alvo de campanha n' *O Domingo*, onde, em 07/11/1909, foi publicada a notícia de que havia sido condenado a uma pena de prisão e multa em 1899, pelo crime de abuso de confiança, transcrevendo o jornal a sentença condenatória, e publicando recorrentemente, daí em diante, uma caixa com a nota de que este, procurador em Aldeia Galega, fora condenado a pena de prisão e multa por aquele crime. Veja-se a título de exemplo, *O Domingo*, 21/11/1909, n.º 437, p. 1. Sobre o assunto, note-se também a nota inserta n' *O Domingo* aquando do falecimento de Saturnino de Almeida, que o relembra como «ex-proprietário do extinto jornaleco “A Comarca” (...) criado e

escrito n' *A Comarca*, terminando com a asserção de que «se (...) está inocente como vem dizendo lá no jornaleco que (...) manda há 3 semanas distribuir de graça, para quê tanto incómodo?»³³¹, voltando a edição desse dia d' *A Comarca* à carga sobre o assunto³³², salientando que «A campanha traiçoeira que *A Lucta* (...) sustentou contra o Administrador do Concelho de Aldeia Galega, pode considerar-se (...) reflexo do que é a república»³³³, continuando-lhe a fazer referências em mais algumas edições, como no seu número de 10 de Julho de 1910, em que em subtítulo de editorial se pode ler, «A menor Leonor objecto de especulação política»³³⁴, acrescentando que «só um espírito muito tacanho não compreenderia (...) a sua acção político-caluniadora»³³⁵.

Entretanto, Gastão Rodrigues, n' *O Domingo*, rebate a defesa que João Baptista Nunes Junior apresentara n' *A Comarca*, parecendo demonstrar a alegada incongruência e desonestidade deste, apontando também a falta de «moral e vergonha em qualquer partido da monarquia» pois que se tal houvesse, «um acto que se impunha seria a demissão do actual administrador de Aldeia Galega»³³⁶, verberando a alegada dualidade de critérios no que diz respeito à aplicação rigorosa da lei. Contudo, do mesmo número deste jornal consta uma pequena notícia (provavelmente de última hora?) que anuncia que «Acaba de ser suspenso (...) o João Nunes (...) acusado dos repelentes crimes de desonestar crianças de lhes dar abortivos. Para este lugar está nomeado (...) Pedro Júlio Roque da Silveira»³³⁷. A última referência que encontramos a este caso, n' *A Comarca*, traduz-se num curto comentário a quanto rendeu a aludida subscrição aberta pel' *O Domingo*, terminando com a nota agressiva dirigida ao proprietário daquele jornal de que o resultado da mesma estava «à altura da esterqueira em que chafurdas caluniando e infamando»³³⁸.

sustentado por meia dúzia de gulosos às ordens do Sr. José Maria dos Santos e do Baptistinha de Setúbal com pretensões a caciques neste concelho», cf. *O Domingo*, 02/04/1911, n.º 508. p. 2.

³³¹ *O Domingo*, 03/07/1910, n.º 469, p. 2.

³³² *A Comarca*, 03/07/1910, n.º 67, p. 1. O título do editorial deste número é, tal como já fora no seu n.º 66, de 22/06/1910, *Uma infame trama de calúnias*.

³³³ *A Comarca*, 03/07/1910, n.º 67, p. 1.

³³⁴ *A Comarca*, 10/07/1910, n.º 68, p. 1.

³³⁵ *A Comarca*, 21/07/1910, n.º 69, p. 1.

³³⁶ Tudo, a propósito deste artigo de Gastão Rodrigues, cf., *O Domingo*, 10/07/1910, n.º 470, p. 2.

³³⁷ *Ibidem*.

³³⁸ *A Comarca*, 07/08/1910, n.º 72, p. 2.

O episódio que acabámos de relatar, pela época em que se enquadra (o período pré-eleitoral de 1910) remete-nos para um assunto fortemente espelhado nos jornais que analisámos, e que por isso teremos como o fio condutor da nossa exposição, de ora em diante, como acima referimos – as eleições, a luta eleitoral e os eventos com elas relacionados no território objecto de estudo. Na imprensa seleccionada, encontramos inúmeros artigos e referências que incidem sobre as eleições para a Câmara dos Deputados de 5 de Abril de 1908; as eleições municipais de 1 de Novembro de 1908 (complementadas com as de paróquia em 29 de Novembro de 1908)³³⁹; as eleições para a Câmara dos Deputados de 28 de Agosto de 1910; para a Assembleia Nacional Constituinte, cujos deputados foram eleitos em 28 de Maio de 1911; as eleições suplementares de deputados de 16 de Novembro de 1913; as eleições municipais (e das juntas gerais de distrito) de 30 de Novembro de 1913; e as das juntas de paróquia, havidas em 14 de Dezembro do mesmo ano.

No que respeita a este assunto, há que mencionar, a propósito das eleições para a Câmara dos Deputados de 5 de Abril de 1908, artigo de fundo inserto n' *O Domingo*, em que se invoca a importância da participação no acto eleitoral, até como reacção à restrição ao respectivo direito, «com uma lei eleitoral que se firma na ignorância (...) do povo, organizado o recenseamento de modo que se excluam os cidadãos independentes e se incluam aqueles que cegamente obedecem aos caciques (...) de maneira que as chapeladas das assembleias mais rudes cubram a votação dos centros mais ilustrados»³⁴⁰, reforçando o mesmo autor, Scypião, o apelo ao voto nos candidatos republicanos pois tal significaria «votar pelo respeito à Lei, pela Liberdade, pela emancipação dos oprimidos e (...) ressurgimento de Portugal»³⁴¹. O mesmo denuncia as movimentações de caciques na Moita onde há vários melhoramentos a serem feitos apenas com um intuito eleitoralista, expondo que, em Sarilhos Pequenos, inclusive, até «já se oferece dinheiro por votos»³⁴².

³³⁹ Recorde-se que a fonte de que dispomos relativamente aos actos eleitorais de 1908 é apenas o jornal de tendência republicana *O Domingo*, pois era o único então em circulação na região estudada.

³⁴⁰ *O Domingo*, 08/03/1908, n.º 347, p. 1.

³⁴¹ *O Domingo*, 15/03/1908, n.º 348, p. 1.

³⁴² *Idem*, p. 2.

Com o aproximar da data do acto eleitoral, notamos que o período é extremamente fértil em notícias com o mesmo relacionadas, multiplicando-se as sessões de propaganda e comícios nesta época, sendo disso exemplo os actos referidos nos números 344, 346 ou 350 d’*O Domingo*, que louva e põe em evidência a grande actividade e empenho do Partido Republicano nas eleições, «organizando comícios, conferencias e reuniões por todos os cantos do país»³⁴³. Assim, é, por exemplo, anunciada uma conferência em Aldeia Galega e um comício em Alcochete, para cuja participação popular se faz apelo em artigo intitulado *Ao povo de Alcochete*, pois os monárquicos «abusando da ignorância e do analfabetismo, espoliam o direito de voto» e «as listas que os “caciques” (...) oferecem (...) contêm nomes públicos aviltados que sujam e deprimem o país»³⁴⁴, apelando-se na página seguinte, em coluna intitulada *À urna, cidadãos!*, novamente à participação no acto eleitoral³⁴⁵.

A propósito dos “golpes” eleitoralistas ou das “movimentações de caciques”, o mesmo jornal denuncia, quer o papel de angariação de votos monárquicos feito pelo grande senhor das vinhas de Rio Frio, José Maria dos Santos, quer a activa “galopinagem” desenvolvida pelo regedor de Sarilhos Grandes, sendo este tipo de denúncias retomadas no jornal do próprio dia das eleições para a câmara dos deputados, onde depois de vários textos com uma toada épica de apelo ao voto e à luta contra os «sicários da quadrilha monárquica»³⁴⁶ se denuncia que o cacique de Alhos Vedros oferece 1\$500 réis por voto e que os “galopins” ao serviço do tal “senhor de Rio Frio” «receberão lenha, palha e roça durante um ano»³⁴⁷.

Relativamente à apreciação destas eleições e dos seus resultados, o gáudio com o resultado da votação republicana é expresso em artigo de fundo de Scypião, intitulado *Grande dia*, na sequência do qual surge a denúncia de «mesquinhas vinganças» pelas quais o referido José Maria dos Santos proibiu a apanha de «cascas e gravetos» nas suas terras por a «votação de domingo em Sarilhos Grandes ter sido favorável aos candidatos republicanos»³⁴⁸. Ainda relativamente ao rescaldo das eleições, não podemos deixar de

³⁴³ *O Domingo*, 22/03/1908, n.º 349, p. 3

³⁴⁴ Cf. *O Domingo*, 22/03/1908, n.º 349, p. 2.

³⁴⁵ *Idem*, p. 3.

³⁴⁶ *O Domingo*, 05/04/1908, n.º 351, p. 3.

³⁴⁷ *Idem*, p. 2.

³⁴⁸ Tudo, cf. *O Domingo*, 12/04/1908, n.º 352, p. 1.

achar curiosíssima e ilustrativa do ambiente político e do sistema eleitoral da época, a breve nota constante da secção *Rumores* do mesmo exemplar do jornal, onde se lê que «a Sra. D. Cristina despediu o caseiro por se negar a votar pelos talassas e votar pelos deputados republicanos»³⁴⁹. Adiante, é ainda divulgada a composição e o resultado das votações em cada mesa³⁵⁰.

A movimentação e a propaganda pré-eleitoral voltaram a intensificar-se meses depois, sendo disso exemplo as conferências realizadas em Alcochete e no Samouco a propósito das eleições municipais, referidas em número d'*O Domingo* que indica também os candidatos republicanos a vereadores³⁵¹. No novo período pré-eleitoral, os apelos ao voto foram retomados, sendo disso exemplo o editorial sugestivamente intitulado *Alerta Povo!*³⁵².

Depois deste último acto eleitoral, artigo de fundo escrito por França Neto no *semanário republicano independente* a que temos recorrido, celebra o resultado daquele agrupamento político nas eleições camarárias, referindo que o partido republicano é já o «grande partido nacional a que todos pertencem», vaticinando que a República está iminente, «quer pela mesma forma do 1.º de novembro, quer pela santa, desejada e inspiradora Revolução!»³⁵³.

Consta do mesmo número o resultado das eleições municipais em Aldeia Galega, em Alcochete e na Moita, listando-se o nome dos vereadores republicanos eleitos em cada um destes concelhos e o resultado das respectivas votações, em artigo que começa por referir que «Foi brilhante o mais possível o resultado das eleições em toda a comarca»³⁵⁴. Ainda a propósito de resultados vitoriosos de listas republicanas, é de notar o anúncio do resultado das eleições paroquiais, que foram «mais uma (...) afirmação da força (...) do partido»³⁵⁵. Tínhamos assim, na margem Sul do estuário do

³⁴⁹ Idem, p. 2.

³⁵⁰ Idem, p. 3.

³⁵¹ Cf. *O Domingo*, 25/10/1908, n.º 380, p. 3.

³⁵² Cf. *O Domingo*, 04/10/1908, n.º 377, p. 1. Não podemos deixar de relacionar este editorial com o que ficou atrás dito a propósito da apropriação do conceito de “povo” pelos republicanos.

³⁵³ Tudo a propósito deste artigo de França Neto, cf. *O Domingo*, 08/11/1908, n.º 382, p. 1.

³⁵⁴ Idem, p. 2. Ainda de acordo com esta notícia, as eleições tiveram os seguintes resultados: Em Aldeia Galega «entraram na urna 760 listas republicanas e 24 monárquicas»; em Alcochete «as listas republicanas entradas foram 348 e monárquicas 333»; Na Moita «a votação republicana ganhou por 130 votos».

³⁵⁵ *O Domingo*, 06/12/1908, n.º 386, p. 3.

Tejo, três autarquias republicanas ainda antes de 5 de Outubro de 1910 – Moita, Aldeia Galega e Alcochete³⁵⁶.

Posteriormente, em termos de actos eleitorais, cumpre-nos abordar as eleições para a Câmara dos Deputados de 28 de Agosto de 1910, que vieram reforçar a noção da força e trajecto ascendente do republicanismo no país, o que é evidenciado pelo tom de desapontamento ostentado na manchete do monárquico *A Comarca*, após as mesmas, assumindo-se, em letras garrafais, «Desiludidos... Mas não gastos!»³⁵⁷, no que viria a ser o último número deste periódico, numa clara assunção da derrota e desilusão.

No entanto, encontramos uma primeira referência a estas eleições, vários meses antes das mesmas, no socialista *Ávante!*, que afirma que aquela força política se absterá de concorrer, cabendo-lhe o papel de «elemento orientador e desinteressado»³⁵⁸ da opinião pública. Contudo, dias antes das eleições, o jornal anuncia que o PS irá propor candidaturas próprias em 3 círculos, tendo deliberado que «nos restantes círculos os socialistas dêem os seus votos aos Candidatos republicanos», tecendo considerações sobre o facto da lei eleitoral cercear «quase por completo o direito de escolha ao proletariado das oficinas, que constitui a maior força do (...) Partido», estimando, ainda assim, em 800, o número de votos que irá «declinar a favor dos republicanos».³⁵⁹ pois, como reconhece, «a corrente republicana consubstancia (...) um partido que é (...) o mais numeroso (...) dos descontentes e indignados que querem tudo, menos isto»³⁶⁰, enaltecendo o papel do partido socialista, que, cedendo os seus votos ao PRP, sujeitou o caciquismo local a uma pesada derrota, convocando «os socialistas e republicanos do Barreiro e do Lavradio»³⁶¹ para uma conferência sobre a posição do PS perante a situação política do país no rescaldo das eleições.

³⁵⁶ A estas 3, há que acrescentar, no cômputo do resto do país, Lisboa, Almeirim, Benavente, Grândola, S. Tiago do Cacém, Castro Verde, Lagos, Cuba e Odemira, como as 12 em que que o Partido Republicano ganhou a maioria nestas eleições, e que «passaram a funcionar como balão de ensaio para a implantação da República», cf. SANTOS e MENDES, op. cit., p. 19.

³⁵⁷ *A Comarca*, 01/09/1910, n.º 75, p. 1.

³⁵⁸ *Ávante!*, 27/02/1910, n.º 8, p. 2.

³⁵⁹ Tudo relativamente a este artigo, cf. *Ávante!*, 24/08/1910, n.º 22, p. 1. Esta concessão, a nosso ver, coroa a aproximação pré-5 de Outubro que adiante referiremos.

³⁶⁰ *Ávante!*, 11/09/1910, n.º 22, p. 2. Note-se que o periódico desta data também tem o n.º 22, tal como o de 24/08/1910.

³⁶¹ *Ávante!*, 21/09/1910, n.º 22, p. 1.

A propósito das eleições para a Câmara dos Deputados de 28 de Agosto de 1910, mas agora no campo republicano, *O Correio do Sul* anuncia que o PRP local «resolveu encetar já os trabalhos para as próximas eleições»³⁶², inserindo no entretanto artigos de apelo ao voto³⁶³, dedicando o número do dia das eleições a um último apelo ao voto na lista republicana. Fá-lo através da inserção de um editorial galvanizador do eleitorado, relatando que o administrador do concelho não autorizou a realização de vários comícios de propaganda agendados para o domingo anterior, o que motivou a realização de uma “sessão de protesto” no Centro Capitão Leitão³⁶⁴. A propósito de comícios é de notar a crítica feita no socialista *Ávante!*, sobre promessas feitas em comício republicano em Sto. António da Charneca dizendo que tal «é costume de todos os partidos burgueses em vésperas de eleições»³⁶⁵

Após as eleições, o periódico deixou transparecer o regozijo pelo seu resultado, sublinhando que «outro tanto não era de esperar, atentos os princípios liberais (...) nos concelhos próximos da capital, onde o povo vai já cumprindo o seu dever e sabe impor-se para que o regime reacionário (...) em breve desapareça». Traça considerações que vão de encontro à ideia que formámos, do maior peso do caciquismo (e da votação monárquica) nas áreas preponderantemente rurais, pois que, como Ferry diz, estando a propaganda feita nas cidades, será agora necessário ir aos «campos levar a luz (...) propagando ideias (...) nos meios incultos»³⁶⁶. Esta é, aliás, a conclusão que se tira do relato dos resultados eleitorais nas diferentes assembleias de voto do concelho de Almada: em S. Tiago, mais urbana e central, o partido republicano venceu; já na de Caparica, «os caciques conseguiram ainda vencer», lamentando-se que os «humildes aldeãos» permaneçam manietados, não tendo votado nos «candidatos do povo»³⁶⁷. Contudo, os eleitos na sequência deste escrutínio, nunca chegaram a assumir funções, tendo a revolução de 05 de Outubro de 1910 ocorrido no entretanto, confirmando-se a

³⁶² *O Correio do Sul*, 17/07/1910, n.º 29, p. 2.

³⁶³ *O Correio do Sul*, 30/07/1910, n.º 31, p. 2.

³⁶⁴ Tudo cf. *O Correio do Sul*, 28/08/1910, n.º 34, p. 1.

³⁶⁵ *Ávante!*, 20/03/1910, n.º 10, p. 2.

³⁶⁶ *O Domingo*, 09/01/1910, n.º 444, p. 1

³⁶⁷ Tudo a este propósito, cf. *O Correio do Sul*, 04/09/1910, n.º 35, p. 1.

profecia constante de editorial d'*O Domingo* segundo a qual aquele escrutínio seria «porventura, o último que na vigência das actuais instituições se realize»³⁶⁸.

Cronologicamente, no que a actos eleitorais espelhados na imprensa analisada diz respeito, reportar-nos-emos agora às eleições para a Assembleia Constituinte, que tiveram lugar em 28 de Maio de 1911 e de onde saiu a primeira Constituição elaborada sob o regime republicano. Analisando a presença deste evento e do ambiente que o rodeou na imprensa local que lhe foi contemporânea, há que notar o artigo de primeira página n'*O Correio do Sul*, que sublinha a diferença entre as eleições na monarquia e na República, vincando a honestidade e transparência que agora existirá, enquanto que sob a monarquia «leiloavam-se consciências e punham-se votos a preço. Promessas não faltavam e na (...) montagem da máquina eleitoral abundavam os *trucs* e as *ficelles*, visto que era preciso mudar com frequência o cenário e fazer dançar os fantoches, consoante a índole e gosto dos eleitores», apelando ao voto como responsabilidade do «bom cidadão»³⁶⁹, marcando a solenidade e importância do acto eleitoral, no que é secundado pelo também republicano órgão de imprensa de Aldeia Galega, pois, «desde que se vote pela República, vota-se pela Pátria»³⁷⁰. No rescaldo destas eleições sublinha-se que «o povo português está identificado com a República, cujo regime deseja ver consolidado (...) pela Assembleia Constituinte, que acaba de eleger»³⁷¹, sendo o entusiasmo com os trabalhos da constituinte testemunhado pelo relato dos festejos em várias localidades, aquando do início daqueles³⁷².

A grande desilusão

Nesta fase, estando-se já em plena República, importa intercalar aqui alguns temas subsumíveis à chamada “questão política” que vimos serem afluídos na imprensa consultada. Cumpre expor algumas das reacções que, decorridos cerca de 8 meses desde a revolução de 5 de Outubro se faziam sentir, revelando diferentes atitudes

³⁶⁸ Pelo que não poderemos não ter como profética a nota escrita a propósito do acto eleitoral de 28/08/1910, onde se alvitra estar-se perante «porventura, o último que na vigência das actuais instituições se realize», cf. *O Domingo*, 21/08/1910, n.º 476, p. 1.

³⁶⁹ Tudo a este propósito, cf. *O Correio do Sul*, 21/05/1911, n.º 69, p. 1.

³⁷⁰ *O Domingo*, 21/05/1911, N.º 515, p. 1.

³⁷¹ *O Correio do Sul*, 04/06/1911, n.º 71, p. 1.

³⁷² *O Correio do Sul*, 25/06/1911, n.º 74, p. 2.

ou nuances no sentimento político dos grupos que compunham a sociedade, e que iam desde a desilusão com o recém-implantado regime, nomeadamente, na sequência dos conflitos mencionados no âmbito da “questão social”, passando pela cautela ou desconfiança com que a República foi recebida por alguns sectores.

Assim, recorde-se quanto na introdução afluímos sobre as aproximações estratégicas entre republicanos e outras forças de esquerda e o convívio entre as mesmas tendo em vista o derrube da monarquia³⁷³. Este vinha já desde finais do século XIX e ficara explícito, designadamente, em relato de intervenção do redactor do *Ávante!* em sessão no Centro Socialista do Barreiro onde «descreveu (...) aparentes desinteligências (...) com o partido republicano local, mostrando que essas animosidades tendem (...) a desaparecer», tendo terminado a sua intervenção com um elucidativo «apelo (...) à solidariedade e fraternidade de todos aqueles que (...) abrigam ideais de justiça, sejam eles republicanos ou socialistas»³⁷⁴. Esta aproximação, reflecte-se em coluna que, criticando mordazmente o regime monárquico então ainda em vigor, expõe como «na extrema esquerda da monarquia há partidos que protestam contra o que se está passando», devendo «o partido republicano, os socialistas e os anarquistas»³⁷⁵ lutar contra o governo de então, num apelo que, claramente, engloba aqueles grupos sob uma mesma bandeira e se enquadra no que Júlia Leitão de Barros escreve quanto às aproximações de «homens de formação ideológica distinta»³⁷⁶ em nome de «acções políticas comuns (...) e troca contínua de informação»³⁷⁷. E de facto, como se vê pelas evidências expostas e pelo rumo dado a este trabalho, também nós

³⁷³ Veja-se, por exemplo, as palavras de elogio e congratulação aos republicanos no jornal *Ávante!*, perante os ofícios enviados pelos centros republicanos do Lavradio e Dr. Estevão de Vasconcelos ao Centro Socialista do Barreiro por ocasião da sua inauguração oficial, demonstrando o apreço daqueles centros republicanos pelos socialistas, cf. *Ávante!*, 31/01/1910, n.º 6, pp. 1-3 ou esta mesma noção, relativamente aos anarquistas, plasmada em VALENTE, op. cit., p. 66 e em FREIRE, João, “A agitação sindicalista e anarquista no início da República: Outubro de 1910 – Janeiro de 1912”, in *Outras Vozes na República 1910-1926, Cadernos do Museu da Presidência da República*, Vol. n.º 3, op. cit., p. 415, o que provocou a censura por parte de determinados sectores acratas, cf. VENTURA, op. cit. p. 210 ou FREIRE, op. cit., p. 415.

³⁷⁴ Sobre esta intervenção, *Ávante!*, 15/05/1910, n.º 14, p. 2.

³⁷⁵ Tudo cf. *O Domingo*, 23/01/1910, n.º 446, p. 2.

³⁷⁶ Tudo cf. BARROS, op. cit. p. 400.

³⁷⁷ Ibidem.

subscrevemos a opinião de que «o estudo do movimento republicano (...) não pode prescindir da inclusão das práticas informativas dos jornais diários»³⁷⁸.

Nesta sequência, há que integrar as reacções de alguns destes grupos perante a implantação da República. De facto, ainda antes da revolução, já Actor Mascarenhas alertava nas páginas d'*O Correio do Sul*, em coluna dirigida ao operariado, para o perigo deste se “deixar levar” por socialistas que, colaborando com republicanos, visam perpetuar a existência do Estado (e do seu aparelho) sendo que «amanhã a República o perseguirá como (...) a Monarquia»³⁷⁹ e no primeiro editorial do socialista *Ávante!* publicado após o 5 de Outubro, saúda-se a República pois esta é um primeiro passo para as almejadas reformas, «embora não possa satisfazer todas as aspirações do povo trabalhador, nem realizar os ideais grandes do Socialismo Internacional»³⁸⁰. Os socialistas mostram-se ainda mais cautelosos no editorial intitulado *O Socialismo perante a República*, «aconselhando o operariado a que se esforce por adiar as suas reclamações até que se entre na normalidade», frisando que é apenas «no interesse partidário que nós estamos (...) ao lado da burguesia republicana»³⁸¹, sendo a linha colaborante com o PRP que vingou no pós-5 de Outubro no seio do partido socialista, confessada já em 14/01/1912, por ocasião de sessão comemorativa de aniversário do PS, na qual um dos oradores reconhece que o partido «não tem feito o que muita gente esperava» em nome, da consolidação da República, para não ser responsabilizado pela agitação do país³⁸².

Tendo esta reacção presente, cumpre-nos rever as expressões que recorrentemente encontramos de desilusão ou desapontamento com a República, especialmente no que respeita à almejada – mas não alcançada – melhoria das condições materiais de vida do povo que acompanhou ou auxiliou os republicanos no derrube da monarquia, confirmando as “cautelas” expressas, nomeadamente, por Salvador Mascarenhas, conforme acima exposto, que, embora assumidamente

³⁷⁸ Ibidem. Embora os casos por nós analisados não digam respeito a Lisboa, nem à imprensa diária, cremos que esta conclusão será aplicável ao nosso estudo.

³⁷⁹ *O Correio do Sul*, 10/07/1910, n.º 68, p. 2.

³⁸⁰ *Ávante!*, 20/10/1910, n.º 24, p. 1.

³⁸¹ Tudo cf. *Ávante!*, 10/11/1910, n.º 25, p. 1.

³⁸² Vide, a este propósito, *O Correio do Sul*, 14/01/1912, n.º 89, p. 2. O que é corroborado em MÓNICA, op. cit, p. 161 e em ARRANJA, Álvaro, *Anarco-Sindicalistas e Republicanos. Setúbal na I República*, Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos, 2009, p. 42-44.

libertário, lhe dá as boas vindas, numa atitude que o próprio descreve como sendo de «expectativa»³⁸³, não deixando de alertar para a faceta repressiva que os regimes republicanos já assumiram noutros países. Também a este propósito, ainda antes do 5 de Outubro, o socialista *Avante!* alertava para o facto de que «quanto a repressões, as repúblicas têm sido (...) irmãs gémeas das monarquias mais retrógradas»³⁸⁴.

Além destas considerações, as expressões de desilusão com a República, vinham do próprio campo republicano, sendo disso exemplo a acusação feita à comissão administrativa à frente dos destinos de Almada de «só servir amigos e afilhados»³⁸⁵, perpetuando-se na República o caciquismo do tempo da monarquia³⁸⁶, porque «desde que se implantou o regime republicano (...) em que nós tínhamos tão boas esperanças, os processos adoptados pelas vereações (...) têm sido os mesmos!»³⁸⁷. Esta ideia de desapontamento é expressa no também republicano *O Domingo*, onde, por ocasião da comemoração do primeiro aniversário da República, Aido explicitamente lamenta, «a desilusão, o desespero que invade os sinceros republicanos»³⁸⁸ ao assistir à forma como a República está a ser desvirtuada, o que é bem expresso pela desilusão com a governação republicana a nível local, pois «os republicanos provincianos olham com mágoa a marcha política»³⁸⁹, a qual é evidente, por exemplo, na revolta com as más condições da escola, estradas e arruamentos de Alhos Vedros, que deu mais votos republicanos que as vilas vizinhas, mas que permanece esquecida, sendo alvo de atenção apenas quando se pretende angariar votos³⁹⁰.

³⁸³ *O Correio do Sul*, 23/10/1910, n.º 41, p. 2. Veja-se sobre esta matéria a coluna do mesmo Salvador Mascarenhas, em que a propósito das greves que então se faziam sentir, o mesmo dissocia os interesses do proletariado dos da República, cf. *O Correio do Sul*, 04/12/1910, p. 2. A atitude de expectativa e comedimento é bem espelhada em SAMARA, Maria Alice, “A questão social: à espera da «Nova Aurora»”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, op. cit., pp. 154-155.

³⁸⁴ *Avante!*, 01/05/1910, n.º 13, p. 2.

³⁸⁵ *O Correio do Sul*, 26/03/1911, n.º 61, p. 1. Sendo a referida comissão administrativa acusada, no mesmo número, de conluio com empresas monopolistas de abate de animais, concluindo o autor da acusação que na República não deveriam continuar práticas do tempo da monarquia.

³⁸⁶ Cf. *O Correio do Sul*, 02/04/1911, n.º 62, p. 1.

³⁸⁷ *O Correio do Sul*, 01/01/1912, n.º 87, p. 1. Veja-se a este propósito também o elucidativo editorial *Vida Nova! n’O Correio do Sul*, 30/07/1911, n.º 79, p.1.

³⁸⁸ *O Domingo*, 08/10/1911, n.º 535, p. 2. Verberando as figuras do partido da fase de propaganda que agora traem as suas promessas e a “política de atracção” que apelida de “traição”.

³⁸⁹ *Ribatejo*, 09/11/1911, n.º 3, p. 3.

³⁹⁰ *Ribatejo*, 16/12/1911, n.º 9, p. 3.

Como procurámos deixar claro, nomeadamente no capítulo atinente à “questão social”, o movimento grevista e a agitação operária que atravessou o país após a revolução republicana, como forma dos trabalhadores reclamarem, nomeadamente, a materialização das promessas “vendidas” pelo PRP na fase da propaganda, foi entendida pelos republicanos como uma fonte de instabilidade, não só no plano interno, não propiciando ao recém-empossado governo a estabilidade e tranquilidade necessárias, mas passando também para o exterior uma ideia de convulsão interna e incapacidade governativa republicana, o que se integrará com algo que deixámos dito no âmbito da “questão social”, quanto a muitas das agitações terem hipoteticamente sido fruto de manobras reaccionárias contra a «República que ainda nem (...) teve tempo de se tornar suspeita de trair o seu programa»³⁹¹.

Cavou-se, portanto, um fosso entre a República e o «bloco social e político do 5 de Outubro»³⁹², não só graças às promessas incumpridas mas também à repressão e violência de que os trabalhadores vieram a ser alvo, estando, como diz João Freire, «definitivamente rompidas as convergências entre o operariado fabril e rural e as novas instituições»³⁹³.

A este propósito não deixaremos de trazer à colação indícios que encontrámos na imprensa analisada, que bem ilustram a instabilidade e desilusão referidas supra, e o seu impacto negativo numa questão fulcral para o movimento republicano – o reconhecimento internacional do novo regime implantado em Portugal. Assim, muito pouco tempo depois da implantação da República, escreve-se n’*O Correio do Sul* que as greves «carecem (...) de oportunidade», devendo a prioridade ser a consolidação do regime e «reconhecimento pelas nações», ao que «qualquer movimento grevista só pode ser desfavorável»³⁹⁴. Entretanto, n’*O Domingo*, é celebrado o referido reconhecimento, em artigo justamente intitulado *O reconhecimento da República Portuguesa pelas potências europeias*, escrevendo-se que foi «entusiasticamente

³⁹¹ OSÓRIO, Ana de Castro, *As operárias das fábricas de Setúbal e a greve – resposta de Anna de Castro Osório ao “Germinal”*, Setúbal, Editora – Sociedade proprietária do jornal “O Radical”, 1911.

³⁹² ROSAS, Fernando, “A crise do liberalismo oligárquico em Portugal” in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, p. 19.

³⁹³ FREIRE, op. cit., p. 424.

³⁹⁴ Tudo, *O Correio do Sul*, 30/10/1910, n.º 42, p. 2.

recebida nesta vila a notícia do reconhecimento da República Portuguesa pelas nações estrangeiras», pois «se ontem tínhamos a República feita, hoje temo-la consolidada»³⁹⁵.

Sempre se dirá que o artigo que acabámos de referir, diz respeito ao mero reconhecimento “de facto”³⁹⁶, uma vez que o *de jure* só aconteceu depois de formalizadas as novas instituições através da Constituição de 1911. Só assim se percebe o referido artigo d’*O Domingo* e o confronto do mesmo com quanto consta de editorial d’*O Correio do Sul* em 17 de Setembro de 1911, intitulado *Consensus Omnium*, o qual reza que «assim se deve chamar ao acto das cinco nações da Europa que no dia 11, reconheceram oficialmente a República Portuguesa», terminando o mesmo com comentário mordaz relacionável com a “desilusão com a Republica”, de que, estando aquela «solidamente garantida no consenso das outras nações, bom será que os ministros que vierem a governar (...) olhem para a vida miserável que arrasta o pobre trabalhador a quem tudo prometeram quando na oposição»³⁹⁷.

Contudo, a notícia do *consensus omnium* e o júbilo que o mesmo mereceria não terá tido a devida correspondência, como se percebe pelo desapontamento patente em *echo* dedicado a este tema, inserto no mesmo jornal, pois «passaram sem o brilho que era para desejar as manifestações neste concelho a propósito do reconhecimento da nossa República pelas grandes potências», sendo considerado «bastante estranho que nenhuma filarmónica percorresse as ruas da vila e arredores»³⁹⁸.

Sobre as violências exercidas pela República, na sequência do que referimos acima, além dos factos já mencionados a propósito das repressões de greves, designadamente pela recém-criada GNR³⁹⁹, é incontornável a referência aos batalhões de voluntários descritos como uma «espécie de milícia republicano-burguesa que, sob o pretexto de estar atenta às movimentações e conspirações monárquicas estava mas é

³⁹⁵ Tudo sobre esta notícia, cf. *O Domingo*, 13/11/1910, n.º 488, p. 1.

³⁹⁶ Reconhecimento *de facto* das “potências europeias” britânica, espanhola, italiana e francesa que aconteceu em 10/11/1910, conforme referido em <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=00730>, consultado em 31/10/2021.

³⁹⁷ Tudo a propósito desta notícia, cf. *O Correio do Sul*, 17/09/1911, n.º 84, p. 1. As 5 nações referidas, como se vem a perceber adiante, foram a Inglaterra, Alemanha, Áustria, Itália e Espanha.

³⁹⁸ Tudo quanto a este *echo*, *Ibidem*.

³⁹⁹ Veja-se o pensamento sobre o facto de uma guarda “republicana” ter matado trabalhadores, em ARRANJA, Álvaro, *Mataram Mariana... dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura operariado-República em 1911*, Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos, 2011, p. 120.

de olho e pronta para dar porrada nos trabalhadores»⁴⁰⁰ e à expressão dos mesmos na imprensa das latitudes aqui em causa. Em relação a este aspecto, veja-se a notícia intitulada *Batalhão Voluntário d'Almada*, que dá nota da organização deste, por iniciativa da Junta de Paróquia, divulgando os locais de inscrição no mesmo⁴⁰¹. Mais tarde, e depois de já extinto⁴⁰², surge no *semanário republicano* que divulgara a sua formação, o anúncio da constituição, na mesma cidade, do *Grupo Civil A República*, implantada por um grupo de cidadãos «verdadeiramente amantes da sua pátria (...) com o fim de defender e conservar o regime republicano», para o que empregará «a sua influência ou a sua força em caso de necessidade», tendo sede n' *O Correio do Sul*, onde eram recolhidas as inscrições no mesmo⁴⁰³.

A propósito das “promessas incumpridas” que supra referimos, não podemos deixar de mencionar o sufrágio universal, referido no enquadramento às “questões” que aqui expomos e presente em todos os “programas” republicanos, como notámos⁴⁰⁴. Já se a primeira legislação eleitoral da República, que enquadrou as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte «traduz uma espécie de compromisso entre as limitações dos novos poderes (...) e a fidelidade aos princípios e promessas dos tempos da propaganda»⁴⁰⁵, a “traição” à promessa de consagração do sufrágio universal foi sentida de forma mais aguda com a lei eleitoral que regerá os actos eleitorais de 1913, realizados numa altura em que o regime republicano já está plenamente implementado, reconhecido e constitucionalmente legitimado.

⁴⁰⁰ CARRAPATO, Júlio, *O Regicídio, o 5 de Outubro de 1910, a I República Portuguesa e a Intervenção Anarquista*, Faro, Edições Sotavento, 2011, p. 161.

⁴⁰¹ *O Correio do Sul*, 22/01/1911, n.º 54, p. 1, noticiando o mesmo jornal, em 09/04/1911, n.º 63, p. 2, exercícios do mesmo na administração do concelho.

⁴⁰² *O Echo de d'Almada*, 14/05/1911, n.º 7, p. 2.

⁴⁰³ Tudo, cf. *O Correio do Sul*, 16/07/1911, n.º 77, p. 3. Organização miliciana que nos parece ter a mesma natureza dos batalhões de voluntários, mas cujos detalhes exactos desconhecemos. Note-se, aliás, que a notícia constante da p. 2 do n.º 80 deste jornal em 06/08/1911, dando nota de uma sua reunião, locais de treino e alistamento é a última que sobre este “grupo civil” encontramos.

⁴⁰⁴ Veja-se o que sobre a matéria deixámos exposto e a bibliografia que indicamos não só no capítulo dedicado ao enquadramento da ideologia republicana, mas também a propósito das linhas que dedicamos à participação política das mulheres no capítulo em que abordamos a “questão social”.

⁴⁰⁵ LOPES, Fernando Farelo, “Clientelismo, «crise de participação» e deslegitimação na I República” in *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1991 (2.º), p. 404.

Assim, a questão do sufrágio universal (e a sua não consagração) será um dos temas fortemente presentes no debate político português, nomeadamente, o espelhado na imprensa aqui em questão, durante o período pré-eleitoral de 1913.

Nestes termos, e porque entraremos num novo período de debate político, agitado pela formalizada cisão do Partido Republicano⁴⁰⁶ em que cada grupo daí resultante agitava a sua bandeira, tinha a sua “máquina” (de que a imprensa local era parte⁴⁰⁷) e o seu líder⁴⁰⁸, e porque a República Portuguesa já tinha sido internacionalmente reconhecida, será este o momento oportuno para concluir a primeira parte deste capítulo, analisando a fase seguinte da “questão política” num segundo capítulo. Seguiremos, como até aqui, o mesmo fio condutor – os actos eleitorais que tiveram lugar no período por nós estudado e o seu reflexo na imprensa local da margem Sul do Tejo.

Parte II: *a guerra para demonstração da pureza da ortodoxia*⁴⁰⁹

Cisões na República

Considerando o que deixámos dito na primeira parte deste capítulo, adiantamos que a segunda terá como características subjacentes a tudo quanto nele iremos expor, o conflito e a animosidade que marcam o ambiente político nacional e talvez se façam sentir de forma ainda mais aguda a nível local, desde logo, na imprensa, não só pelas razões que apontámos na introdução mas também por ser veículo de difusão de ideias e opiniões, e parte fundamental das máquinas partidárias de que falávamos.

⁴⁰⁶ Como atrás dissemos, as eleições de 16/11/1913 são as primeiras a que concorrem os 3 partidos resultantes da cisão do Partido Republicano, digladiando-se entre si: o Partido Democrático, o Partido Evolucionista e o Partido Unionista.

⁴⁰⁷ O *Correio do Sul* fez um percurso em que passou de órgão assumidamente democrático a parte da “máquina” evolucionista; o *Correio do Seixal* também era um órgão evolucionista, bem como o *Ecos do Barreiro* e o *Evolução*. Perante esta realidade e a marcada “partidarização” da imprensa local, as lutas e o diálogo através das páginas dos periódicos eram uma constante, como veremos, recheadas de ataques e ofensas (muitas vezes, declaradas) entre os actores no palco da luta política e em especial entre democráticos e evolucionistas.

⁴⁰⁸ o Partido Democrático tinha como líder Afonso Costa; o Partido Evolucionista, António José de Almeida e o Unionista, Brito Camacho.

⁴⁰⁹ Cf. expressão adaptada de VALENTE, op. cit., p. 176.

Ainda em 1911, após a reunião da Assembleia Nacional Constituinte, começa a ser publicado n' *O Correio do Sul* o *Projecto de programa do Partido Republicano, da iniciativa do Grupo Parlamentar Democrático*⁴¹⁰, numa fase em que o seu subtítulo é revelador da clara partidarização do jornal, que se passou a assumir, desde o seu n.º 85, de 17 de Dezembro de 1911, como *Semanário Republicano Democrático*, sendo antes simplesmente *Semanário Republicano*. O certo é que no número em que o periódico reaparece⁴¹¹ como órgão assumidamente *Democrático* apresenta na primeira página um retrato de Afonso Costa, encimado por um elucidativo *A Que Vimos*, lendo-se no texto que rodeia aquela fotografia, um relato épico da acção daquele líder e do Partido Republicano Português, de que aquele grupo seria o legítimo herdeiro, pois nele «se conservou a velha guarda fiel da Democracia». Assume assim uma clara linha política – «Estamos ao lado de Afonso Costa»⁴¹².

Dito isto, há que referir que esta radicalização de posições políticas assumidas pela imprensa local implicou a agudização do discurso confrontacional e até, de certa forma, belicoso, mas não fez esquecer o carácter localista destes órgãos na sua missão de defesa das populações dos territórios em que se inserem⁴¹³ até porque tal revestirá uma valiosa “arma” no combate político (expondo, por ex., um jornal de orientação evolucionista, críticas a situações num território sob administração democrática e vice versa).

Note-se que órgãos como *O Domingo* ou *O Espectro* eram nitidamente democráticos enquanto que jornais como o *Evolução*, o *Correio do Seixal* ou o *Ecos do Barreiro*, assumiam uma tendência claramente evolucionista (declarada inclusivamente nos seus subtítulos). Contudo, o que para nós melhor exemplifica o antagonismo que temos vindo a referir, reside na constante troca de acusações e “estocadas” presentes

⁴¹⁰ Por exemplo, n' *O Correio do Sul*, 24/12/1911, n.º 86, p. 2. Grupo constituído em 29/08/1911, como cisão republicana, na sequência da eleição do Presidente da República, segundo RELVAS, Eunice Marisa Martins, *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2014, p. 127, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/14493>, consultado em 11/10/2021.

⁴¹¹ O jornal sofreu um interregno de 3 meses, entre os números 84 e 85, saídos a 17/09/1911 e 17/12/1911, respectivamente.

⁴¹² Tudo a este propósito, cf. *O Correio do Sul*, 17/12/1911, n.º 85, p. 1.

⁴¹³ Veja-se, a título de exemplo, o subtítulo d' *O Correio do Sul*, quando este passou a ser evolucionista, assumindo que expressamente se dedicava a uma determinada região: *Semanário Republicano Evolucionista, órgão dos interesses das comarcas de Almada, Aldegallega e Seixal*, cf. *O Correio do Sul*, 11/08/1912, n.º 115, p. 1.

nas páginas d'*O Correio do Sul*, antes de 11/08/1912⁴¹⁴, aos evolucionistas e, depois daquela data, aos democráticos.

O trajecto deste periódico é extremamente interessante para a análise que faremos, pois, logo na altura da sua “transição”, há que notar o editorial de despedida da equipa que até então esteve à sua frente e que, apesar do empenho na defesa «do povo de Almada e seus arredores», num esforço para o libertar «do nefasto caciquismo que nele predominava» e «da terrível reacção que os amarfanhava»⁴¹⁵, não esconde o desgaste provocado pelos confrontos relacionados com a política, admitindo que aquela «em terras pequenas, constitui uma grandíssima pouca vergonha», demarcando-se claramente do jornal, que daí em diante «continua a sair, filiado num dos grupos partidários da República», não tendo nada a ver «nem com o jornal nem com a política local»⁴¹⁶.

A esta atitude de desilusão, a nova equipa d'*O Correio do Sul* contrapõe, logo no número inaugural da nova orientação do jornal, um editorial épico, galvanizante e repleto de referências bélicas⁴¹⁷ e uma curta nota em que comenta a despedida da anterior equipa d'*O Correio do Sul*, que desejou que a nova entidade proprietária do jornal não veja a sua vida dificultada por «invejas e as velhacarias que por vezes nos atulharam o caminho»⁴¹⁸ referindo orgulhosa e altivamente que «não nos assaltam esses receios», pois seguirão o seu rumo «sem cobardias e sem desfalecimentos, firmes e decididos sempre. Não nos intimidam nem as invejas mesquinhas (...) nem as rivalidades venenosas»⁴¹⁹, reafirmando a firmeza dos seus princípios políticos e a nobreza dos valores que nortearão o jornal. Do teor desta “resposta” podemos depreender alguma animosidade (e talvez uma certa arrogância?) sendo legítimo dizer que a nova vida deste título tem início sob a égide do antagonismo ou do conflito entre

⁴¹⁴ Data em que pela primeira vez apareceu como evolucionista, sendo antes disso, um órgão democrático.

⁴¹⁵ Tudo neste editorial, cf. *O Correio do Sul*, 28/07/1912, n.º 114, p. 1. O intuito de defesa dos interesses locais resulta claro do intróito do editorial, no qual se lista o nome dos fundadores do jornal, entre os quais se encontra o de Marcos de Assunção, referido recentemente na primeira parte deste capítulo, a propósito do seu envolvimento n'*O Puritano*.

⁴¹⁶ Tudo quanto ao mesmo editorial, *ibidem*.

⁴¹⁷ Da pena de Ribeiro de Carvalho, seu novo *director e proprietário*. Veja-se, sobre esta figura quanto ficou dito na nota 45.

⁴¹⁸ Ainda cf. *O Correio do Sul*, 28/07/1912, n.º 114, p. 1.

⁴¹⁹ Tudo a este propósito, cf. *O Correio do Sul*, 11/08/1912, n.º 115, p. 2.

democráticos e evolucionistas. Isto é plenamente declarado em artigo que logo de seguida encontramos no mesmo número, também com honras de primeira página, onde abundam os primeiros ataques explícitos ao Partido Democrático, constando do mesmo acusações como a de que «Para certas criaturas, só é bom republicano quem pertence ao partido do Sr. Afonso Costa», num texto que quer demonstrar que os integrantes do Partido Democrático não poderão ter pretensões a arvorar-se a únicos “verdadeiros republicanos” até por não integrarem nas suas fileiras nenhuma das figuras «da velha guarda republicana, envelhecidos nas lutas pela Democracia»⁴²⁰.

Ainda nesta primeira página há espaço para mais uma intervenção, em tom que marcará a relação conflituante deste periódico com os democráticos, desta vez, a propósito dos nomes que constam das listas das comissões municipais e paroquiais daquele partido, pois o mesmo acusara recorrentemente o Partido Evolucionista de ter nas suas fileiras «antigos caciques de um regime que morreu (...) na gloriosa madrugada de 5 de Outubro»⁴²¹, mas delas consta afinal o nome de alguns daqueles monárquicos. É esta a razão do título da notícia ser *Quem tem telhados de vidro...*

Vimos que a “fase evolucionista” deste periódico arrancou sob o signo do conflito e, tendo havido uma cisão no seio dos republicanos, esta se reflectiu logo em finais de 1911 em vários textos que a indiciam, como por exemplo, em editorial (em tom conciliador) do já mencionado Paulino Gomes n’*O Domingo*⁴²² ou a asserção de que «a República tem que ser, tanto quanto possível, democrática, progressiva e radical»⁴²³, escrita por ocasião das comemorações do primeiro aniversário daquela, depois do seu autor criticar asperamente a política de atracção. Porém, o texto que identificamos como o que melhor explica as cisões que afectavam o campo republicano, assume o título *Ministérios*, sendo escrito pelo mesmo Paulino Gomes no título atrás referido⁴²⁴, para o qual remetemos.

⁴²⁰ A este propósito, *Ibidem*.

⁴²¹ *Ibidem*.

⁴²² *O Domingo*, 29/10/1911, n.º 538, p. 1.

⁴²³ *O Domingo*, 08/10/1911, n.º 535, p. 2.

⁴²⁴ *O Domingo*, 19/11/1911, n.º 541, p. 1.

Neste passo, e apesar de quanto já ficou relatado a propósito da transição operada n’*O Correio do Sul*, importa recuar a uma fase anterior à mesma⁴²⁵, dando nota do surgimento do Partido Evolucionista em cena, uma vez que o mesmo será um actor fundamental. Refira-se a transcrição de notícia do *Portugal, Madeira e Açores* quanto à autonomização do Partido Republicano Evolucionista, criticando-a, porque «foi assim, em lutas estéreis (...) que se levou a monarquia ao 5 de Outubro», terminando com um “aviso” aos «democratas sinceros», que são os «que poem acima dos interesses pessoais, a felicidade da pátria»⁴²⁶.

Será aquela autonomização, o momento que identificamos como marcando o início da constante conflitualidade entre democráticos e evolucionistas encontrada ao longo das páginas da imprensa local. N’*O Correio do Sul*, consta editorial assinado por Eurico de Campos, publicado na sequência de congresso do Partido Republicano em Braga, em que este elogia aquela reunião por nela se ter revelado quem eram os republicanos “verdadeiros” e fiéis aos princípios e à missão do «nobre partido republicano», enquanto outros «iam criando clientelas, formando grupos unionistas e evolucionistas, isto é, fugindo sem vergonha aos compromissos tomados!». A conclusão que tira – e que se reflecte no *Ainda Bem* que intitula o texto – é exactamente a de que «o congresso de Braga veio dirimir os campos (...) e demonstrou (...) que os desertores não fazem falta», terminando o texto de louvor, à separação de águas que houve dentro do Partido Republicano com ferozes ataques a António José de Almeida, visto como traidor pois «o agitador de ontem, aquele que era o ídolo do povo, está de mãos dadas com os opressores (...) em reacção contra a liberdade», acrescentando «Quem diria (...) que o grande tribuno republicano (...) que entusiasmava as multidões, apostolo da república (...) havia de sujar o seu passado, apostatando (...) da fé política (...) e volver-se em inimigo da liberdade (...) tornando-se inimigo do povo (...) que tão alto o elevou»⁴²⁷.

⁴²⁵ Na qual o jornal tinha no seu subtítulo a menção de *republicano independente*, embora contasse com a mesma equipa da fase em que se assumia como *republicano democrático*.

⁴²⁶ Tudo, cf. *O Correio do Sul*, 03/03/1912, n.º 94, p. 2, segundo notícia original de data e número desconhecidos do jornal *Portugal, Madeira e Açores*.

⁴²⁷ Tudo deste editorial, cf. *O Correio do Sul*, 27/05/1912, n.º 105, p. 1.

A polarização que aqui fica nítida é reforçada pelo mesmo autor, no número seguinte do título, dizendo que «ontem o Sr. António José de Almeida pregava virtudes, intransigências, hoje está de mãos dadas com aqueles que mais o agravaram e (...) lhe cuspiam insultos»⁴²⁸.

Entretanto, o mesmo Eurico de Campos também é anunciado como colaborador⁴²⁹ no *Semanário Republicano Radical* de Aldeia Galega, onde subscreve mais um texto de crítica a António José de Almeida, sugestivamente intitulado *Traidores*⁴³⁰, sendo publicada no mesmo número deste título uma curta notícia dando nota «que (...) em Sarilhos Grandes houve jantar, com o fim de (...) se montar a máquina evolucionista», acompanhada do comentário irónico de que «só não foi convidado o padre para a festa por não estar ali»⁴³¹.

A atitude de engrandecimento democrática e de ataque aos evolucionistas era recíproca por este grupo, recordando, desde logo, quanto atrás já ficou dito sobre as considerações que constam do primeiro número em que *O Correio do Sul* aparece como órgão evolucionista, em 11 de Agosto de 1912.

Aí, o jornal menciona o que serão os primeiros passos da gradual implantação da máquina evolucionista no território aqui em questão – a solicitação para que quem siga «a orientação do Partido Evolucionista» no Barreiro o declare junto do correspondente do jornal naquela localidade (Jerónimo Paiva⁴³²) para «simples apreciação»⁴³³ e a notícia de que se fundará um centro republicano de tendência evolucionista no Lavradio⁴³⁴, noticiando-se depois, organização atinente a idêntica fundação em Aldeia Galega⁴³⁵. Neste mesmo número são divulgadas as moradas onde se pode aderir ao Partido Evolucionista, quer em Sesimbra, quer em Almada⁴³⁶. O jornal anuncia depois a inauguração do Centro Evolucionista de Almada, revestindo-se a sua sessão inaugural

⁴²⁸ *O Correio do Sul*, 02/06/1912, n.º 106, p. 1.

⁴²⁹ *O Domingo*, 26/05/1912, n.º 568, p. 2.

⁴³⁰ *Idem*, p. 3.

⁴³¹ *Idem*, p. 2.

⁴³² Correspondente d' *O Correio do Sul*, que encontraremos depois à frente do *Ecos do Barreiro*.

⁴³³ Tudo, cf. *O Correio do Sul*, 11/08/1912, n.º 115, p. 2.

⁴³⁴ *Ibidem*

⁴³⁵ *O Correio do Sul*, 18/08/1912, n.º 116, p. 3. O que, segundo sabemos, só viria a acontecer mais tarde, segundo *O Correio do Sul*, 16/03/1913, p. 138.

⁴³⁶ *Idem*, p. 3.

de grande «imponência», devendo contar com «alguns dos oradores mais em evidência no Partido Evolucionista», sendo «enorme o entusiasmo (...) por esta festa»⁴³⁷.

Tendo os actos eleitorais que tiveram lugar entre 1907 e 1913 como o fio condutor do nosso trabalho, não podemos deixar de referir quanto consta ainda em Setembro de 1912 d’*O Correio do Sul* sobre eleições municipais (mais de um ano antes de virem a ter lugar). Esse editorial então escrito por Ribeiro de Carvalho (justamente com o título *Eleições Municipais*) parece-nos ser uma peça fundamental na guerra entre democráticos e evolucionistas. É escrito a propósito de inquérito d’*O Mundo* aos presidentes das comissões administrativas de todo o país, com vista a auscultar a sua opinião sobre se deveriam ou não realizar-se eleições municipais, mostrando-se a maioria daquelas contra a sua realização, com a justificação de que tal resultaria numa vitória dos elementos monárquicos, o que leva o autor do editorial a concluir que tal significava que «Não só o país não era republicano quando nós derrubamos a Monarquia, mas (...) também não lhe conseguimos provar (...) que é melhor o novo regime do que o (...) antigo». Seria por “medo” que não se realizariam as eleições municipais.

Porém, o autor contrapõe que os resultados do inquérito «representam apenas (...) alguns homens que tendo ascendido por mero acaso à presidência dos municípios, dali não querem sair agora». Como tal, «a fazerem-se as eleições não seria vencida a República. Seriam vencidos (...) os elementos do sr. Afonso Costa», terminando com um elucidativo apelo a que haja eleições, pois a República «está (...) integrada na alma nacional, vive (...) no coração do (...) Povo»⁴³⁸.

O mesmo jornal evolucionista almadense faz apelo a artigo do francês *Le Matin* no qual é expressa perplexidade por ainda não ter havido eleições municipais desde que a República fora implantada em Portugal, com «a administração local a funcionar independentemente da vontade do povo», concluindo que quanto a este assunto, o que conta é «a vontade do sr. Afonso Costa, que não quer eleições, porque sabe que as perderá»⁴³⁹.

⁴³⁷ *O Correio do Sul*, 01/09/1912, n.º 118, p. 1.

⁴³⁸ *O Correio do Sul*, 15/09/1912, n.º 120, p. 1.

⁴³⁹ Tudo deste artigo, cf. *O Correio do Sul*, 05/10/1912, n.º 123, p. 2.

Como se vê, a cisão republicana está plenamente declarada e a guerra entre democráticos e evolucionistas aberta. Tal é lamentado *n'O Correio do Sul*, que também ataca o Partido Democrático por se ter apoderado da identidade do Partido Republicano Português, notando irónica, mas amargamente, que de acordo com os democráticos, «os outros não são portugueses nem são republicanos», pese embora o facto de que «há dois anos, eram esses outros que combatiam nas ruas (...) arriscando a liberdade e a vida»⁴⁴⁰. No mesmo exemplar do jornal, houve ainda espaço para um artigo de ataque ao facto dos democráticos andarem em grande actividade de “caça aos votos” em Almada, através de «Pedidos, ameaças, calúnias, (...) intrigas, invejas, ódios mesquinhos, insultos, cartas de empenho»⁴⁴¹.

A propósito da gradual implementação do aparelho evolucionista no terreno, na esteira do que atrás referimos, será de mencionar a notícia da constituição de uma comissão municipal e paroquial do Partido Evolucionista no Barreiro, notando-se que «num concelho cheio de autoritarismos afonsistas»⁴⁴² tal revela o esforço e dedicação da facção evolucionista, estando também em formação uma comissão paroquial no Lavradio⁴⁴³. Também em Sesimbra, está em vias de organização a estrutura local do Partido Evolucionista⁴⁴⁴ e, novamente a propósito do Barreiro, encontramos notícia segundo a qual, ali «engrossa dia a dia o Partido Evolucionista»⁴⁴⁵.

Ainda a uma distância considerável das eleições, encontramos novamente, nota crítica sobre a acção do Partido Democrático em nome da angariação de votos, em editorial da lavra de Ribeiro de Carvalho. Este aponta o dedo ao facto do Partido Democrático ter criticado António José de Almeida por o mesmo ter pugnado por uma “política de atracção” para a qual encontrara «fórmula exacta e justa – atracção com selecção», enquanto «o democratismo, transformado (...) em trapeiro, tudo recolhe, tudo afaga, tudo acarinha. O que quer – são votos». Põe então a lume a diferença:

⁴⁴⁰ Tudo, idem, p. 1.

⁴⁴¹ Idem, p. 2.

⁴⁴² O Correio do Sul, 27/10/1912, n.º 126, p. 2.

⁴⁴³ *Ibidem*. Tendo anteriormente sido noticiada a abertura de um centro evolucionista nesta vila, estranhámos o facto desta comissão surgir a posteriori.

⁴⁴⁴ O Correio do Sul, 03/11/1912, n.º 127, p. 3

⁴⁴⁵ O Correio do Sul, 10/11/1912, n.º 128, p. 2

«Compare-se esta atracção sem escrúpulos (...) com a política de atracção, cuidadosa, inteligente e honesta que o dr. António José de Almeida preconizou»⁴⁴⁶.

Ataques democráticos aos evolucionistas

No polo democrático do republicanismo, após a ascensão ao poder do novo ministério liderado por Afonso Costa, em 9 de Janeiro de 1913⁴⁴⁷, encontramos n’*O Domingo*, notícia segundo a qual «Os parlamentares evolucionistas comprometem-se já a fazer a mais forte oposição ao atual governo», comentando que tal é a constatação de que aqueles «não pensam em fazer progredir o país mas entravar-lhe a marcha»⁴⁴⁸. No mesmo exemplar deste jornal, encontra-se uma nota a propósito de artigo no *República*, que dava Aldeia Galega como evolucionista, mostrando-se *O Domingo* espantado e incrédulo com tal asserção uma vez que nenhum dos centros republicanos existentes na vila, alinha com o «chefe protector dos traidores à Pátria», e o centro democrático «todos os dias recebe adesões, contando (...) com os principais elementos da terra e apoiado (...) pelas classes produtoras de todo o concelho»⁴⁴⁹.

Ainda a propósito de “farpas” democráticas aos evolucionistas e a António José de Almeida, há que mencionar o comentário feito no *Semanário Republicano Radical* de Aldeia Galega a comunicado da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas em que esta se pronuncia sobre a apreciação muito negativa que lhe é feita no *República*, «excomungando-a», através do qual António José de Almeida como que renega o seu passado, pois louvara-a aquando da sua aparição merecendo-lhe a mesma agora duras críticas. Note-se que ao dar à estampa as palavras do folheto da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, *O Domingo* subscreve o seu conteúdo, atacando mais uma vez o

⁴⁴⁶ Tudo, em *O Correio do Sul*, 24/11/1912, n.º 130, p. 1.

⁴⁴⁷ Chamado pelo Presidente da República, Manuel de Arriaga, após Duarte Leite se ter demitido. Note-se que desde 28/07/1912 e até ao surgimento d’*O Espectro*, do qual houve apenas 3 números, publicados entre 01/09/1913 e 05/10/1913, *O Domingo* é a única fonte de imprensa local desta região afecta ao Partido Democrático.

⁴⁴⁸ Tudo, cf. *O Domingo*, 19/01/1913, n.º 602, p. 2.

⁴⁴⁹ Tudo, idem, pp. 2-3

líder evolucionista, assumindo «pena pelo homem que foi a consubstancia (...) da ideia libertadora, que nos trouxe a revolução»⁴⁵⁰.

A ideia de “pena” de António José de Almeida surge novamente a propósito de notícia da inauguração do centro evolucionista de Aldeia Galega, no qual o próprio marcará presença, relatando-se que os elementos evolucionistas o escoltarão armados, protegendo-o dos «arruaceiros democráticos». A noção de que a referida escolta será necessária, leva a que se escreva que, em eventos evolucionistas houve sempre tumultos, ao contrário de nos democráticos, reafirmando a referida ideia de “pena”: «Estejam sossegadinhos os (...) evolucionistas que o sr. António José de Almeida não nos inspira ódio, antes pelo contrário, dó, muito dó!»⁴⁵¹.

No mesmo número do jornal, acrescenta-se outro tópico, mas sempre sob a égide do conflito democráticos/evolucionistas, que refere terem sido anunciadas mais «vinte e tal» adesões ao Partido Evolucionista, sendo 17 de padres⁴⁵² – ora, esta constatação reforça a ideia de “talassismo” e proximidade (ou, pelo menos, excesso de tolerância) com o regime monárquico e a igreja católica de que o partido é suspeito.

Ainda a propósito da ida de António José de Almeida à inauguração do centro evolucionista de Aldeia Galega, atrás referido, consta d’*O Domingo* uma clara caracterização do grupo evolucionista da localidade – «um pequeno grupo de republicanos de mãos dadas com alguns monárquicos com pretensões a voltarem ao tempo (...) do “quero, posso e mando”» – sendo reforçada a ideia de desprezo e pena da personagem que outrora era ovacionada e apoteoticamente recebida na vila em questão, pois «O povo conservou-se indiferente. Quer à sua chegada, quer à sua partida, quer na tourada (...) não tem em Aldeia Galega inimigos rancorosos; tem, sim, quase todo o concelho (...) a sentir pena de não poder, como dantes ovacioná-lo com delírio, porque (...) não tomou a peito (...) os compromissos que nas palestras, nas conferências, nos comícios (...) tomou para com aqueles que o escutavam com grande fé e admiração».

⁴⁵⁰ *O Domingo*, 23/03/1913, n.º 611, p. 1., citando folheto publicado pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas intitulado *A vergonha de um passado*.

⁴⁵¹ Tudo sobre esta notícia, cf. *O Domingo*, 20/04/1913, n.º 615, p. 2

⁴⁵² Tudo, em *O Domingo*, 20/07/1913, n.º 628, p. 1.

O mesmo editorial termina com um indício que deixa não só explícita a desilusão e o ressentimento com aquela figura, mas ilustra bem a ligação entre o republicanismo e o mundo da tauromaquia, nomeadamente nesta região: «Nunca o sr. António José de Almeida veio a esta vila, que prejudicasse a concorrência de espectadores como aconteceu agora com a da Sociedade Filarmónica 1º de Dezembro⁴⁵³, antes pelo contrário (...). Ficou (...) sabendo que o povo não concorda com o evolucionismo e pode juntar, aos muitos que já tem na sua carteira de notas, mais o desastre acontecido em Aldeia Galega a 13 de Julho de 1913, o que representa (...) uma liquidação de contas em que (...) os credores (...) são os republicanos»⁴⁵⁴. Relacionável com este editorial, encontramos na mesma página deste periódico uma curta nota intitulada *Arruaceiros*, acusando os evolucionistas de o serem, embora estes acusem os democráticos do mesmo, concluindo que «Estão no seu papel. O chefe também hoje diz o contrário do que já disse»⁴⁵⁵, constando ainda um artigo apropriadamente intitulado *Confronto*, que versa justamente sobre o facto de em Aldeia Galega coexistir um centro republicano democrático e um centro republicano evolucionista, evidenciando-se a posição antagónica dos dois: o evolucionista é «a agremiação política desta vila mais bem instalada e (...) localizada», recente e maioritariamente composto por recém-convertidos ao republicanismo, enquanto que o centro democrático, apesar de modestamente instalado, é composto por «antigos republicanos que nunca viraram a cara nem a casaca», sendo reconhecido pelo Directório e vendo «dia a dia, sem esforço, crescer o número de sócios». O artigo termina com louvor à política de Afonso Costa, enquanto «os seus inimigos, pensam só em fazer política, não se furtando até a desacreditar o País, de parceria com batoteiros, reaccionários, conspiradores, etc.»⁴⁵⁶.

O mesmo jornal informa que «devem realizar-se, ainda no corrente ano de 1913, as eleições das corporações administrativas», seguindo-se no editorial onde tal é referido (assinado por Simplex) um argumentário reconduzível ao que vimos ter sido exposto por Ribeiro de Carvalho em 15 de Setembro de 1912 n' *O Correio do Sul* – frequentemente, as comissões administrativas postas à frente dos municípios não

⁴⁵³ Em cujo benefício era a referida tourada, conforme informação extraída de artigo que da mesma faz uma resenha, cf. *O Domingo*, 20/07/1913, n.º 628, p. 1.

⁴⁵⁴ Tudo cf. *ibidem*.

⁴⁵⁵ *Ibidem*.

⁴⁵⁶ Tudo a propósito deste artigo, *ibidem*.

conhecem as vontades e necessidades dos povos e muitas vezes a posição de chefia que assumem, não se deve a mérito próprio. A futura resolução desta situação, através de eleições camarárias, é apresentada como sendo devida ao governo de Afonso Costa, indicando-se a situação da administração de Aldeia Galega como um exemplo paradigmático de “desencontro” entre administradores e administrados – «O povo de Aldeia Galega não esqueça o exemplo (...) que lhe vem dando essa administração inepta que dirige o (...) município, e que apenas à força das circunstâncias deve o lugar»⁴⁵⁷.

Aquele mesmo título noticia o surgimento dos unionistas na cena política local, dedicando curtas notas ao mesmo. Numa delas, pode ler-se que «Procura-se montar a máquina unionista nesta vila e à frente desse trabalho encontra-se um animal vesgo, com formas humanas e fígados de tigre», ressaltando, que a célula local daquele partido terá «alguns elementos de valor», deixando o alerta de que permitir que o «partido nasça torto é não querer que a sua existência se prolongue por muito tempo»⁴⁵⁸. Noutro local deste número, o jornal noticia que está já implementada a comissão executiva do partido unionista em Aldeia Galega, aventando que, embora discorde dos partidos conservadores, será positivo «que se extremem os campos da política local» lutando cada grupo por «melhoramentos para este concelho que, contribuindo para a implantação da República, não menos contribui hoje para a sua consolidação»⁴⁵⁹. E, relacionando o novo actor na política local com o costumado combate aos evolucionistas, veja-se uma nota onde se lê que «o partido evolucionista local começa a ver-se (...) impotente para fazer valer a sua vontade ante as urnas», tendo um seu dirigente admitido que julga «impossível ganhar a eleição de deputados». Perante tal, *O Domingo* acrescenta que então «a eleição camarária será um verdadeiro fiasco» pois «nem homens terá para compor a lista»⁴⁶⁰ uma vez que muita da sua base terá desertado para o lado unionista.

A propósito de futuras eleições, note-se a promessa de António José de Almeida, noticiada no *Correio do Seixal* (que tinha o subtítulo de *jornal evolucionista*, recorde-se) e transcrita e comentada pel’*O Domingo*, segundo a qual aquele tribuno assumiu em

⁴⁵⁷ *O Domingo*, 10/08/1913, n.º 631. p. 1.

⁴⁵⁸ A propósito desta notícia, *Idem*, p. 2.

⁴⁵⁹ Tudo, *Ibidem*.

⁴⁶⁰ Tudo nesta nota, *ibidem*.

Aldeia Galega, o «compromisso de honra» de dar aos analfabetos o direito de voto quando chegasse ao governo. Tal foi, claro, alvo de comentário jocoso, pois nenhum crédito merecerá a «palavra honrada do dr. António José de Almeida»⁴⁶¹. Este assunto, relaciona-se com o que ficou dito sobre o facto de o sufrágio universal constar de todos os programas republicanos, sendo uma das promessas incumpridas que marcaram a desilusão sentida, por muitos sectores, com a República. Como já tivemos oportunidade de referir, este tópico revelou-se muito importante no âmbito dos escrutínios que se adivinhavam – as eleições suplementares de deputados, em 16 de Novembro de 1913; as eleições para as câmaras municipais e juntas gerais de distrito, em 30 de Novembro de 1913; e as eleições paroquiais, em 14 de Dezembro de 1913.

Nesta fase começa a fazer-se sentir a proximidade daqueles actos eleitorais. A confirmá-lo está o artigo de fundo de Eurico de Campos, no qual critica acerrimamente a escolha do candidato evolucionista ao círculo eleitoral n.º 38 – Alfredo Pimenta –⁴⁶² por oposição ao louvor que encontramos (em editorial intitulado *Eleições Suplementares*) aos nomes escolhidos como concorrentes democráticos ao mesmo círculo eleitoral, que, note-se, foram apresentados, não como meros candidatos, mas dando-se a sua eleição como um dado adquirido, escrevendo-se que «devem ser eleitos deputados nas próximas eleições os srs. dr. João Tudela (...) e Correia de Melo»⁴⁶³. Contudo, estes foram afinal dados como inelegíveis passados cerca de 2 meses⁴⁶⁴.

Será ainda de notar editorial assinado no mesmo *O Domingo* por Ernesto do Carmo, dedicado a António José de Almeida, de quem o autor faz o elogio enaltecendo o papel que aquele desempenhou na implantação da República, avançando, no entanto, que «A sua triste odisseia impressiona, chega mesmo a fazer dó, quando se põe em confronto com o seu brilhante passado de lutador»⁴⁶⁵. É igualmente feita a apreciação de um comício eleitoral evolucionista no qual «As palavras tresloucadas daqueles homens, especialmente do seu chefe (...) foram como que o desafio à revolta» pois deixaram exposta uma frente de oposição ao governo, que integra monárquicos. O

⁴⁶¹ Tudo a este propósito, *Ibidem*.

⁴⁶² *O Domingo*, 17/08/1913, n.º 632, p. 1.

⁴⁶³ *O Domingo*, 24/08/1913, n.º 633, p. 1.

⁴⁶⁴ *O Domingo*, 26/10/1913, n.º 642, p. 1.

⁴⁶⁵ *O Domingo*, 12/10/1913, n.º 640, p. 1.

autor (Simplex) questiona «Que dedicação e respeito pode merecer ao povo republicano (...) um chefe que não tem dúvida em confessar (...) que *se (...) fosse necessário para salvar a sua Pátria não hostilizaria uma monarquia nesta terra, antes a abandonava e caminharia por esse mundo fora qual descrente entristecido*»⁴⁶⁶. Os evolucionistas são igualmente acusados de proceder de acordo com «métodos jesuíticos» que são a «inveja, hipocrisia, calúnia e adulação», recorrendo àqueles meios na campanha eleitoral, para atacar os democráticos, facto a que «o país saberá dar a consideração (...) que ela merece»⁴⁶⁷.

Entretanto, os novos candidatos democráticos a deputados pelo círculo 38 são indicados como sendo Luiz Derouet e Aníbal de Azevedo, sendo ao primeiro dedicado editorial laudatório que termina com um entusiástico «À urna (...) por Luiz Derouet!»⁴⁶⁸. Anuncia-se sessão de propaganda em Aldeia Galega com o apelo a que «o povo deste concelho, sempre tão extraordinário republicano, não deve deixar de acompanhar (...) o único partido que se bateu pela República e que derrubou a monarquia», votando nos «verdadeiros representantes do povo»⁴⁶⁹, constando alerta contra «habilidades e manigâncias eleiçoeiras»⁴⁷⁰ evolucionistas, como as praticadas no tempo da monarquia.

Na véspera das eleições para deputados, consta da primeira página d'*O Domingo* um elucidativo apelo ao voto⁴⁷¹ e curtas notas que alertam para a falsidade de notícias e rumores sobre o Partido Democrático⁴⁷², nomeadamente, a que encontramos no *Evolução*, dando conta de divergências no seu seio⁴⁷³. Ainda n'*O Domingo* é também relatada a apoteótica recepção aos candidatos democráticos por este círculo, bem como a sessão de propaganda de que os mesmos foram protagonistas, aquando da sua apresentação no Centro Republicano Democrático de Aldeia Galega, cujo salão esgotaram⁴⁷⁴.

⁴⁶⁶ Idem, pp. 1-2. Cremos estar perante a citação das palavras proferidas no referido comício, na medida em que tal é escrito a itálico no texto que transcrevemos.

⁴⁶⁷ *O Domingo*, 19/10/1913, n.º 641, p. 1.

⁴⁶⁸ *O Domingo*, 09/11/1913, n.º 644, p. 1.

⁴⁶⁹ Tudo neste artigo, idem, p. 2.

⁴⁷⁰ *Ibidem*.

⁴⁷¹ *O Domingo*, 15/11/1913, n.º 645, p. 1.

⁴⁷² *Ibidem*.

⁴⁷³ *Evolução*, 09/11/1913, n.º 1, p. 1

⁴⁷⁴ *O Domingo*, 15/11/1913, n.º 645, p. 2.

Já depois do escrutínio, na primeira página d'*O Domingo* consta editorial firmado por Simplex, congratulando-se com os resultados do «velho e glorioso Partido Republicano Português», pela eleição de «quarenta e três deputados (...) das quarenta e sete vagas que existiam», o que demonstra que «o país inteiro (...) está, não com os partidários do sr. António José de Almeida ou Brito Camacho mas com o único partido que tem a sua existência (...) justificada dentro da República», evidenciando-se que para «garantia da República e progresso da Nação, era necessário que continuasse no governo o gabinete Afonso Costa»⁴⁷⁵.

No mesmo exemplar daquele jornal cabe ainda artigo que declara e caracteriza explicitamente as partes em confronto na *Luta Eleitoral* (sendo mesmo este o seu título) relativa às próximas eleições que se avizinham – «Vai (...) ferir-se uma luta em que são combatentes, de um lado o Partido Republicano Português, do outro (...) os partidos almeidista e camachista de mãos dadas com monárquicos e reaccionários»⁴⁷⁶. Aí é divulgada a lista de nomes apresentados pelo Partido Democrático à eleição da câmara municipal e da junta geral do distrito⁴⁷⁷, a qual é publicada igualmente no exemplar deste periódico saído na véspera das eleições, com honras de primeira página, onde têm também lugar algumas linhas de apelo ao voto e enaltecimento do PRP e da lista democrática, pois «Com gente assim a administrar-nos jamais a reacção nos incomodará e as questões públicas serão todas resolvidas (...) com aquele amor que as mães sabem dedicar aos seus filhos (...). E a República é filha de todos nós»⁴⁷⁸.

Já após as eleições concelhias, há que mencionar a primeira página d'*O Domingo*, que apresenta um título celebratório da «Retumbante Vitória!!!»⁴⁷⁹ democrática. Segundo Simplex, o resultado das mesmas veio claramente mostrar que o país apoia e tem confiança no governo de Afonso Costa, anunciando-se, como celebração por aqueles resultados, festa no centro democrático de Aldeia Galega⁴⁸⁰.

Finalmente, há mais um acto eleitoral que referiremos e que serve de pretexto a novos ataques dos democráticos aos evolucionistas, através do jornal a que temos

⁴⁷⁵ Tudo sobre este editorial, cf. *O Domingo*, 23/11/1913, n.º 646, p. 1.

⁴⁷⁶ Idem, p. 1.

⁴⁷⁷ Tudo, *Ibidem*.

⁴⁷⁸ *O Domingo*, 29/11/1913, n.º 647, p. 1.

⁴⁷⁹ *O Domingo*, 07/12/1913, n.º 648, p. 1.

⁴⁸⁰ Idem, p. 3.

recorrido (recorde-se, o único órgão democrático em circulação nesta região nesta altura). Em 14 de Dezembro de 1913, houve ainda lugar às eleições para as juntas de paróquia, na véspera das quais, da primeira página d'*O Domingo*, consta, pela pena do já citado Simplex, mais um editorial engrandecedor do Partido Democrático e da obra afonsista, não deixando o autor de referir que o mesmo é combatido pela oposição «à mistura com restos monarquistas»⁴⁸¹. Já no rescaldo das eleições para as Juntas de Paróquia, lê-se, como parte do texto de primeira página do mesmo periódico, em letras garrafais a proclamação «Mais uma vez (...) este belo povo mostrou que ama profundamente a República, que se sente satisfeito com a obra do actual Governo»⁴⁸².

Oposição evolucionista ao poder democrático

Considerando que anteriormente acompanhámos a imprensa democrática local, publicada desde o início de 1913 (momento de ascensão de Afonso Costa e do seu Ministério ao poder) até à realização dos actos eleitorais de Novembro de 1913, faremos agora o mesmo acompanhamento, com base, na imprensa local afecta ao Partido Evolucionista, considerando as fontes de imprensa local evolucionista de que dispomos: *O Correio do Sul* (órgão evolucionista desde 11 de Agosto de 1912 até ao seu termino em 31 de Agosto de 1913); o *Correio do Seixal* (embora “réplica” d'*O Correio do Sul*, como já dissemos, e que durou aproximadamente apenas 5 meses); o *Ecos do Barreiro* (que teve uma duração efémera de apenas 8 números); e o jornal *Evolução*, do qual, tivemos apenas acesso a dois números, de entre os publicados durante o nosso arco cronológico⁴⁸³.

Havíamos já acompanhado as manifestações de simpatia “almeidista” d'*O Correio do Sul* ainda em 1912. Contudo, logo no primeiro número de 1913 deste periódico, não podemos deixar de notar a tentativa de engrandecimento do Partido Evolucionista a nível local, anunciando-se para breve a instalação de centro

⁴⁸¹ *O Domingo*, 13/12/1913, n.º 649, p. 1.

⁴⁸² *O Domingo*, 21/12/1913, n.º 650, p. 1.

⁴⁸³ De acordo com a base de dados da Biblioteca Nacional de Portugal, esta publicação teve início em 09/11/1913, sendo o seu último número datado de 30/11/1919. Porém, infelizmente, apenas tivemos acesso a dois dos números de 1913 deste periódico – o n.º 1, de 09/11/1913 e o n.º 7, de 21/12/1913.

evolucionista no Barreiro com o fito de «se congregarem todos os elementos partidários do concelho e conseguir-se com mais efeito a propaganda tão necessária»⁴⁸⁴.

Com o gabinete afonsista já em funções, deparamo-nos com um primeiro exemplo de comentário belicoso à política democrática, pois Ribeiro de Carvalho, relatando discurso de António José de Almeida, no qual este abordou a questão da necessidade de revisão da Lei de Separação, diz que a mesma «não pertence nem ao sr. Afonso Costa nem ao Partido Democrático» mas «ao antigo Partido Republicano Português, (...) dissolvido, embora uma qualquer falange (...) por aí ande a usurpar esse título glorioso»⁴⁸⁵. É ainda de realçar nota na qual é apontado o dedo a Afonso Costa por ter recorrido a antigos monárquicos para formar o seu gabinete, quando anteriormente proclamava que «só os republicanos históricos podiam e deviam governar»⁴⁸⁶.

Ainda neste número, encontramos um relato extremamente interessante para o conflito que aqui abordamos, sobre acontecimentos em Sesimbra⁴⁸⁷, que descreve as perseguições de que têm sido vítimas vários indivíduos às mãos das autoridades administrativas democráticas, «coligadas com os reacionários», dando conta, nomeadamente, das perseguições de que é vítima Pompílio Ribeiro, correspondente do *República* naquela localidade e velho republicano, que é acossado pelos ex-monárquicos que integram o Partido Democrático local. A notícia termina com um elucidativo «Não podemos deixar passar em claro o (...) procedimento dos democráticos (...) em Sesimbra»⁴⁸⁸.

⁴⁸⁴ *O Correio do Sul*, 05/01/1913, n.º 135, p. 1.

⁴⁸⁵ Tudo a este propósito, cf. *O Correio do Sul*, 19/01/1913, n.º 136, p. 1.

⁴⁸⁶ *Ibidem*.

⁴⁸⁷ De forma a enquadrar as notícias sobre esta vila, há que referir a especificidade deste concelho, desde logo pela grande promiscuidade entre republicanos e socialistas, nomeadamente desde a criação do centro republicano local em 1908, que alinhará com o partido evolucionista, se bem que fortemente influenciado pelos ideais socialistas. Em Sesimbra, segundo ALDEIA, José Augusto, “Socialismo e Republicanismo em Sesimbra (1896-1914)” in *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011, pp. 87-99, os antigos progressistas integraram o Partido Unionista e os regeneradores e a maioria dos proprietários das armações de pesca, o Partido Democrático. Na sequência da violência e tensão entre as forças evolucionistas e democráticas que afectou a vila, o governo de Afonso Cota demitiu a vereação evolucionista, colocando no seu lugar, uma afecta ao Partido Democrático, liderada por um ex-vereador regenerador (que era à data presidente do Centro Democrático da vila). A lei eleitoral de 1913, determinou a queda dos evolucionistas de Sesimbra, uma vez que grande parte da sua base de apoio era constituída por uma massa iletrada.

⁴⁸⁸ Tudo sobre estes acontecimentos, cf. *O Correio do Sul*, 19/01/1913, n.º 136, p. 2.

Na mesma linha de atenção às “realidades evolucionistas” a nível local e engrandecimento do partido, pela sua implantação e abrangência territorial, o jornal realça, até ao seu término, várias *locais*. Dá nota, por exemplo, da formação do *Centro Republicano Evolucionista 31 de Janeiro*, em Aldeia Galega, «colectividade sempre disposta a ajudar todos os trabalhadores rurais e marítimos»⁴⁸⁹; sublinha que o Partido Evolucionista está a viver uma fase de grande pujança no Seixal, enquanto o «democratismo se vai esfacelando»⁴⁹⁰; no que diz respeito ao Barreiro, encontramos, num só número do mesmo jornal, o que podemos considerar dois ataques evolucionistas ao Partido Democrático, a propósito de duas questões distintas – o facto dos democráticos terem «na mão a guilhotina do poder» ter intensificado as perseguições e «desafrontas»⁴⁹¹ naquela vila e o facto de lá ter passado a haver dois centros democráticos, o que revela cisões naquele grupo⁴⁹². Estas verificam-se também em Almada⁴⁹³, reproduzindo-se «noutras terras do país»⁴⁹⁴, inclusive no Seixal⁴⁹⁵.

N’*O Correio do Sul*, encontramos referência a uma adjectivação pejorativa que vimos ser recorrentemente feita pelos democráticos aos evolucionistas e vice-versa. É relatado que «no Porto foi apupado e agredido o dr. António José de Almeida. Em Beja foi insultado o dr. Brito Camacho»⁴⁹⁶, acusando-se por isso os democráticos de terem «a arruaça» como meio de luta política. A este propósito (e como mais um exemplo da “boa conduta” evolucionista) relata-se o facto de António José de Almeida ter tido uma recepção apoteótica, ressaltando-se que houve apupos e insultos por parte de elementos ligados ao Partido Democrático (que foram corridos «pelo grande remédio, que para certos atrevimentos, é o marmeleiro»⁴⁹⁷) enquanto que as manifestações de apreço a Afonso Costa nunca são destabilizadas por elementos evolucionistas⁴⁹⁸.

Retomando uma análise micro, incidindo sobre localidades específicas no âmbito da região estudada, vemos como os assuntos com elas relacionados são utilizados como

⁴⁸⁹ *O Correio do Sul*, 16/03/1913, n.º 138, p. 1.

⁴⁹⁰ *Idem*, p. 3

⁴⁹¹ *Ibidem*.

⁴⁹² *Ibidem*.

⁴⁹³ *O Correio do Sul*, 30/03/1913, n.º 140, p. 2

⁴⁹⁴ *O Correio do Sul*, 13/04/1913, n.º 142, p. 2.

⁴⁹⁵ *O Correio do Sul*, 27/04/1913, n.º 144, p. 1.

⁴⁹⁶ *O Correio do Sul*, 06/04/1913, n.º 141, p. 1.

⁴⁹⁷ *Ibidem*.

⁴⁹⁸ *Ibidem*.

“arma de arremesso” contra o governo democrático. *O Correio do Sul* vem lembrar⁴⁹⁹ que as escolas em Arrentela e Paio Pires ainda não foram instaladas, conforme havia sido prometido, tendo o processo atinente à referida instalação já sido organizado com o anterior governo, quando a administração municipal estava sob a égide de indivíduos que estão agora ligados ao Partido Evolucionista. Porém, «desfeito na imensidade do espaço o fumo dos foguetes, extinto o som do estrealhar das bombas» após a subida de Afonso Costa ao poder, o processo ficou estagnado, deixando o autor desta notícia (Eduardo de Figueiredo) uma dúvida insidiosa a pairar sobre a razão de ser da situação – «Porque não resolve o sr. ministro do Interior em favor da câmara do Seixal (...)? Nós bem sabemos o porquê»⁵⁰⁰.

Entretanto, é anunciado que haverá em Évora um congresso sindicalista e, simultaneamente, um do Partido Democrático, em Aveiro. Ribeiro de Carvalho comenta o «abismo» que está aberto «entre o proletariado e a República», repudiando a forma de agir do governo para com o operariado – assim, o de Aveiro simbolizou «as armas com que o governo conta para a sua obra de predomínio e de violência» e o de Évora «o chamamento às armas» com o fim de «resistir à violência e ao despotismo». Numa nota de desilusão, conclui que «Se a República se proclamou para isto apenas, mal empregado o tempo que gastámos a lutar, a sofrer, a trabalhar por ela...»⁵⁰¹.

Ainda a propósito de congressos, é de mencionar o do próprio Partido Evolucionista, que é anunciado como tendo grande importância e que seria imponente pois o partido é «a única esperança da Pátria e da República»⁵⁰², tendo sido, após a sua realização, retratado como «a mais importante manifestação política dos últimos anos»⁵⁰³.

Relacionado com a temática do sufrágio universal, e tendo a sua não-consagração contribuído indubitavelmente para a desilusão com a República, há que fazer apelo a quanto encontramos n’*O Correio do Sul* sobre os trabalhos de reforma da Lei Eleitoral, a propósito da qual, os «partidários do falido governo (...) esfarrapam (...)

⁴⁹⁹ Em coluna intitulada *Correio do Seixal* – corroborando quanto dissemos sobre as notícias desse órgão serem reproduzidas nos números das datas correspondentes d’*O Correio do Sul*.

⁵⁰⁰ Tudo a propósito desta notícia, *O Correio do Sul*, 13/04/1913, n.º 142, p. 2

⁵⁰¹ Tudo quanto a este texto de Ribeiro de Carvalho, cf. *O Correio do Sul*, 13/04/1913, n.º 142, p. 1

⁵⁰² *O Correio do Sul*, 18/05/1913, n.º 147, p. 1.

⁵⁰³ *O Correio do Sul*, 17/08/1913, n.º 160, p. 1.

o programa do velho e extinto Partido Republicano (...) que preconizava o voto de todo o cidadão português»⁵⁰⁴. A anulação do voto dos analfabetos é objecto do desabafo de que para haver «bom senso, honestidade, honradez e independência»⁵⁰⁵ não é necessário ser-se letrado. Esta ideia é sublinhada no *Ecos do Barreiro*, em que editorial assinado por António Maria de Oliveira diz que «O partido democrático armando-se (...) em detentor dos sagrados princípios do (...) *querido programa de 91*» irá deixar cair o que era incontestavelmente «cavalo de batalha na propaganda republicana», contestando o argumento de que os caciques manipulariam os analfabetos para estes votarem em listas monárquicas com um argumentário bem representativo do tom conflitual de que falamos – «como se os caciques monárquicos não fossem hoje democráticos»⁵⁰⁶.

Ainda neste tom, mas estabelecendo uma ponte entre a desilusão com a República e o conflito existente entre as duas facções que temos vindo a abordar, veja-se editorial assinado por Ribeiro de Carvalho, onde repete a ideia de que «Foram calcadas todas as afirmações do velho partido republicano, no seu programa de 1891», terminando com a nota de desilusão e revolta de que «o que para aí estamos vendo não é república, não é democracia, não é liberdade. É apenas despotismo»⁵⁰⁷, apelidando-se a nova lei eleitoral de «ignóbil porcaria, correcta e aumentada»⁵⁰⁸. A este propósito recorde-se quanto mencionámos sobre o compromisso assumido por António José de Almeida, então comentado n’*O Domingo*, vendo-se agora a perspectiva evolucionista sobre aquele, registando-se nas páginas d’*O Correio do Sul* a promessa do Partido Evolucionista, uma vez no poder, «remodelar a lei eleitoral, dando aos analfabetos o direito de voto»⁵⁰⁹.

Ligado ao tema do “direito de voto”, não deixou de nos chamar a atenção o que encontrámos em tom de apelo ao mesmo e de crítica à atitude de “caça” àquele por parte dos democráticos. Note-se chamada n’*O Correio do Sul*, em tom pedagógico, quanto aos procedimentos para o recenseamento eleitoral, não deixando de criticar o

⁵⁰⁴ Tudo, cf. *O Correio do Sul*, 08/06/1913, n.º 150, p. 1.

⁵⁰⁵ *O Correio do Sul*, 22/06/1913, n.º 152, p. 1.

⁵⁰⁶ Tudo sobre este editorial de António Maria de Oliveira, cf. *Ecos do Barreiro*, 19/10/1913, n.º 7, p. 1

⁵⁰⁷ Tudo deste editorial de Ribeiro de Carvalho, cf. *O Correio do Sul*, 29/06/1913, n.º 153, p. 1.

⁵⁰⁸ *O Correio do Sul*, 13/07/1913, n.º 155, p. 1

⁵⁰⁹ *O Correio do Sul*, 03/08/1913, n.º 158, p. 1.

curtíssimo espaço de tempo para o realizar, dizendo, a propósito, que «em tudo se manifesta a rábula afonsista», pois, «quanto menor for o número de eleitores, melhor para a fraqueza eleitoral democrática». O artigo faz um veemente apelo ao voto, pois «é preciso esmagar na urna a bazófia dos democráticos, que se julgam donos e senhores disto tudo»⁵¹⁰, acrescentando, que estes criticavam tanto a política de atracção e se mostravam tão intolerantes com os “adesivos”, mas hoje, «em tendo votos, toda a gente é assediada», acrescentando-se ironicamente, «ainda bem que os adesivos já são bons e a política de atracção ainda é melhor»⁵¹¹.

Com a aproximação da data das eleições, lemos na primeira página do *Evolução*, de Aldeia Galega, um explícito apelo ao voto nos candidatos evolucionistas às eleições para deputados no dia 16 de Novembro de 1913 – Alfredo Pimenta e Jaime Teixeira⁵¹². O mesmo apelo repete-se num outro artigo, nesta mesma página, assinado por ARC⁵¹³, que dá à pena também um texto intitulado *Indiferentismo*, no qual verbera a abstenção, pois «para breve está (...) o dia em que tendes o dever de escolher os vossos representantes para que também tenhais (...) direito de pedir-lhes contas»⁵¹⁴.

Relacionado com o acto eleitoral, encontramos, no *Evolução*, um *Alerta!!!* (é assim que esta nota se intitula) que não deixamos de ter como indiciador do ambiente eleitoral que se vivia, pois nele se chama a atenção para disposições do Código Eleitoral que penalizam certos métodos de angariação de votos, exclusão de eleitores ou interferência com a liberdade de voto destes⁵¹⁵. Na mesma página deste periódico, denuncia-se, que os eleitores de Sarilhos Grandes se verão, na prática, impedidos de votar por terem de o fazer em Canha, que fica distante, não havendo para lá «caminho directo e transitável, a não ser por meios dispendiosos e demorados»⁵¹⁶.

O *boato* constante d’O *Correio do Sul*, segundo o qual o Centro Escolar Republicano “Capitão Leitão” vai fechar portas, é digno de menção no nosso trabalho, por a data da sua fundação ter sido definidora do arco cronológico que enquadra a

⁵¹⁰ Tudo sobre este artigo, cf. *O Correio do Sul*, 20/07/1913, n.º 156, p. 1.

⁵¹¹ Sobre esta crítica, *O Correio do Sul*, 03/08/1913, n.º 158, p. 2.

⁵¹² *Evolução*, 09/11/1913, n.º 1, p. 1.

⁵¹³ *Ibidem*. Este autor seria António Rodrigues Calheiro, *director-proprietário* do jornal.

⁵¹⁴ *Idem*, p. 2.

⁵¹⁵ Tudo sobre esta nota, cf. *Evolução*, 09/11/1913, p. 2.

⁵¹⁶ *Ibidem*.

presente dissertação. O autor deste artigo lamenta uma eventual veracidade do referido boato, pois «O Centro Capitão Leitão foi o primeiro baluarte da República na vila de Almada», devendo-se a sua fundação a «republicanos entusiastas»⁵¹⁷. Esta nova não deixa de ser mais um pretexto de tensão entre as facções políticas.

Terminando esta resenha, não podemos deixar de mencionar o tom rancoroso ou mesmo ameaçador presente no editorial do último número d'*O Correio do Sul*, onde se lê que a Junta Central do Partido Evolucionista, declara que as ofensas sofridas pelos evolucionistas, às mãos dos democráticos serão reciprocadas quando o Partido Evolucionista chegar ao poder, sendo «preciso responder a afrontas e a perseguições com algumas lições que sirvam de exemplo»⁵¹⁸.

Ser republicano apartidário

Numa perspectiva conciliadora (ou neutral) relativamente ao ambiente de tensão e conflito que deixámos exposto, encontramos os artigos constantes do *Povo de Aldegallega*, *semanário republicano independente e de propaganda mutualista*, publicado na vila que lhe dá nome, entre 17 de Novembro de 1912 e 18 de Maio de 1913, de que Manuel Paulino Gomes⁵¹⁹ era *director e editor*, e que começa por recordar que «de há tempos a esta parte (...) evolucionistas, democráticos e camachistas (...) vinham trabalhando para a regeneração da Pátria», o que «todos os republicanos sinceros aplaudiam», tendo-se então originado cisões na Câmara, pelo que apela à união entre as facções republicanas, pelo bem comum, pois «Brigando e insultando-se (...) é que nada se ganha e (...) a nação tudo perde»⁵²⁰.

Na mesma toada, encontramos no número de 29 de Dezembro de 1912 deste jornal, editorial do mesmo autor, elucidativamente intitulado *Política Independente*, no qual apela a que se seja «única e simplesmente (...) republicano» pois «os partidos têm sido de um grande mal para a República», apontando que «O evolucionista não vê com

⁵¹⁷ Tudo nesta nota, cf. *O Correio do Sul*, 22/06/1913, n.º 152, p. 2.

⁵¹⁸ *O Correio do Sul*, 31/08/1913, n.º 162, p. 1

⁵¹⁹ Que encontrámos previamente associado a *O Domingo*, onde foi autor dos textos aí insertos que consideramos mais moderados e, inclusivamente, adjectivámos de “conciliadores”.

⁵²⁰ Tudo sobre este artigo de Paulino Gomes, cf. *O Povo de Aldegallega*, 15/12/1912, n.º 5, p. 1. Artigo cuja leitura retrata a situação política vivida à data em Portugal e a cisão que se deu na Câmara, que conduziu à criação do Grupo Republicano Parlamentar Democrático.

bons olhos o democrático; o democrático a mesma coisa», defendendo a independência de consciência, por forma a «apoiar todos os que procederem bem e censurando os que mal agirem», até porque «todos os grupos políticos têm por dirigentes bons e velhos republicanos»⁵²¹, a quem a República muito deve e pela qual fizeram grandes sacrifícios.

Ainda a propósito de periódicos que não se assumiram nem evolucionistas nem democráticos, mantendo-se neutros na contenda entre aqueles partidos, não deixaremos de mencionar também *O Vintem Infantil* e *A Luz*. Quanto ao *O Vintem Infantil*, este assumia-se como *órgão defensor das árvores, dos animais e das crianças*, tendo proclamado logo no seu primeiro número que «nada nos move que não seja (...) contribuir para a educação das crianças»⁵²². Esta atitude é reforçada num curto *eco* que relata ter sido enviado ao jornal um «belo artigo político» tendo o mesmo optado por não o publicar para «manter a linha de conduta traçada desde o princípio»⁵²³. No que respeita ao jornal *A Luz*, publicado no Barreiro, e do qual só tivemos acesso a um número, há que referir que o mesmo se assumia como *Semanário independente defensor da verdade, justiça e razão*. No entanto, segundo comentário no órgão evolucionista seu conterrâneo, *Ecos do Barreiro*, aquele título «vai deixar de ser o órgão da Verdade, da Razão e da Justiça para representar os princípios republicanos portugueses»⁵²⁴, pretendendo-se assim insinuar que a sua independência ficará prejudicada, passando a alinhar com o Partido Democrático.

Em suma, do que deixámos exposto neste capítulo, dir-se-á que uma das ideias principais a reter da “questão política” se prende com as diferentes atitudes com que a revolução de 5 de Outubro foi encarada e a posterior desilusão com o governo e com as autoridades. Se para determinados grupos não houve sequer desilusão pois não chegou a haver ilusão⁵²⁵, para a grande parte do povo é compreensível a sua decepção perante as atitudes de um governo, personificado por figuras ao lado de quem havia lutado pelo derrube da monarquia e de quem havia bebido promessas, num discurso altamente galvanizador que o levou a crer que «no dia seguinte a ser implantada a República teriam

⁵²¹ Tudo sobre este editorial, cf. *O Povo de Aldegallega*, 29/12/1912, p. 1.

⁵²² *Vintem Infantil*, 01/08/1913, n.º 1, p. 1.

⁵²³ Tudo sobre este *eco*, cf. *O Vintem Infantil*, 01/04/13, n.º 2, p. 1.

⁵²⁴ *Ecos do Barreiro*, 21/09/1913, n.º 6, p. 2.

⁵²⁵ É o que se depreende, nomeadamente, dos textos de Salvador Mascarenhas expostos supra, mas também, por exemplo, da ideia constante em FREIRE, op. cit., p. 417.

o pão mais barato, o bacalhau de graça e a carne ainda lhe dariam dinheiro por cima para a comerem». De facto, «nestas doces esperanças se foram fazendo republicanos a esmo. Veio o 5 de outubro e depois dessa data já lá vão 15 meses e no fim de contas estamos cada vez piores. O pão, o bacalhau, a carne, etc., etc., estão cada vez mais caros»⁵²⁶.

A desilusão da classe trabalhadora é sintetizada de forma muito simples por Azorrague em coluna intitulada *Vida operária*, na qual afirma que «a mudança não foi de regime mas de homens»⁵²⁷, até porque a noção de que o caciquismo monárquico havia sido substituído pelo caciquismo republicano era prevalente, e os próprios republicanos vocalizavam o seu desapontamento.

Atendendo ao que se disse sobre a desilusão com as condições materiais do povo, temos que este tema é perfeitamente relacionável com a “questão social” e o que sobre a mesma expusemos, onde, aliás, a temática da desilusão foi afluída, nomeadamente, a propósito do “decreto-burla” e dos movimentos grevistas. Vemos aqui um exemplo máximo da interpenetração e do aspecto multifacetado dos assuntos abordados no âmbito de cada uma das “questões”.

Tudo quanto fica dito, se interliga com o tema do reconhecimento internacional, revelando-se a importância deste no âmbito da questão política, pois a desilusão do povo derivou, não só, da não-melhoria das suas condições materiais de vida, mas também, em larga medida, das repressões, autoritarismos e violências exercidas pelas novas autoridades, num esforço de exibição de um “pulso firme”, com vista ao referido reconhecimento do regime pelas potências estrangeiras⁵²⁸. Para isso era fundamental transmitir uma imagem de estabilidade e paz internas e de um regime consolidado. Esta ideia é explícita em artigo n’*O Correio do Sul*, intitulado *Moderação!*, que refere ser necessária «paz e muita ordem (...) para demonstrar (...) ao estrangeiro que nos olha

⁵²⁶ Tudo sobre este assunto, cf. *O Correio do Sul*, 14/01/1912, n.º 89, p. 1. Ficando a ideia perfeitamente exposta no título de um dos pontos do capítulo chamado *A questão social: à espera da “Nova Aurora”*, autorado por Maria Alice Samara na já referenciada *História da Primeira República Portuguesa*, que se intitula justamente *Grandes esperanças: a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910*.

⁵²⁷ *O Correio do Sul*, 31/03/1912, n.º 98, p. 2.

⁵²⁸ Não esquecendo, que, para mais, estávamos perante uma Europa quase exclusivamente realista.

atentamente, que a República estava no coração de todos nós»⁵²⁹. A repressão que originou a desilusão foi finalisticamente orientada e «a desafeição das classes trabalhadoras face à República – que lhe tinha dado tantas esperanças – veio breve e terá sido definitiva»⁵³⁰.

Uma peça fundamental para o sentimento de desilusão a que temos feito referência prende-se com o tema do sufrágio universal e com o facto do mesmo não ter sido consagrado, ao contrário do prometido nos programas republicanos, sendo tal alegada “traição” justificada com a falta de educação e instrução (e por conseguinte, de emancipação) dos «analfabetos e (...) mulheres (que tinham uma taxa de analfabetismo maior do que os homens)»⁵³¹, sendo o tema abundantemente utilizado como “arma de arremesso” no conflito entre democráticos e evolucionistas, visto neste capítulo.

O sentir republicano destas latitudes, perpassa nos resultados eleitorais da região, designadamente os referentes às eleições havidas antes da implantação da República. Como atrás vimos, os resultados em Aldeia Galega foram claramente favoráveis aos republicanos nas eleições para a Câmara dos Deputados de 5 de Abril de 1908, e foram reforçados nas municipais de 1 de Novembro de 1908, elegendo-se uma vereação republicana também na Moita e em Alcochete. Com 3 vereações republicanas, a região assumia marcadamente aquela tendência, num país ainda monárquico⁵³². Tal sentir foi reforçado, como vimos, pelo resultado das eleições para a Câmara dos Deputados de 28 de Agosto de 1910, que vieram confirmar a tendência ascendente do republicanismo no país e, nomeadamente, no território aqui em questão⁵³³. São interessantes as conclusões que encontramos nos periódicos, quer de Almada, quer de Aldeia Galega, que corroboram o que sabemos ser a disparidade de implantação

⁵²⁹ *O Correio do Sul*, 27/11/1910, n.º 46, p. 1. Note-se, a este propósito, a perspectiva estrangeira – neste caso, inglesa – sobre o ambiente político-social à época vivido em Portugal, nas passagens transcritas de obra de Joyce Baylis (como já referido, filha de Harold Bucknall, um dos principais industriais corticeiros, presente, nomeadamente, em Almada) em ALARCÃO, op. cit., p. 187. Este testemunho remete-nos para a importância de não antagonizar ou afrontar os interesses económicos da “velha aliança” no país. Outras reflexões sobre a necessidade de manter a paz social interna em nome da consolidação do regime, a propósito de factos relacionados com a indústria corticeira inglesa em Aldeia Galega, constam também de BALDRICO, pp. 59-60.

⁵³⁰ FREIRE, op. cit., p. 425

⁵³¹ CATROGA, op. cit., p. 156.

⁵³² Um país onde havia, recorde-se, 12 câmaras republicanas, sendo que 25% delas se situavam na margem Sul do estuário do Tejo.

⁵³³ Vide a referência aos «concelhos próximos da capital» n’*O Correio do Sul*, 04/09/1910, n.º 35, p. 1.

territorial do republicanismo, em correlação com o carácter mais ou menos urbano do território em causa.

Terminadas as linhas dedicadas à “questão política”, cumpre-nos notar que, em muitos aspectos, não encontramos quanto a esta “questão”, especificidades de relevo no que respeita ao “republicanismo da Margem Sul”. A imprensa aqui publicada, no período por nós estudado, é marcadamente partidarizada, e como pudemos constatar da leitura dos jornais referenciados neste trabalho, tal era também a realidade a nível nacional – a imprensa desta região acompanhava o que sabemos ser a realidade do país, sendo determinados periódicos afectos a diferentes partidos.

Conclusão

Concluindo este ensaio, cumpre-nos sublinhar que o mesmo versa sobre uma região específica e microcosmos no seio da mesma – assumindo assim uma clara vertente local – sem esquecer o contexto nacional em que o contexto local se insere.

Reafirmando este carácter, e atingidos os objectivos a que nos propusemos, cremos que esta investigação vem enriquecer a historiografia local e solidificar, valorizar e recuperar a memória relativa ao papel da região, num período riquíssimo da História de Portugal, pela multiplicidade de sensibilidades que no mesmo conviveram, nem sempre de forma pacífica, como se viu.

Se, finda que se mostra esta investigação, podemos achar exagerada a afirmação de que «a margem Sul do Tejo (...) tornava invencível o movimento»⁵³⁴ revolucionário republicano caso este falhasse em Lisboa, encontramos razão no também mencionado pensamento de Francisco Correia, segundo o qual o estudo da implantação da República estará incompleto sem uma investigação aos processos com ele relacionados na margem Sul do Tejo. Assim, este exercício evidencia, desde logo, o papel da história (local) como parte integral da História.

E, tendo recorrido à imprensa que nesta “banda” se publicou, pudemos confirmar todas as vantagens e riqueza das fontes de que nos socorremos. O recurso às mesmas permitiu que verdadeiramente “tomássemos o pulso” à vivência do republicanismo nas localidades da região estudada e às expressões do mesmo na imprensa consultada, cujo teor bem espelhava o dia-a-dia da sua população – desde as suas preocupações ou actividades mais ou menos mundanas até aos conflitos que se faziam sentir entre partidários de linhas políticas divergentes (e conflituantes).

No entanto, como julgamos que resulta claro da nossa exposição é, em larga medida, a realidade política nacional que enforma o quadro político local, estando tal na origem do teor dos editoriais, artigos e até dos curtos *ecos* que registamos nestas páginas, recuperando e valorizando a memória relativa a pessoas, colectividades e sítios,

⁵³⁴ SANTOS, op. cit. p. 117.

que tiveram, na época em questão, um papel importante nas comunidades sobre que nos debruçámos e cuja intervenção ficou patente nas páginas da imprensa estudada.

Falamos, não só, dos oradores nos eventos referidos ao longo do presente ensaio, mas também, obviamente, dos autores dos vários textos mencionados, sendo que o esforço que fizemos de integrar, o mais possível, excertos destes na nossa dissertação teve o objectivo de os perpetuar e dar a conhecer. O facto de abundantemente os reproduzirmos é, em si mesmo, uma forma de contrariar o esquecimento a que muitos dos seus autores estão votados.

Quanto a colectividades, não deixa o presente trabalho de ser um veículo de rememoração das muitas presentes na margem Sul do Tejo, pois eram, não só o palco frequente das sessões políticas que aí tinham lugar, mas desempenhavam também, como vimos, um papel social extremamente relevante. É natural que as mais recorrentemente mencionadas tenham sido os centros republicanos, mas, da leitura que fizemos dos periódicos publicados, fica bem presente a noção da rede de múltiplas colectividades e associações ali actuates, muitas das quais nem sequer mencionadas neste estudo, mas merecedoras, de eventual trabalho autónomo, dedicado à investigação do seu papel multifacetado na sociedade, a nível, por exemplo, pedagógico, recreativo ou laboral.

Analisadas as manifestações de anticlericalismo ou laicismo nesta região, somos levados a concluir que as mesmas não assumiram especial relevância ou características que as destaquem do panorama genérico nacional, no que ao tema diz respeito. Porém, sempre diremos que vimos ter havido aqui manifestações deste sentimento que mereceram referência na imprensa da época e enformaram as conclusões que tirámos. Destacamos, desde logo, o subtítulo d'*O Correio do Sul*, que, como vimos, se assumia como *defensor dos interesses de Almada* mas também como *folha anticlerical*; ou o facto de aqui se terem registado assaltos a igrejas e actos enquadráveis como manifestações iconoclastas, justificados pela imprensa desta zona como meros actos de vandalismo ou como reacções compreensíveis a alegadas conspirações reaccionárias ou clericais. O anticlericalismo desta região fica bem patente, não só nas inúmeras referências ou glorificação do instituto do registo civil e da implementação da Lei de Separação, mas também no teor dos artigos que versam sobre festividades locais e os comentários

relativos às mesmas, no que às suas tonalidades religiosas diz respeito. Sobre este assunto, também ficamos com a percepção de que a partir do momento em que se declara a guerra entre democráticos e evolucionistas, a imprensa afecta a estes últimos, na região aqui em causa, revela uma nítida reaproximação da Igreja ou, pelo menos, um aumento de tolerância para com esta.

O que ficou dito relativamente às colectividades mencionadas neste trabalho e à densa rede das mesmas na geografia em causa, interliga-se com o que deixámos exposto sobre a “questão social”, uma vez que o associativismo foi uma das armas eleitas pelo povo na busca de melhoria das suas condições de vida. Do exposto, confirma-se que a “questão social” não assumiu uma expressão claramente diferente, ou mais vincada, na margem Sul do estuário do Tejo do que no resto do país. Não podemos também deixar de mencionar, que as considerações que encontrámos sobre o tema do papel da mulher na sociedade nos dá uma ideia bem clara da visão dos republicanos desta margem sobre o assunto, que alinhava com a que sabemos ser a genérica deste campo político – ou seja, pugnava-se pela libertação do chamado “sexo fraco” em relação ao obscurantismo e à nefasta influência “do padre”, não no sentido da plena autodeterminação e emancipação da mulher mas no do desempenho do seu papel de esposa dedicada, devotada às tarefas domésticas e reduzida ao papel de educadora dos filhos nos valores da “igualdade, liberdade e fraternidade”, como bons cidadãos republicanos. Parece-nos, tal como dissemos, que a “questão feminina” era vista como instrumental, sendo a emancipação da mulher finalisticamente orientada para a perpetuação ou fortificação do sentir republicano.

Enquadrada na “questão social”, vimos a que foi a ferramenta preferencial dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida – a greve. A este propósito, houve várias manifestações a nível local, nomeadamente aquando do incêndio numa fábrica de cortiça em Agosto de 1911, como relatado, o que deixou a descoberto o pleno divórcio entre a República e muito do que constituía o “bloco social do 5 de Outubro”. Relativamente ao operariado, e apesar de encontrarmos críticas à greve ou apelos à moderação reivindicativa deste grupo social na imprensa, há que mencionar a estreita ligação entre os trabalhadores e a imprensa local, a quem esta dedicava explicitamente

apoio, divulgando as suas reivindicações, constando mesmo, d'*O Correio do Sul*, secções chamadas *Vida Operária* e *Reclamações Operárias*, por exemplo.

Neste âmbito, é-nos impossível não sublinhar, mais uma vez, o carácter plurifacetado das questões que aqui abordámos, tendo ficado a interpenetração entre as mesmas e alguma promiscuidade temática abundantemente exposta ao longo do texto. De facto, como se percebe deste ensaio, a interligação entre os temas abordados fica evidente, sendo esta uma das marcas mais notórias na sua análise. De resto, temos de admitir que a “arrumação” de cada um dos assuntos sob cada uma das “questões” foi uma das principais dificuldades com que nos deparámos. A temática relativa às greves é um exemplo prático do que acabámos de dizer, pois aquele tema (que não conseguimos evitar abordar na “questão social”) está intimamente relacionado com as convulsões e agitações que assolavam o país, bem como com a questão da desilusão com a República, interferindo com o tema do reconhecimento internacional do regime – assuntos eminentemente políticos.

Na “questão política”, o tópico que mais despertou a nossa atenção e que vimos mais profusamente reflectido na imprensa local – o que se revela na abundância das páginas que ao mesmo dedicamos – diz respeito ao vincado antagonismo entre evolucionistas e democráticos (expressivo a nível nacional e espelhado na realidade local) e ao conflito entre os mesmos, que, cremos, terá sido exponenciado pelo seu convívio em localidades de reduzida dimensão.

Aqui chegados, cumpre reflectir sobre a questão exposta no nosso inquérito historiográfico. Ou seja, se o que percepcionámos da leitura da imprensa local publicada no que hoje é identificado como Arco Ribeirinho Sul, entre 1907 e 1913, nos pode levar a concluir que o carácter “revolucionário” ou progressista da região já se fazia sentir naquele período, prenunciando o que veio a ser o seu papel como reconhecido bastião na oposição ao Estado Novo. Para dar resposta a esta questão, importa estabelecer algum paralelismo entre estes dois períodos no que à caracterização da população e das suas condições socioprofissionais diz respeito.

Como referido na introdução, vivia-se à época um intenso crescimento populacional e uma acentuada urbanização e industrialização daquela região da periferia de Lisboa. Tal como nos anos que antecederam o 25 de Abril de 1974, a

presença operária na margem Sul do Tejo, no arco temporal do nosso estudo, era bastante forte, sendo esta uma das zonas onde se começava a concentrar a zona industrial da capital – a “cintura industrial de Lisboa” – percepcionando-se uma correlação entre as «condições potenciadoras da proletarização»⁵³⁵ e o «advento do movimento reivindicativo» que Manuel Villaverde Cabral refere⁵³⁶. Ora, sabemos que estas eram também as condições da região durante o período do Estado Novo⁵³⁷, tendo a mesma um papel chave na resistência ao regime ditatorial⁵³⁸. cremos então que se poderá estabelecer como que um “paralelismo” entre o papel da margem Sul como baluarte da resistência à ditadura antes do 25 de Abril e a «altiva borda de água»⁵³⁹ cuja população terá uma alma revolucionária, segundo artigo de António José de Almeida referido na introdução, o que conduz à afirmação de que «Vilas como o Barreiro, por exemplo, (...) apresentam já, antes mesmo do 5 de Outubro, aquele carácter de “bastião vermelho” que ainda hoje conservam»⁵⁴⁰.

Esta ideia é reforçada pelos inúmeros exemplos de elogio e enaltecimento do espírito republicano da região, sendo desde logo de referir o epíteto de «terra mais maciçamente republicana» atribuído a Aldeia Galega por António José de Almeida em

⁵³⁵ ALCÂNTARA, Ana, “Uma geografia da Lisboa operária em 1890” in PAÇO, António Simões do, TEIXEIRA, Cátia, GODINHO, Paula, VARELA, Raquel, PEREIRA, Virgílio Borges (Coord.), *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I.*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016, p. 41, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/17159>, consultado em 06/04/2021.

⁵³⁶ CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 75. A este propósito, ficámos a saber que o Barreiro tinha desde a Primeira República a alcunha de «Barceloneta ameaçadora», devido à «agitação operária constante» naquele período, cf. ALMEIDA, Vanessa de, “As Lutas Operárias na CUF na I República”, *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011, p. 45.

⁵³⁷ Sendo de referir os números sobre a população de operários das vilas desta região que João Pedro Silva Nunes indica, tendo por base o *Recenseamento Geral da População de 1960*, cf. NUNES, João Pedro Silva, “A cintura industrial de Lisboa. Breve aproximação a um território em mudança” in *Jornal Arquitectos*, Abril – Junho 2008, p. 32.

⁵³⁸ Veja-se, por exemplo, JORGE, Paulo, *A oposição ao Estado Novo no concelho de Almada (1933-1958)*, Lisboa, Colibri, 2019 ou FERREIRA, Sónia, *A fábrica e a rua - resistência operária em Almada*, Castro Verde, 100 Luz, 2010. Encontramos também a referência à semelhança entre o período aqui em questão e a altura imediatamente posterior ao 25 de Abril, comparada com o período de agitação grevista logo após o 5 de Outubro, em FREIRE, op. cit., p. 417.

⁵³⁹ ALMEIDA, António José de, “União”, in *Alma Nacional, Colectânea fac-similada publicada entre 10 de Fevereiro e 29 de Setembro de 1910*, Lisboa, Paradela de Abreu Editores, 2010, p. 236.

⁵⁴⁰ CABRAL, op. cit, p. 168.

debate parlamentar de 10 de Agosto de 1910⁵⁴¹ e a referência feita na imprensa ao facto de que a primeira localidade a proclamar a República terá sido aquela⁵⁴². Acrescenta a propósito, Francisco Correia, que «mais importante que reivindicar, num fervor paroquial, quem foi o primeiro a içar a bandeira, gostaria (...) de deixar aqui uma palavra de destaque relativamente ao espírito republicano (...) destas gentes da margem sul»⁵⁴³.

Neste sentido, veja-se algumas expressões encontradas na imprensa analisada, que ilustram aquele espírito: a propósito da instalação de jesuítas em território almadense, encontramos a ideia de que, aqueles, «nesta terra de tradições liberais não podem fazer ninho»⁵⁴⁴ ou, a propósito do insucesso da procissão do *Corpus Christi* na mesma vila, a asserção de que «o povo d'Almada, (...) liberal por espírito e por tradições, infligiu-lhes o castigo merecido»⁵⁴⁵; em relação a eventos que tiveram lugar ainda em Almada há que recordar as justificações referidas para o assalto à igreja de S. Paulo, feito em nome da “defesa da República” ou motivado por ultraje aos sentimentos republicanos da população⁵⁴⁶ sendo a não transferência dos presos na sequência do mesmo para a cadeia de Almada também vista como uma «afronta a esta (...) republicana vila»⁵⁴⁷. Já quanto a outros órgãos de imprensa e a outras localidades dentro da região sobre que versa o presente ensaio, cremos ser de relevar o discurso de António José de Almeida aquando da sua deslocação a Aldeia Galega por ocasião da inauguração da luz eléctrica naquela vila, em que este agradece «à velha vila republicana» e refere que a mesma «é simpática ao governo, porque já no tempo da monarquia ela era como que uma pequena República»⁵⁴⁸, constando, em jeito de celebração pelo resultado eleitoral na sequência das eleições camarárias de 1913, a proclamação de que «Aldeia Galega foi, é e continua a ser genuinamente republicana. Aldeia Galega ama a

⁵⁴¹ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 44.ª Sessão, 10/08/1909. p. 7, disponível em <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/044/1909-08-10>, consultado em 23/11/2021.

⁵⁴² Referido em CORREIA, Francisco, *A Terra Mais Maciçamente Republicana – Memorial Republicano* (Montijo nas Comemorações do Centenário da República), Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2011, op. cit., pp. 52-53, apelando a notícias publicadas no *Diário de Notícias* e n' *O Século*, em 15 e 10 de Outubro de 1910.

⁵⁴³ CORREIA, p. 53.

⁵⁴⁴ *O Correio do Sul*, 03/04/1910, n.º 14, p. 1.

⁵⁴⁵ *O Correio do Sul*, 26/06/1910, n.º 26, p. 2.

⁵⁴⁶ Ideia, como vimos, presente em *Ribatejo*, 22/10/1911, n.º 1, p. 3.

⁵⁴⁷ *Ribatejo*, 25/11/1911, n.º 6, p. 2.

⁵⁴⁸ Tudo, a propósito deste discurso, cf. *O Domingo*, 07/05/1911, n.º 513, p. 1.

República»⁵⁴⁹, sendo inserta no mesmo periódico a qualificação de Alcochete também como um «baluarte republicano»⁵⁵⁰.

No entanto, cremos que a mais clara demonstração do republicanismo desta região, reside no resultado dos actos eleitorais realizadas no arco cronológico por nós estudado. Como referido, já as eleições para a Câmara dos Deputados em 5 de Abril de 1908 deram uma clara vitória aos republicanos sobre as listas monárquicas, sendo tal reforçado pelo que vimos ser o resultado das eleições municipais de 1 de Novembro do mesmo ano, na sequência das quais, 25% das 12 vereações municipais republicanas do país se situavam na margem Sul do Tejo. Este sentido de votação foi repetido e reforçado nas eleições para a Câmara dos Deputados de 28 de Agosto de 1910, relativamente às quais, como ficou exposto, foi expressivo o voto republicano nos concelhos em redor de Lisboa. No entanto, como se sabe, não obstante o peso que o republicanismo assumiu nas urnas, a monarquia foi entretanto derrubada pelas armas e os votos não se chegaram a materializar em deputados.

Finalizando, diga-se que vários temas que nos pareceram interessantes, entre os suscitados ou aflorados na imprensa consultada ficaram por abordar, subsistindo, no final desta investigação, uma questão que não pudemos deixar de nos colocar: se o Partido Evolucionista tivesse chegado ao poder, daria cumprimento à promessa republicana de consagração do sufrágio universal? Não tendo uma resposta cabal e inequívoca para a mesma, considerados todos os indícios recolhidos no curso desta investigação, sempre avançaremos que julgamos que não.

Estamos em crer que a justificação então apresentada pelos democráticos para a sua não consagração seria a mesma, caso o poder pertencesse aos evolucionistas. Do que apreendemos, não nos parece que estes tivessem maior aceitação ou uma implantação mais sólida junto das massas em que se concentraria a maior parte da população analfabeta (por isso, excluída da participação eleitoral) que, ainda obscurecida ou vítima do caciquismo e da influência clerical seria facilmente

⁵⁴⁹ *O Domingo*, 07/12/1913, n.º 648, p. 2

⁵⁵⁰ *O Domingo*, 23/04/1911, n.º 511, p. 3.

manipulável.⁵⁵¹ Note-se que o clero, se bem que debilitado ou vítima de um duro golpe, continuava a ter influência na vida das populações, não deixando aquela de se fazer sentir “por decreto”, apesar da intensa agitação propagandística anticlerical. De facto, o sentir religioso (e, em certa medida, anti-republicano) estava enraizado nas populações (especialmente nas rurais) não sendo a massa analfabeta, sequer, em grande parte, atingida pela propaganda a que fizemos referência acima. O que deixámos dito sobre a influência clerical na população desta latitude (especialmente das muitas zonas vincadamente rurais da mesma, com a correspondente grande massa de trabalhadores agrícolas) pode ser igualmente dito sobre o caciquismo e o seu peso.

Além do mais, estamos em crer que o argumento da influência reaccionária junto da população analfabeta seria sempre esgrimido pela facção que estivesse no poder, ao qual a oposição contraporía o de que a República estava plenamente consolidada, residindo o republicanismo no “coração do povo”, não se justificando, portanto, a restrição do sufrágio.

Tal radica, aliás, na concepção republicana de que «não existia democracia sem demopédia e a promoção da educação dos cidadãos era primacial»⁵⁵². Ou seja, não teria havido qualquer “traição” pois a população que ficara “de fora” do direito de voto não estava suficientemente emancipada para fazer «bom uso dos direitos fundamentais»⁵⁵³. O que ficou dito, mais do que uma concepção democrática ou evolucionista consubstancia uma ideia “geral” republicana. Ou seja, foi um argumento então agitado pelos democráticos, mas seria, a nosso ver, agitável por qualquer uma das facções que estivesse no poder, pois sendo ambas facções republicanas, partilhavam aquele património ideológico comum e a necessidade estratégica táctica de não reforçar as forças reaccionárias (que, ainda para mais, ameaçavam, à data, a ainda jovem República) através da concessão do direito de voto a quem não o “saberia” exercer.

Porém, do ponto de vista da oposição governamental, numa perspectiva de comunicação ou “marketing político”, é nossa convicção que qualquer força que

⁵⁵¹ O que é corroborado pelo que encontramos em VALENTE, op. cit. pp. 298-299, onde faz uma breve caracterização socioprofissional e económica da base de apoio quer do Partido Democrático, quer do Evolucionista.

⁵⁵² CATROGA, op. cit., p. 156

⁵⁵³ *Ibidem*.

estivesse na oposição acenaria com a velha bandeira republicana do sufrágio universal como arma de “retórica eleitoralista”, pois a sua não consagração, pelo partido no poder, seria facilmente vista pela opinião pública como uma “traição” ao “cavalo de batalha” do PRP.

Já quanto à tese do “medo democrático” do alargamento do voto aos iletrados por tal, eventualmente, vir a fortalecer a votação evolucionista, não nos parece que a mesma proceda, até porque julgamos que não haveria sequer uma percepção democrática de real ameaça ao seu poder por parte do campo evolucionista, sendo o confronto entre as duas facções claramente favorável às forças democráticas, cuja preponderância nos parece indiscutível⁵⁵⁴, o que é claramente reflectido no resultado dos vários actos eleitorais de 1913, que claramente sufragaram a política afonsista, à data, à frente do país.

Pelo exposto, daremos uma resposta afirmativa à questão sobre se os territórios da margem Sul do Tejo já apresentavam na época, enquadrada no arco cronológico deste estudo, uma marca revolucionária ou progressista, na linha do que se virá a sentir no período do Estado Novo. Por outro lado, será negativa a resposta à hipótese (que nos colocámos à medida que avançámos nesta investigação) sobre se os evolucionistas teriam concretizado a promessa republicana de consagração do sufrágio universal, caso tivessem ascendido ao poder.

⁵⁵⁴ A preponderância e apoio popular aos evolucionistas relatado na nota 487 constituirá uma excepção à prevalência democrática a nível nacional. Em Sesimbra, de facto, o “medo democrático” do voto popular, analfabeto, teria razão de ser, pois, segundo sabemos, a população local estaria com os evolucionistas e se a camada iletrada tivesse podido votar, crê-se que teria dado a vitória àquela lista. Contudo, as forças governativas, democráticas, preveniram que tal viesse a suceder.

Fontes e bibliografia

1. Fontes

1.1 Imprensa

A Comarca (1909-1910)

Ávante! (1909-1910)

Correio do Seixal (1913)

O Correio do Sul (1910-1913)

O Diabo (1911)

O Domingo (1907-1913)

Ecos do Barreiro (1913)

O Echo de Almada (1911)

O Espectro (1913)

Evolução (1913)

A Luz (1913)

O Povo de Aldegallega (1912-1913)

O Puritano (1907)

Ribatejo (1911-1912)

A Victoria (1911)

Vintem Infantil (1913)

1.2 Fontes Manuscritas:

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ALMADA, Tribunal Judicial da Comarca de Almada, 1º Ofício, Registo dos termos de processos-crime, Registo dos termos de processos-crime.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ALMADA, Tribunal Judicial da Comarca de Almada, 1º Ofício, Registo de articulados e sentenças.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ALMADA, Tribunal Judicial da Comarca de Almada, 1º Ofício, Livros de processos de polícia correcional.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ALMADA, Tribunal Judicial da Comarca de Almada, 1º Ofício, Registo corpos de delito a requerimento do Ministério Público.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ALMADA, Tribunal Judicial da Comarca de Almada, 1º Ofício, Livros de processos correcionais.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ALMADA, Tribunal Judicial da Comarca de Almada, 3º Ofício, Livros de entrada de participações vindas da polícia e de outras autoridades.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ALMADA, Tribunal Judicial da Comarca de Almada, 3º Ofício, Livros dos processos-crime ordinários.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Ministério do Reino, Direcção-Geral da Administração Política e Civil, 2ª repartição 1895, Registo de correspondência recebida 1895/1899.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Ministério do Reino, Direcção-Geral da Administração Política e Civil, 2ª repartição 1895, Correspondência recebida 1895/1899.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Ministério do Reino, Direcção-Geral da Administração Política e Civil, 3ª Repartição 1870, Registo de correspondência confidencial expedida.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Ministério do Reino, Direcção-Geral da Administração Política e Civil, 1ª repartição 1899, 2ª Secção, Correspondência recebida.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Ministério do Reino, Direcção-Geral da Administração Política e Civil, 1ª repartição 1899, 2ª Secção, Registo de correspondência expedida.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Ministério do Reino, Direcção-Geral da Administração Política e Civil, 3ª repartição 1870, Correspondência recebida.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Ministério do Reino, Secretaria Geral, 2ª Repartição 1789,1928, Registo Geral 1554,1927, Correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Centro, Sul e Ilhas

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Ministério do Reino, Secretaria Geral, 2ª Repartição 1789/1928, Registo Geral 1554/1927, Correspondência relativa à segurança pública de todos os distritos do País

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Governo Civil de Lisboa, Inspeção, licenciamento, fiscalização e segurança.

2. Bibliografia:

AFONSO, Fátima, “O Seixal e a República: As Vivências Locais e a Difusão do Republicanismo” in *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011, pp. 113-151.

AGAMBEN, Giorgio, “O que é um povo?”, in *A Política dos Muitos. Povo, Classes e Multidão*, DIAS, Bruno Peixe e NEVES, José (Coord.), Lisboa, Tinta-da-China, 2010, pp. 31-34.

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de, *Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da História*, disponível em [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279234975_ARQUIVO_artigoimpressaanpuhrs\[1\].pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279234975_ARQUIVO_artigoimpressaanpuhrs[1].pdf), consultado em 22/01/2021.

ALARCÃO, Miguel, ““And here’s to you, Mr. Robinson”: Para uma História do sector corticeiro Anglo-Português” in *Journal of Anglo-Portuguese Studies*, n.º 26, 2017, pp. 185-208, disponível em <https://japs.fcsh.unl.pt/arquivo/>, consultado em 12/07/2021.

ALCÂNTARA, Ana, “Uma geografia da Lisboa operária em 1890”, in PAÇO, António Simões do, TEIXEIRA, Cátia, GODINHO, Paula, VARELA, Raquel, PEREIRA, Virgílio Borges (Coord.), *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I.*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade

Nova de Lisboa, 2016, pp. 38-52, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/17159>, consultado em 06/04/2021.

ALDEIA, José Augusto, “Socialismo e Republicanismo em Sesimbra (1896-1914)”, in *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011, pp. 87-99.

ALMEIDA, António José de, “União”, in *Alma Nacional, Colectânea fac-similada publicada entre 10 de Fevereiro e 29 de Setembro de 1910*, Lisboa, Paradela de Abreu Editores, 2010, pp. 236-237.

ALMEIDA, António José de, “São horas”, in *Alma Nacional, Colectânea fac-similada publicada entre 10 de Fevereiro e 29 de Setembro de 1910*, Lisboa, Paradela de Abreu Editores, 2010, pp. 317-319.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)”, in *Análise Social*, vol. XXI (85), 1985-1.º, pp. 111-152.

ALMEIDA, Vanessa de, “As Lutas Operárias na CUF na I República”, in *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011, pp. 39-51.

ALVES, Jorge Fernandes, “Primeira República, poder local e a saga parlamentar para um novo código administrativo”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, Universidade do Porto, III Série, vol. 11, 2010.

ARRANJA, Álvaro, *Anarco-Sindicalistas e Republicanos. Setúbal na I República*, Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos, 2009.

ARRANJA, Álvaro, *Mataram Mariana... dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura operariado-República em 1911*, Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos, 2011.

AZEVEDO, Luís Gonzaga de, *Proscritos – notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910*, Valladolid, Florencio de Lara Editor, 1911.

BALDRICO, Joaquim, “Aldeia Gallega nas Vésperas da República – “As Eleições Municipais de Novembro de 1908””, in AZEVEDO, Rosa Bela e TOJAL, Alexandre

Arménio (Coord.), *Aldeia Gallega nas Vésperas da República – as Eleições Municipais de 1908*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2008, pp. 21-61.

BALDRICO, Joaquim, “Aldeia Gallega do Ribatejo e a República”, in *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011, pp. 67-85.

BARROS, Júlia Teresa Pinto de Sousa Leitão de, *O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo (1900-1907) - Tomo I*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Institucional e Política de Portugal, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/13094>, consultado em 16/02/2021.

BARROS, Júlia Leitão de, “A vertente informativa do jornal “O Mundo””, in ROLLO, Maria Fernanda e AMARO, António Rafael (Coord.), *República e Republicanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, pp. 113-119.

BARROS, Júlia Leitão de, *O Jornalismo Político Republicano Radical – O Mundo, 1900 - 1907*, Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, 2021.

BATALHA, Ladislau, “O Operário e a Política”, in *Almanach Republicano para 1877*, Lisboa, 1876.

BONIFÁCIO, M. Fátima, *O século XIX português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

CABRAL, Manuel Villaverde, “Situação do operariado nas vésperas da implantação da República”, in *Análise Social*, vol. XIII (50), 1977-2.º, pp. 419-448.

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX - forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

CAMARÃO, António Nunes, *O Barreiro e a República*, disponível em http://memoriaefuturo.cm-barreiro.pt/arg/fich/Anto_769_nio_Nunes_Camara_771_o_-_O_Barreiro_e_a_Repu_769_blica.pdf, acedido em 23/01/2021.

CARRAPATO, Júlio, *O Regicídio, o 5 de Outubro de 1910, a I República Portuguesa e a Intervenção Anarquista*, Faro, Edições Sotavento, 2011.

CARVALHO, José, *Católicos nas Vésperas da I República – Os Jesuítas e a Sociedade Portuguesa: O Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910)*, Livraria Civilização Editora, Porto, 2008.

CATROGA, Fernando, “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”, in *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988 (1.º), pp. 211-273.

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal – Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

CATROGA, Fernando e ALMEIDA, Pedro Tavares de (Coord.), *Res Publica. Cidadania e Representação Política em Portugal 1820-1926*, Lisboa, Assembleia da República/Biblioteca Nacional de Portugal, 2010.

CEREZALES, Diego Palacios, *Portugal à Coronhada – Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta da China, 2011.

CHORÃO, Luís Bigotte, *Para uma história da repressão do anarquismo em Portugal no século XIX*, Lisboa, Letra Livre, 2015.

COELHO, Trindade, *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1906.

CORREIA, Francisco, *A Terra Mais Maciçamente Republicana – Memorial Republicano (Montijo nas Comemorações do Centenário da República)*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2011.

CORREIA, Romeu, *Homens e Mulheres vinculados às terras de Almada (Nas Artes, nas Letras e nas Ciências)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1978.

COSSON, Fiona, “The small politics of everyday life: local history society archives and the production of public histories”, in *Archives and Records*, 38:1, pp. 45-60, disponível em <https://doi.org/10.1080/23257962.2016.1269646>, consultado em 23/11/2021.

DIOGO, Maria Paula Pires dos Santos, *População e indústria na margem Sul do Tejo da Regeneração ao Estado Novo: os Concelhos de Almada, Barreiro, Moita e Seixal*, Tese de mestrado em Demografia Histórica e Social, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1989

DUARTE, Ricardo Diogo Mainzel, *Violência Anticlerical na I República (1910-1917): Perspectivas Antropológicas e Historiográficas*, dissertação de mestrado em Antropologia – Cultura Material e Consumos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2011, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/7317>, acedido em 02/03/2021.

FARINHA, Luis, “Livre Pensamento. Republicanos, laicos e socialistas” in ROLLO, Maria Fernanda e AMARO, António Rafael (Coord.), *República e Republicanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, pp. 29-41.

FERREIRA, Sónia, *A fábrica e a rua - resistência operária em Almada*, Castro Verde, 100 Luz, 2010.

FERREIRA, Diogo Filipe dos Santos, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, , dissertação de mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2015, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/17683>, consultada em 23/11/2021.

FERNANDES, Paulo Jorge, “A Vida Política”, in TEIXEIRA, Nuno Severiano (Coord.), *História Contemporânea de Portugal 1808-2010, Volume 3, A Crise do Liberalismo 1890-1930*, Madrid/Lisboa, Fundación Mapfre/Penguin Random House Grupo Editorial Unipessoal, Lda., 2014, pp. 31-85.

FIGUEIREDO, Cláudia Alexandra Gonçalves, *Arte, Redenção e Transformação: a experiência da Sociedade Teatro Livre (1902-1908)*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2011, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/7062>, consultada em 22/11/2021.

FLORES, Alexandre M., *O Corticeiro. O Primeiro Órgão dos Operários Corticeiros em Portugal (1899-1900)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2000.

FLORES, Alexandre M., *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário: da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003.

FLORES, Alexandre e POLICARPO, António, *Proclamação da República em Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2011.

- FLORES, Alexandre e POLICARPO, António, “A Implantação da República em Almada. Anotações Históricas”, in *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011, pp. 23-37.
- FRANCO, João, *Cartas d’El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco, seu último Presidente do Conselho*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924.
- FREIRE, João, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- FREIRE, João, “A agitação sindicalista e anarquista no início da República: Outubro de 1910 – Janeiro de 1912”, in *Outras Vozes na República 1910-1926, Cadernos do Museu da Presidência da República*, n.º 3
- FREIRE, João, *Les anarchistes du Portugal*, Éditions CNT-Région parisienne, Paris, 2002
- FONSECA, Carlos da, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal – IV – Greves e Agitações Operárias, 1.ª Parte*, Publicações Europa-América, s/l, s/d
- FONSECA, Carlos da, *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*, Lisboa, Edições Antígona, 1988
- FONSECA, Tomás da, *Religião, República, Educação – Antologia*, Lisboa, Antígona, 2012.
- GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo, “A questão operária na I República: historiografia e memória”, *A Ideia. Revista Libertária*, II Série, Vol. 13, nº 68, Outubro de 2010, pp.3-15, disponível em <http://hdl.handle.net/10174/3995>, consultado em 23/11/2021.
- HEALEY, Jonathan, *Why Local History Matters*, Lecture delivered at the Oxford University Department for Continuing Education, 14 November 2012, disponível em https://www.academia.edu/2550380/Why_Local_History_Matters, acedido em 11/02/2021.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, “O republicanismo e alguns dos seus valores fundamentais”, in CORREIA, Francisco, *A Terra Mais Maciçamente Republicana –*

- Memorial Republicano (Montijo nas Comemorações do Centenário da República)*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2011, pp. 11-17.
- Imprensa Periódica de Almada 1808-2008 (Guia Bibliográfico)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2008.
- JORGE, Paulo, *A oposição ao Estado Novo no concelho de Almada (1933-1958)*, Lisboa, Colibri, 2019.
- KNUDSON, Jerry W., “Late to the Feast: Newspapers as Historical Sources” in *Perspectives on History*, Vol. 31, Issue. 7, 1993, p. 9, disponível em <https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/october-1993/late-to-the-feast>, acedido em 13/02/2021.
- LÁZARO, João, “«Agarra que é grevista»”, in TEIXEIRA, Cátia (Org.); FONTES, Jorge (Introd.); VARELA, Raquel (Coord.), *Atas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 06-07 de abril de 2015*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea, 2018, pp. 73-80., disponível em [Atas do II Congresso de História do Movimento Operário - Livro - IHC \(unl.pt\)](#), consultado em 06/04/2021.
- LEAL, Ernesto Castro (Coord.), *Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses (1873-1926). Antologia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.
- LEITÃO, Joaquim, *Diário dos Vencidos*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2010.
- LOPES, Fernando Farelo, “Clientelismo, «crise de participação» e deslegitimação na I República” in *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1991 (2.º).
- MARQUES, A. H. Oliveira e GOMEZ, Hipólito de la Torre, *Contra-Revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s/d.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A 1.ª República Portuguesa (para uma visão estrutural)*, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal – Vol. II*, Lisboa, Palas Editores, 1976.
- MARQUES, A.H. (Coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Porto/Lisboa, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000.

MARTINS, Jorge Carvalho, “O 5 de Outubro na imprensa da época”, in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, pp. 687-71.

MATOS, Luis Salgado de, *A separação do Estado e da Igreja. concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo*, Alfragide, D. Quixote, 2011.

MATTOSO, José, *A Escrita da História*, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2019.

MEDINA, João, “*Oh! a República!...”: estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990

MENDES, J. M. Amado, *História Económica e Social dos séculos XV a XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MENDES, Vitor e SANTOS, Maria Clara, “A Revolução Republicana na Moita”, in *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011, pp. 53-65.

MÓNICA, Maria Filomena, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, INCM/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, s/l, 1984.

MÓNICA, Maria Filomena, “As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910” in *Análise Social*, Vol. XXXI (139), 1996 (5.º), pp. 1039-1084.

MÓNICA, Maria Filomena; MATOS, Luis Salgado de, “Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934)”, in *Análise Social*, Vol. 17, No. 67/69, 1981, pp. 1013-1078.
disponível em

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224151304X7bYH6kk7Dh18MX7.pdf> ,
acedido em 20/09/2020.

NETO, Margarida Sobral, “Percursos da História Local Portuguesa: Monografias e representações de identidades locais”, in SANTOS, João Marinho; CATANA, António Silveira (Org.), *Memória e História Local: colóquio internacional realizado em Idanha-a-Nova*, Coimbra, Palimage, 2010, pp. 47-76.

NETO, Vítor, “A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, pp. 129-148.

- NUNES, João Pedro Silva, “A cintura industrial de Lisboa. Breve aproximação a um território em mudança”, *Jornal Arquitectos*, Abril – Junho 2008, pp. 30-32.
- NUNES, Graça Maria Soares, “A História Regional e Local — Contributos Para o Estudo das Identidades Locais”, *Cadernos de Sociomuseologia*, Nº 8 – 1996, pp. 71-81.
- OLIVEIRA, César, *O Operariado e a República Democrática*, Lisboa, Seara Nova, 1974.
- OSÓRIO, Ana de Castro, *As operárias das fábricas de Setúbal e a greve – resposta de Anna de Castro Osório ao "Germinal"*, Setúbal, Editora – Sociedade proprietária do jornal “O Radical”, 1911
- PENCHE, Jon, “El iberismo de los republicanos peninsulares a finales del siglo XIX”, in ROLLO, Maria Fernanda e AMARO, António Rafael (Coord.), *República e Republicanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, pp. 53-61.
- PEREIRA, Ana Paula de Brito, “As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º 5.º, pp. 477-511
- PEREIRA, David, “A Sociedade”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, pp. 79-92.
- PEREIRA, Joana Dias, “A I República e os movimentos sociais do primeiro quartel do século XX”, in ROLLO, Maria Fernanda (Org.), *Congresso Internacional I República e Republicanismo – Atas*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, p. 377-383..
- PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária : o caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1930)*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2013, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/11800>, consultado em 22/11/2021.
- PEREIRA, Miriam Halpern, “A “questão social” na I República: alguns aspectos”, in ROLLO, Maria Fernanda (Org.), *Congresso Internacional I República e Republicanismo – Atas*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, pp. 357-370.
- PEREIRA, Miriam Halpern, “A 1ª República e o sufrágio em Portugal: o debate de 1911 em perspectiva diacrónica”, in *História Constitucional*, n.º 15, 2014, pp. 509-527, disponível em

<http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/article/view/411>, consultado em 22/11/2021.

PIRES, Ana Paula, “As letras de uma revolução: a implantação da república em Portugal a 5 de outubro de 1910”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, no 61, maio-agosto 2017, pp. 331-354, disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000200003>, acedido em 22/11/2021.

PIRES, Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida, *O Surto das Ideias Republicanas no Algarve (1876-1910) Através da Imprensa*, dissertação de mestrado em História do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Faro, 2012, disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/3484>, consultado em 01/11/2021.

PISARRO, Ana Cristina e COUTINHO, Alexandre F., *Crescimento e Periferização da Cidade de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1985.

POLICARPO, António Manuel Neves e MATEUS, Fernando de Brito, *Cova da Piedade: Da Primeira República ao 25 de Abril*, Cova da Piedade, Junta de Freguesia de Cova da Piedade, 1999.

POLICARPO, António M. Neves, *Memórias da Nossa Terra e da Nossa Gente – Freguesia de Almada*, Almada, Junta de Freguesia de Almada, 2005.

PROENÇA, Maria Cândida, “A educação”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, pp. 169-189.

RAVARA, António Pinto, “Acerca das Eleições de 1911”, *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Vol. 3, 1981, pp. 127-146, disponível em

RELVAS, Eunice Marisa Martins, *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2014, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/14493>, consultado em 11/10/2021.

ROSAS, Fernando, “A crise do liberalismo e as origens do “autoritarismo moderno” e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope*, n.º 2, Lisboa, 1989, pp. 98-114.

ROSAS, Fernando, “A crise do liberalismo oligárquico em Portugal” in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, pp. 15-26.

ROSAS, Fernando, *A Primeira República 1910-1926 – Como venceu e porque se perdeu*, Lisboa, Bertrand, 2018.

ROSAS, Fernando, “A Crise do Liberalismo Português e a I República”, in *A Crise do Sistema Liberal e a Implantação da República – Seminário realizado na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, Moita, 3 de Outubro de 2000*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2002, pp. 65-78.

SÁ, Vitor de, “Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.o-4.º, pp. 839-860

SÁ, Victor de, *Roteiro da imprensa operária e sindical: 1836-1986*, Lisboa, Caminho, 1991

SAMARA, Maria Alice, “Um longo caminho até à República”, in AZEVEDO, Rosa Bela e TOJAL, Alexandre Arménio (Coord.), *Aldeia Gallega nas Vésperas da República – as Eleições Municipais de 1908*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2008, pp. 7-18.

SAMARA, Maria Alice Dias de Albergaria, *As Repúblicas Da República – História, Cultura Política E Republicanismo*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Institucional e Política de Portugal, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2010, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/5572>, consultado em 06/01/2020.

SAMARA, Maria Alice, “O Republicanismo”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, pp. 61-77.

SAMARA, Maria Alice, “A questão social: à espera da «Nova Aurora»”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, pp. 149-167.

SAMARA, Maria Alice, *Portugal, uma retrospectiva: 1910 (vol. 6)*, Lisboa, Tinta da China/Público, 2019.

SANTOS, Fernando Piteira, “Na transição do «constitucionalismo monárquico» para o «constitucionalismo republicano»: a crise do Partido Socialista e a crise do Partido Republicano”, *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, pp. 673-68.

SANTOS, Machado, *A Revolução Portuguesa (1907/1910)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1982.

SANTOS, Maria Clara e MENDES, Vítor Pereira, *A Revolução Republicana na Moita*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2010.

SARDICA, José Miguel, “O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional”, *Análise Social*, 203, xlvii (2.º), 2012, pp. 344-368

SERRA, João B., “Élites locais e competição eleitoral em 1911”, *Análise Social*, Terceira Série, Vol. 23, N.º 95, 1987, pp. 59-95.

SERRA, João B., “O 5 de Outubro”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, pp. 55-60

SERRA, João B., “A evolução política (1910-1917)”, in ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, pp. 93-128.

SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. XI, Lisboa, Ed. Presença, s/d.

SHEERAN George, SHEERAN, Yanina, “Discourses in Local History”, *Rethinking History* 2:1 (1998), pp. 65-85, disponível em <https://doi.org/10.1080/13642529809408762>, acedido em 11/02/2021.

SILVA, Francisco Ribeiro da, “História local: objectivos, métodos e fontes”, in BARROCA, Mário (Ed.), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, FLUP, Porto, 1999. pp. 383-395, disponível em <https://hdl.handle.net/10216/8247>, consultado em 11/02/2021.

SILVEIRA, A. de Mattos, “A Grève”, *Alma Nacional, Colectânea fac-similada publicada entre 10 de Fevereiro e 29 de Setembro de 1910*, Lisboa, Paradela de Abreu Editores, 2010, pp. 353-356.

SOUSA, Jorge Pais de, “Existiu uma fracção socialista no Partido Republicano? Os casos paradigmáticos de Magalhães Lima e Afonso Costa”, in ROLLO, Maria Fernanda e AMARO, António Rafael (Coord.), *República e Republicanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, pp. 75-85.

TRAVERSO, Enzo, *O passado, modos de usar. História, memória e política*, s/l, Livraria Tigre de Papel, 2020.

TRIGO, Jorge e BAPTISTA, Luís Miguel, *Ribeiro de Carvalho Um Republicano com Almada de Sonhador*, Lisboa/Sintra, Sete Caminhos/Câmara Municipal de Sintra, 2005.

VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Alètheia Editores, 2010.

VALENTE, Vasco Pulido, *A «República Velha» (1910-1917)*, Alètheia Editores, Lisboa, 2010.

VAZ, Maria Máxima, *Reformas Sociais da 1ª República*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2012, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/10601>, acedido em 22/07/2021.

VENTURA, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal – as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

VIEIRA, Lucas Schaub, “A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método”, *Texto da Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, 2013, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=2165>. consultado em 23/11/2021.